

SEGUROS



MÚTUA

Relatório de Gestão e Contas 2021

Plano de atividades e orçamento 2022-2024

ÓRGÃOS SOCIAIS

Membros dos órgãos sociais da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

José Manuel Jerónimo Teixeira

Vice-Presidente

Marcelo Ferreira Neves

Secretários

Filipa Marta Torres Faria

Agostinho Pereira da Mata

Conselho de Administração

Presidente

João Paulo Quinzico Delgado

Vice-Presidente

Álvaro José Rocha Bota Guia

Administradores - Efetivos

Arsénio Marques Caetano

Jerónimo Gomes Viana

Joaquim Manuel Simplício Anacleto

José Luís Marques Cabrita

Vanessa Iglésias Calado Carvalho Amorim

Administradores – Suplentes

Renato José Rigueira Rodrigues

Gualberto Costa Rita

Manuel Coentrão Pontes

Conselho Fiscal

Presidente

Frederico Fernandes Pereira

Vogais – Efetivos

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda

Jorge Serafim Silva Abrantes

Vogais – Suplentes

Ana Cristina Trigueiros Rosa

Pedro Jorge Ferreira de Moura

Revisor Oficial de Contas

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA, representada por:

Revisor Oficial de Contas – Efetivo

Carlos Manuel Grenha

Revisor Oficial de Contas – Suplente

Maria Balbina Boino Cravo

Comissão de Avaliação e Vencimentos

Presidente

Rui Manuel Barbosa Coelho e Campos

Vogais

Genuino Alexandre Goulart Madruga

José Marcelino Correia Castanheira

Conselho Nacional

4 Membros da Mesa da Assembleia Geral

11 Membros eleitos pelos Conselhos Regionais

1 Representante dos Trabalhadores

Conselhos Regionais

Norte

Centro

Sul

Algarve

Açores

Madeira

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, convocam-se os cooperadores da **Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL.**, com o capital social variável mínimo de 6.000.000 de Euros, com sede em Lisboa, na Avenida Santos Dumont, n.º 57, 6.º, 7.º e 8.º andares, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 16.616, para reunir em **Assembleia Geral** no dia **27 de março de 2022, pelas 10:00 horas**, na Associação de Educação Física, Cultural e Recreativa Penichense, sita à Avenidas das Escolas, Peniche, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.º** - Discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão, documentos de Prestação de Contas, Parecer do Conselho Fiscal e respetivas conclusões, referentes ao exercício de 2021, incluindo a forma de aplicação dos resultados;
- 2.º** - Discussão e deliberação sobre a proposta de aplicação do Fundo de Reserva para a educação cooperativa e formação cultural e técnica dos cooperadores, trabalhadores e comunidade;
- 3.º** - Ratificação da Deliberação da Assembleia Geral de 7 de junho de 2021, “Dispensa de caução dos membros do Conselho de Administração”;
- 4.º** - Declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização;
- 5.º** - Outros assuntos relevantes.

Nos termos do n.º 2, do artigo 35.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos cooperadores com direito a voto, a assembleia reunirá validamente meia hora depois, no mesmo local, com qualquer número de cooperadores.

Lisboa, 11 de março de 2022

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
José Manuel Jerónimo Teixeira

Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2021

1. Enquadramento Económico e Social

1.1. A economia portuguesa

No momento em que elaboramos o balanço da nossa atividade durante o ano de 2021, os acontecimentos no mundo são de tal forma intensos que quase somos levados a esquecer, ou, seguramente, a minimizar, o contexto de pandemia que nos afetou durante os últimos dois anos. Efetivamente, apesar de refletirmos apenas sobre o contexto da economia portuguesa, é impossível ignorar a guerra que, entretanto, eclodiu no leste da Europa, acontecimento de trágicas consequências para as populações afetadas e de importantes repercussões em todo o mundo, tornando imprevisíveis os efeitos sociais, políticos e económicos que, naturalmente, condicionarão quaisquer cenários a curto e médio prazo.

No entanto, no período sobre o qual versa o nosso relatório, o facto mais relevante foi, sem dúvida, a persistência da pandemia Covid-19 que apesar de, entretanto, apresentar uma evolução favorável – seguramente consequência das medidas aplicadas e, sobretudo, da elevada taxa de vacinação em Portugal – condicionou fortemente várias dimensões da nossa vida, projetando-se, inevitavelmente, nos principais indicadores económicos que caracterizaram o ano de 2021.

As medidas aplicadas para conter a pandemia, nomeadamente as restrições à mobilidade de pessoas e bens, a par do clima social de incerteza sobre o futuro, condicionou os ritmos da atividade económica, particularmente em setores como o turismo. Igualmente, a instabilidade provocada nas cadeias de fornecimento a nível global gerou escassez de matérias-primas e de outros bens, levando ao aumento de preços.

QUADRO 1 – PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL 2021-24
Taxa de variação anual em percentagem (exceto onde indicado)

	Pesos 2020	BE dezembro 2021					BE outubro 2021		BE junho 2021			
		2020	2021(p)	2022(p)	2023(p)	2024(p)	2020	2021(p)	2020(p)	2021(p)	2022(p)	2023(p)
Produto Interno Bruto	100	-8,4	4,8	5,8	3,1	2,0	-8,4	4,8	-7,6	4,8	5,6	2,4
Consumo privado	64,2	-7,1	5	4,8	2,2	1,8	-7,1	4,3	-5,9	3,3	4,9	2,3
Consumo público	19,1	0,4	4,8	1,4	-1,3	-0,1	0,4	5,2	0,4	4,9	0,4	-0,2
Formação bruta de capital fixo	19,1	-2,7	4,9	7,2	6,6	3,9	-2,7	5,6	-1,9	7,6	8,2	5,8
Procura interna	102,1	-5,6	5,1	4,6	2,4	1,9	-5,6	4,9	-4,6	4,5	4,7	2,6
Exportações	37,0	-18,6	9,6	12,7	7,8	3,9	-18,6	9,6	-18,6	14,5	13,1	4,8
Importações	39,1	-12,1	10,3	9,3	6,2	3,6	-12,1	9,7	-12,0	13,2	10,6	5,1
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) (a)												
Procura interna		-3,0	3,1	2,6	1,2	1,1	-3,0	3,0	-2,3	2,4	2,5	1,3
Exportações de bens		-0,8	1,1	0,2	0,6	0,4	-0,9	1,3	-0,7	1,9	0,3	0,3
Exportações de serviços		-4,6	0,6	3,0	1,2	0,6	-4,5	0,5	-4,5	0,5	2,8	0,8
Emprego (número de indivíduos) (b)		-1,9	2,5	1,6	0,5	0,3	-1,9	2,6	-1,7	1,3	1,3	0,4
Emprego (horas trabalhadas) (b)		-9,3	8,3	4,0	0,6	0,3	-9,3	8,4	-9,2	5,9	4,1	0,5
Taxa de desemprego (c)		7,0	6,6	6,0	5,7	5,6	7,0	6,8	7,0	7,2	7,1	6,8
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,0	0,2	1,8	2,6	1,8	0,0	1,0	0,1	0,9	2,1	1,8
Balança de bens e serviços (% PIB)		-1,8	-3,0	-2,1	-1,2	-1,0	-1,8	-2,3	-1,8	-2,1	-1,4	-1,3
Índice harmonizado de preços no consumidor		-0,1	0,9	1,8	1,1	1,3	-1,0	0,9	-0,1	0,7	0,9	1,0
Bens energéticos		-5,2	7,8	6,3	-1,3	-0,8	-5,2	6,9	-5,2	5,6	1,0	-1,3
Excluindo bens energéticos		0,3	0,4	1,3	1,4	1,5	0,3	0,4	0,3	0,3	0,9	1,2

Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: (p) – projetado, pp – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. Para detalhes sobre a metodologia, incluindo estimativas de conteúdos importados, ver Cardoso e Rua (2021) "O real contributo da procura final para o crescimento do PIB", Banco de Portugal, Revista de Estudos Económicos – Vol. 7, N.3. (b) De acordo com o conceito de Contas Nacionais. (c) Em percentagem da população ativa.

(Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico - dezembro 2021, disponível em https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2021_p.pdf)

De acordo com as projeções do Banco de Portugal (Quadro 1), a economia portuguesa apresenta em 2021 um crescimento do seu Produto Interno Bruto de 4,8%, (que se revela superior às previsões anteriores e sobretudo à projeção de crescimento médio na zona euro de 2,9%), estimando-se que no ano de 2022 poderá crescer ainda acentuadamente, seguindo-se um ritmo mais moderado nos anos seguintes. É de destacar o aumento do emprego e a redução da taxa de desemprego (estima-se em 6,4%, o que significa uma redução de 13,8% face a 2020) para níveis inferiores aos verificados antes da pandemia. Assume-se um aumento da inflação, como resultado direto da evolução dos preços dos bens energéticos.

“A economia portuguesa mantém um perfil de recuperação (...) a recuperação projetada é mais rápida do que a observada na sequência da recessão de 2011-13. A evolução do PIB e das principais componentes das duas recessões reflete

a diferente natureza dos choques subjacentes (...). Na crise pandémica, o choque teve uma natureza temporária e não sistémica e a resposta de política foi imediata, maciça e coordenada a nível nacional e europeu. Destaque-se a importância da contenção do contágio da crise ao setor financeiro, preservando a estabilidade financeira e as condições de financiamento de todos os agentes económicos. (...) As medidas adotadas suportaram o rendimento agregado das famílias e uma retoma mais rápida do consumo privado.” (Banco de Portugal, Boletim Económico, dezembro de 2021, página 11).

1.2. A atividade seguradora

Apesar do contexto de crise pandémica que penalizou tantas atividades económicas, com consequências na vida das famílias, a atividade seguradora durante o ano de 2021 apresentou em termos globais um acentuado crescimento, em contradição com o significativo decréscimo de 2020. De acordo com o Relatório de Evolução da Atividade Seguradora, da responsabilidade da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a produção de seguro direto, em Portugal, teve um crescimento de 34,2%, muito influenciado pelo aumento de 68,5% registado no ramo Vida, apresentando os ramos Não Vida um acréscimo de 4,8%; verifica-se que a Mútua dos Pescadores cresceu 6,3%. De destacar que o principal ramo na Mútua dos Pescadores, Acidentes de Trabalho, verificou um crescimento de 5,8%, ao mesmo tempo que o setor registou um aumento de 6,6% no mesmo ramo; já no que respeita ao seguro Marítimo Casco, igualmente determinante na carteira da Cooperativa, o crescimento foi de 7,7%, verificando-se no mercado um aumento de 10,7% (na generalidade das companhias o ramo inclui Marítimo e Transportes).

No que respeita aos custos com sinistros de seguro direto, o setor registou um aumento global de 9,1%, resultado para o qual contribuiu o ramo Vida com um aumento de 12% e os ramos Não Vida com um aumento de 2,6%. Ao olharmos para o desempenho da Mútua dos Pescadores observamos que os custos com sinistros no seguro direto decresceram 5,45%, o que pode ser explicado a partir da redução da sinistralidade no ramo Marítimo Casco o que, naturalmente, para além de se refletir positivamente nos resultados da Cooperativa, significa, sobretudo, um alívio para a atividade laboral e económica dos homens no mar.

De acordo com as normas orientadoras, os rácios de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) e do Requisito de Capital Mínimo (MCR) são apresentados, anualmente, em abril e todos os meses provisoriamente, pelo que em 31 de dezembro a Cooperativa Mútua dos Pescadores apresentou rácios provisórios de, respetivamente, 244% e 565%; a média apurada no mercado, na mesma data, situa-se nos 207% para o SCR e 577% para o MCR.

1.3. A Pesca

O ano de 2021 iniciou-se com um quadro de reforço do número de pescadores matriculados, mas com a consolidação da queda, ainda que menos acentuada do que no ano anterior, do número de embarcações licenciadas para a atividade piscatória. Na edição de 2021 das Estatísticas da Pesca do INE/DGRM, que publica os indicadores referentes ao ano de 2020, verifica-se que a 31 de dezembro do referido ano estavam matriculados 15.324 pescadores em Portugal, mais 707 pescadores do que no mesmo período do ano anterior. Estavam também licenciadas menos 22 embarcações do que no ano transato, sendo que estavam licenciadas 3.880 embarcações de pesca.

O ano de 2021 foi um ano genericamente bom para o setor, onde as empresas de pesca e os seus trabalhadores obtiveram maiores rendimentos. Contudo, e pelas carências identificadas e reclamadas pelo setor, as questões da renovação geracional nas pescas nacionais não se prende apenas com a questão central dos rendimentos, visto que mesmo em anos bons não se verifica a entrada de pescadores em número significativo que faça inverter a queda das últimas décadas.

O Ano de 2021 ficou também marcado pelo choque energético que fez disparar os custos dos fatores de produção, designadamente dos combustíveis, com especial impacto no setor.

Segundo os dados tornados públicos pela DOCAPECA, o valor do pescado transacionado nas lotas e postos de venda de Portugal Continental aumentou 29% em 2021, face ao ano anterior, apresentando um crescimento de 18% face a 2019, ano pré-pandemia.

O valor gerado na 1.ª venda em lota (Continente) atingiu os 251 milhões de euros. A lota onde as vendas foram mais significativas foi a lota de Peniche, como a principal do país (39 milhões de euros), seguida de Matosinhos (32 milhões de euros), Sesimbra (28 milhões de euros), Aveiro (17 milhões de euros) e Vila Real de Santo António (16 milhões de euros).

No que concerne a pescado descarregado, a principal lota foi Sesimbra (21,5 mil toneladas), seguindo-se Matosinhos (20,4 mil toneladas), Peniche (15,1 mil toneladas), Aveiro (8,1 mil toneladas) e Figueira da Foz (7,4 mil toneladas). Estes resultados espelham, no fundamental, o grande “salto” verificado nas capturas do Cerco.

No todo nacional, segundo o Datapescas, n.º 127, da responsabilidade da DGRM, as descargas de pescado tiveram um crescimento global de 26,1% em 2021, fixando-se em 140.675 toneladas (ton.) – mais 29.106 ton. relativamente a 2020.

No Continente, o segmento da pesca que mais cresceu em volume de capturas foi o Cerco, com um aumento de 44,6% face ao período homólogo. Relativamente às regiões autónomas, nos Açores registou-se um forte aumento de capturas,

com um crescimento de 54,3% em relação a 2020, sendo que a Madeira regista um “tímido” aumento de 3,3% de capturas no mesmo período.

A sardinha, com o reforço das possibilidades de captura em 2021, voltou a ser a espécie mais capturada no Continente (26.851 ton.), seguindo-se a cavala (22.485 ton.), o carapau (16.642 Ton.), o biqueirão (9.637 ton.) e os polvos (7.196 ton.).

Os preços médios (PM) do pescado em 2021 sofreram uma desvalorização de 0,87%, fixando-se em 2,28 euros/kg, quando em 2020 o PM se tinha fixado nos 2,30 euros/kg.

Do conjunto das 16 lotas do continente, apenas 3 tiveram uma evolução negativa em termos de descargas: Cascais/Ericeira (-26,6%); Sines (-14,2%) e Tavira (-16,8%).

As restantes 13 lotas do Continente obtiveram um crescimento assinalável, com especial destaque para os portos onde o Cerco é mais significativo, como é o caso de Matosinhos onde se registou um aumento de descargas de 108%.

Relativamente ao saldo da balança comercial dos produtos da pesca, o mesmo continua altamente deficitário (-961,483 milhões de euros). Ainda assim, e por via dos aumentos verificados na produção, em 2021 assinala-se uma redução do referido défice de cerca 53 milhões de euros. Estes indicadores só reforçam a necessidade que o país tem em produzir mais para importar menos, equilibrando assim a sua balança comercial.

2. Factos relevantes

O início do ano de 2021 foi marcado pelo processo eleitoral que elegeu, no dia 28 de março, os novos Órgãos Sociais da Cooperativa, para o mandato 2021-2024 que, mantendo a generalidade dos anteriores dirigentes, passou a contar com a participação de novos membros. De destacar, entre os membros efetivos, no Conselho de Administração, a eleição de João Paulo Delgado e Álvaro Bota, respetivamente, como Presidente e Vice-Presidente e ainda de Joaquim Simplício e Vanessa Amorim que participam pela primeira vez nos Órgãos Sociais da Mútua. Frederico Pereira assumiu funções como Presidente do Conselho Fiscal, passando a Assembleia Geral a ser presidida por J.M. Jerónimo Teixeira.

Apesar do ano ter sido, ainda, fortemente condicionado pelo contexto de teletrabalho, impedindo muitas das tradicionais iniciativas da Mútua, tanto internamente como no exterior, em parceria com as comunidades e diversas instituições, merece destaque o Encontro do Dia Nacional do Mar, realizado em parceria com o município de Sesimbra e a Docapesca, em novembro, e que mobilizou a participação de múltiplas instituições e organizações ligadas ao setor do mar e da pesca.

Sem a possibilidade de realizar as tradicionais Jornadas internas, que mobilizam trabalhadores e dirigentes no fim de cada ano, houve lugar, ainda assim, para a realização de uma importante reunião de trabalho do Comité de Quadros, alargada a outros trabalhadores, com a participação do Conselho de Administração e outros dirigentes dos Órgãos Sociais, para alinhamento da visão e estratégias de trabalho da Cooperativa.

À semelhança do ano anterior, em consequência da pandemia, a Mútua dos Pescadores decidiu prolongar a aplicação das moratórias para o pagamento dos prémios de seguro, determinando, ainda, reduções significativas no valor dos prémios a pagar, nos setores mais afetados pela inatividade.

Merece, ainda, destaque a realização de contratos de seguro, nos principais ramos em que a Mútua opera, junto de novos segmentos de mercado, nomeadamente, entre as maiores empresas de pesca do país, reforçando a estratégia de crescimento apontada para estes anos e consolidando a liderança no ramo de seguro marítimo e nas atividades económicas conexas com a pesca.

3. A Atividade da Mútua em 2021

3.1. Síntese da atividade

O ano de 2021 continuou a ser fortemente marcado pelos efeitos da pandemia sobretudo no primeiro semestre.

A recuperação que a Mútua dos Pescadores veio registando no decurso de 2021, nos valores dos prémios brutos emitidos, consolidou-se, no último trimestre, atingindo de muito perto o objetivo prospetivado em 2020, e encerrando o ano com uma produção de 10.764.850€ o que representou um crescimento de 6,3%.

A Mútua dos Pescadores, com a sua especialização e fortemente inserida no sector das pescas, aumentou os seus prémios com a retoma da pesca e da atividade marítimo turística.

Na vertente financeira, foram prosseguidas as medidas de acompanhamento ao nível da carteira de investimentos e da monitorização da liquidez.

Na atividade corrente destaca-se um acréscimo no valor dos prémios nos ramos de Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Marítimo.

Em termos de custos com sinistros registou-se um agravamento de 18,7% após resseguro. No direto verifica-se um desagravamento de 5,4% que adveio totalmente do ramo Marítimo.

Em Acidentes de Trabalho destaca-se a alteração da taxa de juro técnica e encargos de gestão nas provisões matemáticas das pensões não remíveis, abrangendo todos os sinistros, para 2% em ambos os parâmetros, mantendo a tábua de Mortalidade TV 73-77.

No decorrer do ano de 2021 registaram-se, lamentavelmente, três acidentes mortais na atividade da Pesca e um acidente mortal na atividade marítima turística (mergulho).

No Marítimo realça-se o afundamento de uma embarcação com capital seguro de 137.500€ (em averiguações).

Nas Despesas Gerais verificou-se um acréscimo de 17,5% em relação a 2020.

Em 2021 a Mútua dos Pescadores iniciou um forte investimento para adaptação da sua estrutura a nível de *hardware* e *software* à IFRS 17, com necessidade de recurso a consultadoria e formação de quadros.

Considera-se ainda importante realçar que o resultado do Exercício antes de Impostos é positivo em 769.461€.

Após impostos o valor é positivo em 702.048€. Esta diferença é explicada por impostos correntes de 19.136€ e impostos diferidos de 48.277€.

Realça-se a alteração da valorização da participação na Ponto Seguro - Mediação de Seguros, S.A. com 100% do capital da mediadora, pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial e do seu impacto a nível de Resultados e Capital Próprio da Mútua dos Pescadores.

Esta alteração reforçou o resultado da Mútua dos Pescadores em 2021 em 405.983€ e em Capitais Próprios 1.602.470€ mensurado em Resultados Transitados.

O valor relativo ao movimento dos impostos diferidos, com impacto nos resultados, resulta da diminuição do imposto diferido ativo proveniente do decréscimo do valor dos títulos em Imparidade e do aumento do imposto diferido passivo proveniente do acréscimo da Reserva de Reavaliação dos imóveis de Rendimento.

3.2. Principais variáveis e indicadores da atividade

(valores em euros)

QUADRO 2 – PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DA ATIVIDADE			
Balanço	2021	2020	Varição (%)
Investimentos	41 159 239	37 503 638	9,7%
Ativo Líquido	48 263 254	44 999 602	7,3%
Capital Próprio	15 933 665	13 931 003	14,4%
Provisão para prémios n/ Adquiridos	1 188 803	1 052 219	13,0%
Provisão Matemática	14 042 743	12 650 921	11,0%
Provisão para Sinistros	20 283 097	19 504 892	4,0%
Provisão para sinistros Líquida de Resseguro	17 967 056	16 329 376	10,0%
Provisões Técnicas	21 555 400	20 827 870	3,5%
Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro	18 569 650	17 163 148	8,2%
Ganhos e Perdas			
Prémios Brutos Emitidos	10 764 850	10 130 482	6,3%
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	7 299 805	6 591 737	10,7%
Custos com sinistros de seguro directo	7 579 818	8 016 867	-5,5%
Custos com sinistros Líquidos de Resseguro	6 475 447	5 456 170	18,7%
Custos Operacionais	1 284 840	1 157 220	11,0%
Rendimentos	919 125	866 524	6,1%
Out. Rendimentos/gastos não técnicos	28 845	(13 015)	(321,6%)
Resultado Líquido	702 048	464 359	51,2%
Indicadores			
Taxa de sinistralidade de seguro Directo	70%	79%	
Taxa de sinistralidade Líquida de Resseguro	89%	83%	
Resultado Líquido/PBE	7%	5%	
Rácio combinado de seguro Directo	94%	99%	
Rácio combinado Líquido de resseguro	106%	100%	

3.3. Área Comercial

A atividade comercial da Mútua dos Pescadores, apesar de subordinada às adversidades impostas pela pandemia, obteve um crescimento de 6,3% nos resultados globais de produção. Este crescimento resulta da perseverança das linhas de orientação, que têm vindo a ser desenvolvidas, encontrando-se assente num trabalho de continuidade com os segurados e cooperadores, e no envolvimento da rede técnica e comercial e dos dirigentes.

Em 2021, verificou-se um crescimento interessante na quase totalidade das zonas comerciais. Apesar das perdas no início do ano, consequência direta das limitações impostas às atividades económicas, globalmente os ramos mais relevantes na atividade da Mútua dos Pescadores cresceram.

No âmbito da atividade Marítimo Turística, a Mútua dos Pescadores, continuou a promover soluções únicas no mercado segurador português, de proteção e apoio aos operadores desta atividade.

Apesar de se continuarem a viver momentos difíceis em 2021, é de enorme relevância que se tenha alcançado este crescimento.

É igualmente prestigiante que ao longo dos últimos anos a Cooperativa seja a seguradora das maiores empresas de pesca nacionais.

A Mútua dos Pescadores continuou a desenvolver ações tendo em vista o aumento da proteção dos segurados, reforçando, sempre que possível, os contactos diretos com os segurados e com as variadíssimas instituições relacionadas com a pesca e restantes atividades marítimas, para além do setor cooperativo e social.

Em 2021, manteve-se a linha de trabalho de desenvolvimento de novas soluções de proteção, nomeadamente em Acidentes de Pessoais, com destaque para as novas soluções para setores como a economia social e atividades culturais.

3.4. Área Técnica

A Mútua dos Pescadores continuou a fazer o acompanhamento técnico da sua carteira de seguros, criando medidas de mitigação de danos causados pela pandemia provocada pela covid-19, apoiando os segurados das atividades económicas mais vulneráveis, nomeadamente, das atividades ligadas ao turismo.

Deu-se início ao processo de criação de um manual de procedimento para todas as atividades do Departamento Técnico. Foram atualizados e uniformizados os manuais tarifários de Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais.

Foi iniciado o processo de atualização do produto de Multiriscos Condomínio, com novas condições gerais. Foi iniciado o processo de integração do novo produto no GIS e EGIS.

Continuou-se o desenvolvimento da passagem dos simuladores de Multipesca a prémio variável e marítimo pesca para a plataforma EGIS.

Foram criadas fichas multiproduto dos ramos de incêndio, aquacultura, marítimo pesca, marítimo recreio e marítimo turística.

Deu-se continuidade à política de vistorias a embarcações de pesca, recreio e atividade marítimo turística, sendo dado maior enfoque às embarcações mais antigas, em riscos de porto e em venda.

Criaram-se novos produtos comerciais de Acidentes Pessoais.

Iniciou-se a emissão de documentos digitais, em formatos não editáveis, diminuindo a produção de documentos físicos (aviso de cobrança).

3.5. Área de Sistemas de informação

Na área das tecnologias de informação continuou-se a trabalhar na modernização dos sistemas e dos *softwares*.

Começou-se a implementação do projeto de Virtualização de sistemas e dados.

Deu-se início ao projeto da IFRS 17.

Implementaram-se novas multifunções em toda a organização.

Padronizaram-se as assinaturas de correio eletrónico em toda a organização.

Foram feitos novos contratos de comunicações móveis e internet obtendo melhorias de serviço e menores encargos financeiros.

Continuou-se o projeto de *Upgrade* da rede de Dados dos Balcões.

Iniciou-se o projeto do novo Portal Interno.

3.6. Área Financeira e de Resseguro

Deu-se início ao processo para a implementação da IFRS 17 e IFRS 9, iniciando-se, igualmente, o processo de faturação eletrónica para entidades públicas;

Implementou-se a nova declaração mensal de imposto de selo (DMIS);

Concluiu-se a implementação do novo sistema de gestão de ativos (SGC);

Prosseguiu-se com as medidas de acompanhamento ao nível da carteira de investimentos e da monitorização da liquidez.

Mantiveram-se os procedimentos de controlo interno das Despesas Gerais.

Prosseguiram-se as auditorias internas conforme plano anual

Foram monitorizados o conjunto de indicadores de “performance” (KPI) e de indicadores de risco (KRI) definidos.

Procedeu-se à elaboração do orçamento plurianual (2022-2024) que reflete a estratégia definida pelo Conselho de Administração, mantendo-se as grandes linhas estratégicas para o desenvolvimento da seguradora num horizonte de três anos.

3.7. Área de Ação Cooperativa e Comunicação

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pelas eleições dos novos órgãos sociais da Mútua dos Pescadores que tiveram lugar a 28 de março de 2021 e pelo processo eleitoral que se desenvolveu com o apoio de um grupo de trabalho formado por trabalhadores e dirigentes, com o objetivo de informar e sensibilizar os associados para as eleições. Dado o contexto pandémico, reforçaram-se os meios digitais para comunicar todas as fases do processo e editaram-se pequenos vídeos. Com o lema Mútua – um farol no horizonte! apresentou-se uma única Lista às eleições, de continuidade com o projeto dos órgãos sociais cessantes, que têm contribuído para a consolidação de uma “cultura de solidariedade, entreajuda, reflexão coletiva e participação na tomada de decisão”, “aí residindo, em boa parte, a sua capacidade de resistir às ofensivas do tempo e dos múltiplos contextos socioeconómicos e políticos que tem atravessado ao longo dos seus quase 80 anos de existência”, como se lê no Programa da Lista apresentado aos cooperadores.

78 elementos distribuídos pela Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comissão de Avaliação e Vencimentos, e os 6 Conselhos Regionais, do Norte, Centro, Sul, Algarve, Madeira e Açores, que por sua vez elegeram o Conselho Nacional, composto por elementos destes órgãos. Homens e Mulheres oriundos das atividades marítimas na sua grande maioria, e da pesca em particular, com ligação às associações dos seus setores de atividade, mas também da própria atividade seguradora, do setor cooperativo e social, e da investigação.

A Lista A foi eleita com 947 votos válidos, numa Assembleia eleitoral descentralizada por 27 mesas de votos distribuídas pela linha da costa, acolhidas nos balcões da cooperativa e pelas Associações do Setor Marítimo. Participaram um total de 1031 cooperadores, 23% do total de cooperadores inscritos, tendo sido anulados 84 votos, por não reunirem a condição de eleitor válido, de acordo com o Regulamento Eleitoral.

Manteve-se assim um nível de participação global satisfatório, superior em termos de votação relativamente ao último ato eleitoral, em 2017.

O último trimestre foi marcado pela realização do Encontro do Dia Nacional do Mar, “Valorizar as pescas e o mar, valorizar o país”, organizado em conjunto com a Câmara Municipal de Sesimbra, e em parceria com a Docapesca. Iniciativa que deu continuidade ao Encontro realizado em 2019, “Desafiar o Futuro das Pescas”. Estruturou-se em torno de 4 painéis temáticos – dificuldades e desafios sentidos pelas várias organizações e setores de atividade; valorização dos recursos – pesca e património marítimo; mão de obra, qualificação, recursos humanos e segurança; e pesca e sustentabilidade. Intervieram organizações e sindicatos do setor de Norte a Sul, e Ilhas, For-Mar e Escola do Mar dos Açores, IPMA, Docapesca, GAMA e DGRM, e participaram cerca de 200 pessoas.

O Encontro foi também palco para uma homenagem do setor da pesca a dois dirigentes associativos falecidos durante a pandemia: António Pila, presidente da Associação de Armadores Centro e Sul, de Sesimbra; e José Festas, da Associação Pró-Maior Segurança dos Homens do Mar, da Póvoa de Varzim.

O Encontro contou com as presenças da Secretária de Estado das Pescas, Teresa Coelho e do Ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos.

3.8. Análise da carteira de prémios: Prémios de Seguro Direto

(valores em euros)

QUADRO 3 - PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS			
Ramos	2021	2020	Varição (%)
Acidentes de Trabalho	6 074 649	5 740 982	5,81%
Acidentes Pessoais	1 044 501	982 704	6,29%
Incêndio e Elementos da Natureza	971	1 016	(4,35%)
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos	277 403	279 118	(0,61%)
Marítimo	3 367 326	3 126 664	7,70%
TOTAL	10 764 850	10 130 482	6,26%

O valor de Produção de Seguro Direto foi de 10.764.850€, o que representou um acréscimo de 6,2% em relação a 2020. Este acréscimo de prémios manifestou-se em todos os ramos, com exceção de Incêndio e Multirriscos, e com forte destaque no ramo Marítimo com um crescimento de 7,7%.

Em Acidentes de Trabalho o crescimento manifestou-se na atividade da Pesca (+7,5%). Nas “Outras Atividades” houve um decréscimo (de -3,5%).

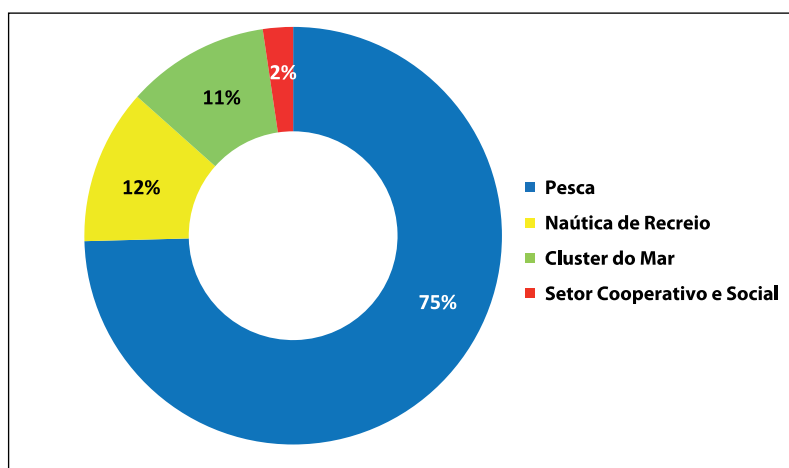
Nos Acidentes Pessoais, o crescimento adveio da atividade da Pesca (+1%) mas, principalmente, da Náutica de Recreio e das “Outras Atividades”, onde se registou um acréscimo de 7,4% e 17,7%, respetivamente.

No Ramo Marítimo o crescimento verificou-se na Pesca (+9,1%) mas também na Náutica de Recreio e na atividade Marítimo Turística com um acréscimo global de 4,6% em relação a 2020.

Em Multiriscos o decréscimo foi muito ténue (-0,6%).

Estrutura da Carteira de Prémios

Gráfico 1 – Produção de 2021 por Vetor Estratégico

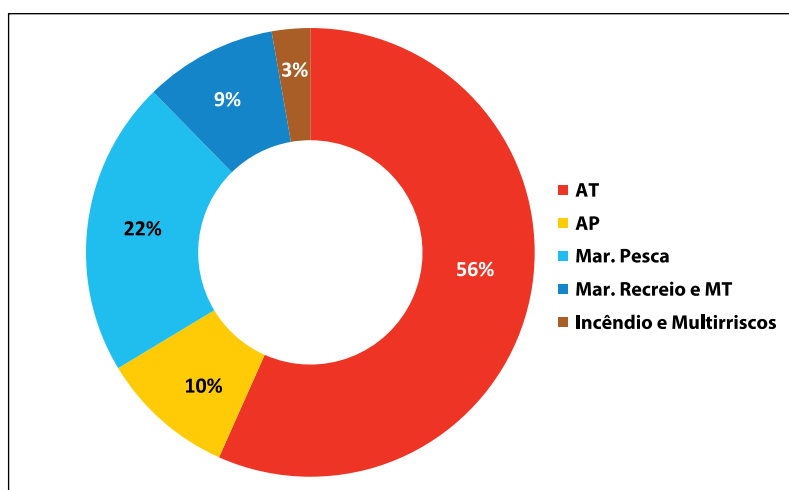


Manteve-se a estrutura de distribuição de prémios pelos vetores estratégicos, com o setor da Pesca a representar 75% da produção, consolidando-se como a grande área de especialização da Mútua.

Estrutura da Carteira de Prémios por Ramos

A carteira em 31 de dezembro de 2021 distribuía-se de acordo com o gráfico 2:

Gráfico 2 – Estrutura da Carteira de Prémios



Em 2021 registou-se um ligeiro decréscimo do peso dos Acidentes de Trabalho (57% para 56%) em contrapartida do aumento do peso do Marítimo-Pesca (21% para 22%) na carteira global da Mútua.

A Pesca foi uma atividade que se manteve bastante ativa, registando-se também a retoma da atividade Marítimo Turística.

3.9. Análise da Sinistralidade: Custos com sinistros de seguro direto

Em 2021 registou-se um decréscimo na taxa de sinistralidade relativamente a 2020, de 79,1% para 70,4%.

Esse decréscimo foi significativo no ramo Marítimo. Nos restantes ramos registou-se acréscimo na taxa de sinistralidade.

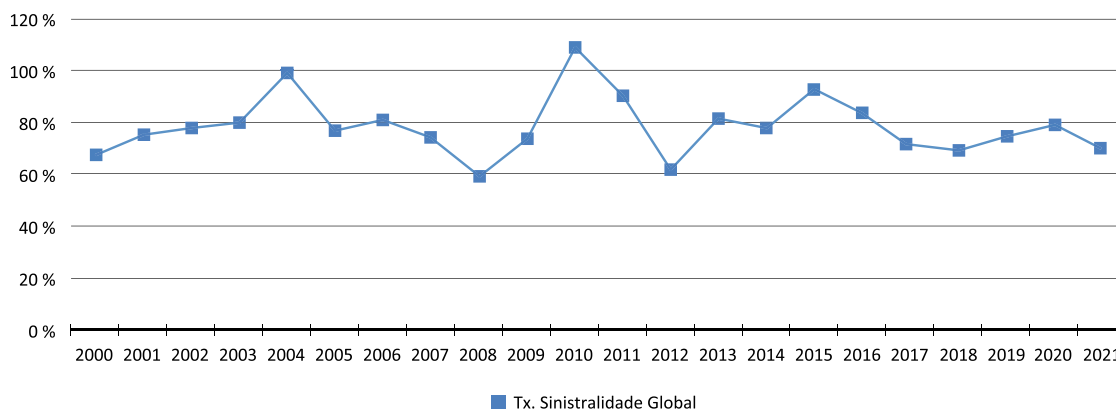
Tal como já referido reforçou-se, em Acidentes de Trabalho, a Provisão Matemática colocando todos os sinistros não remíveis com a aplicação de uma taxa de juro técnica de 2% e encargos de gestão de 2%, mantendo a tabela de mortalidade TV 73-77. Igual procedimento foi aplicado à Provisão respeitante aos encargos com Assistência Vitalícia bem como à Provisão para fazer face ao risco de revisão.

No Marítimo realça-se o afundamento de 1 embarcação com capital seguro de 137.500€ (em averiguações) comparativamente com dois importantes eventos com embarcações de Pesca, um afundamento e uma submersão no cais, ocorridas em 2020.

QUADRO 4 - TAXAS DE SINISTRALIDADE BRUTAS		
Ramos	2021	2020
Acidentes de Trabalho	96,3%	86,4%
Acidentes Pessoais	34,9%	18,2%
Incêndio e Elementos da Natureza	0,0%	0,0%
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos	41,0%	29,3%
Marítimo	37,2%	89,5%
TOTAL	70,4%	79,1%

Taxa de sinistralidade = Custos com sinistros após imputação/Prémios Brutos Emitidos.

Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Sinistralidade Global



Os Custos com Sinistros

O valor total dos custos com sinistros ascendeu, em 2021, a 6.475.447€ o que representa um acréscimo, em relação a 2020, de 18,7%. Sem a componente de resseguro, o valor de 2021, ascenderia a 7.579.818€ o que revela um decréscimo de cerca de 5,45% em relação a 2020.

O decréscimo adveio exclusivamente do Ramo Marítimo.

Neste ramo a redução foi de 55,2% em relação a 2020.

Em Acidentes de trabalho houve um acréscimo de 17,9% explicado pelas alterações introduzidas nos cálculos das provisões matemáticas desse ramo.

(valores em euros)

	QUADRO 5 - CUSTOS COM SINISTROS											
	AC TRABALHO		AC PESSOAIS		INCÊNDIO		MULTIRRISCOS		MARÍTIMO		TOTAL	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
MONT. PAGOS	3 580 515	3 681 968	228 113	141 661	0	0	80 623	59 889	1 783 261	1 920 953	5 672 512	5 804 472
VAR. PROV. SIN.	1 631 500	713 686	25 310	38 253	0	0	8 925	8 719	(910 350)	484 014	755 385	1 244 672
IMP. CUSTOS	636 849	563 765	111 556	(1 468)	0	0	24 235	13 300	379 280	392 127	1 151 920	967 723
TOTAL DIRETO	5 848 864	4 959 419	364 980	178 447	0	0	113 784	81 908	1 252 190	2 797 094	7 579 818	8 016 867
RESSEGURO	(192 553)	(434 856)	(108 339)	(57 722)	0	0	(78 880)	(65 050)	(724 599)	(2 003 068)	(1 104 370)	(2 560 697)
TOTAL	5 656 312	4 524 563	256 641	120 724	0	0	34 904	16 857	527 591	794 026	6 475 447	5 456 170

3.10. O Resseguro

O Saldo geral relativo às Contas de Resseguro apresentou-se favorável aos resseguradores. Em 2021 não se registaram alterações de relevo na estrutura dos contratos de resseguro.

(valores em euros)

QUADRO 6 - CONTAS DE RESSEGURO CEDIDO 2020-2021		
	2021	2020
Prémios de Resseguro Cedido	(3 571 629)	(3 448 910)
Var. da Prov. Prémios não Adquiridos	180 502	(172 725)
Comissões de Resseguro Cedido	1 215 501	869 469
Montantes Pagos	1 953 698	1 983 725
Var. da Provisão Sinistros	(849 327)	576 972
Juros s/Reservas	(3 020)	(3 035)
Saldo	(1 074 276)	(194 504)

3.11. Cobranças

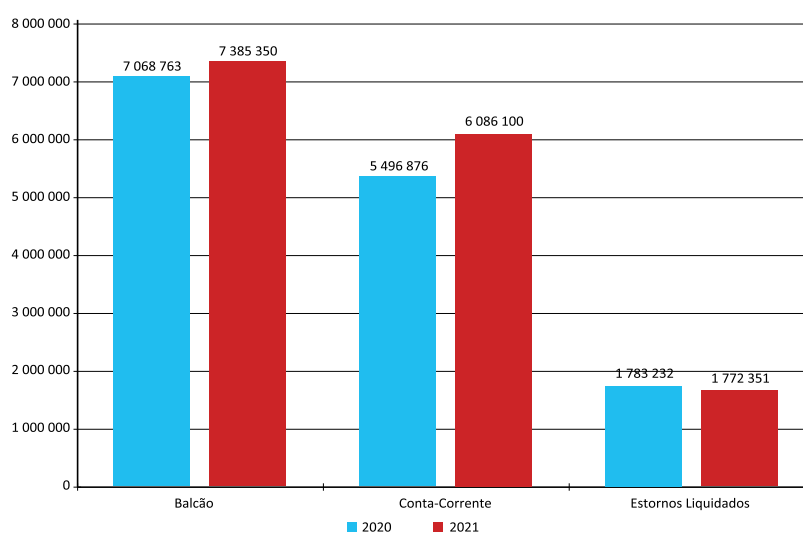
Em 2021 registou-se um comportamento positivo nas cobranças.

Cobram-se 11.669.975€ de Prémios Totais, líquidos de estornos e anulações, o que representou um acréscimo 8,5% em relação a 2020.

Procedendo à análise por canal de cobrança (Recibos cobrados) verificou-se um aumento de cobrança nos balcões de 4,5% e no canal Conta Corrente de 10,7%.

Os Estornos registaram um decréscimo de 0,6% refletindo ainda as medidas extraordinárias introduzidas face à situação pandémica que vivemos.

Gráfico 4 – Cobranças por canal



No Movimento de Lotas registou-se um crescimento global de 31,4%.

Todas as zonas apresentaram crescimento, com forte destaque para a zona Norte com um acréscimo de 69,1%, logo seguido do Algarve com 38,3%.

3.12. Custos por Natureza

O Quadro 7 mostra a repartição dos Custos por Natureza pelas principais rubricas e a sua comparação com o ano anterior.

(valores em euros)

QUADRO 7 - CUSTOS POR NATUREZA			
	2021	2020	Varição (%)
Órgãos Sociais	1 78 565	88 322	102,2%
Gastos com Pessoal	1 555 483	1 476 381	5,4%
Fornecimento e Serviços Externos	1 366 055	1 058 894	29,0%
Impostos e Taxas	120 213	172 965	-30,5%
Depreciações e Amortizações do Exercício	230 570	134 791	71,1%
Juros Suportados	3 020	3 035	-0,5%
Comissões	50 042	47 802	4,7%
Total	3 503 948	2 982 190	17,5%
Prémios do Seguro Directo	10 764 850	10 130 482	6,3%
Rácio	30,6%	27,6%	

(Custos p/nat-enc.Cobrança/PBE)

Em 2021 verificou-se um acréscimo nas Despesas Gerais de 17,5% em relação a 2020.

A Mútua iniciou em 2021 forte investimento para adaptação da sua estrutura a nível de *hardware* e *software* à IFRS 17, com necessidade de recurso a consultadoria e formação de quadros.

Este investimento de adaptação da estrutura causou já impactos em 2021 e terá novo impacto nos anos futuros, com maior incidência em 2022.

Destacam-se a rubrica "Órgãos Sociais" que reflete a alteração de remuneração dos administradores com valores fixos mensais. A rubrica "Gastos com Pessoal", reflete a política salarial seguida pela Mútua para o ano 2021 e a movimentação ocorrida durante o ano.

A rubrica "Fornecimento e Serviços Externos" reflete o acréscimo das despesas enquadradas como "Equipamento Informático" pelos motivos acima expostos de adaptação de toda a estrutura informática à adoção da IFRS 17. Este facto também se reflete na rubrica "Amortizações".

Em 2022 manter-se-á a política de controlo de custos.

3.13. Investimentos

O ano de 2021 surge ainda marcado pela pandemia.

O controlo da pandemia e o alto grau de vacinação teve reflexos na recuperação da atividade económica nacional e internacional, interrompida com o surgimento da nova variante Ómicron, que impôs a reintrodução de novas medidas restritivas com impacto, na atividade económica.

Persiste um clima de incerteza significativa na esfera macroeconómica, com perturbações na inflação e nos níveis de volatilidade dos mercados obrigacionistas e acionistas.

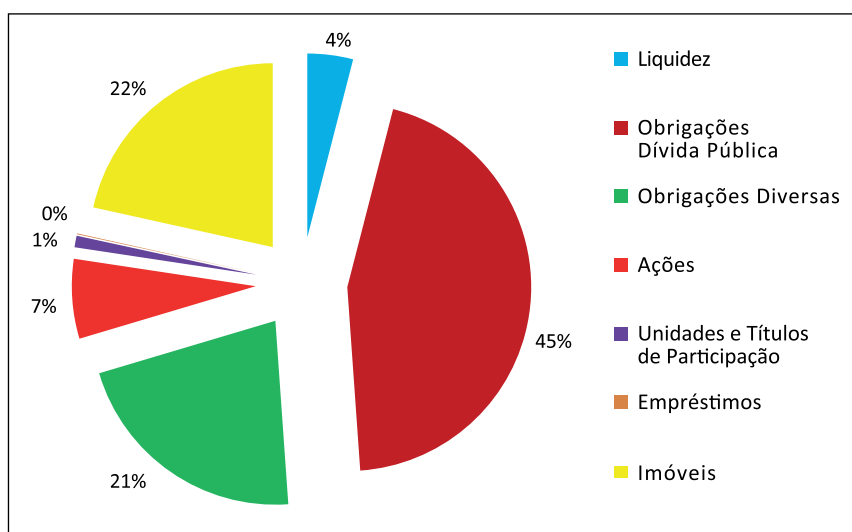
A Mútua manteve a sua política de investimentos e uma estratégia conservadora, essencialmente focada em ativos de rendimento fixo (Obrigações de Dívida Pública e *Corporate*).

A carteira de ativos financeiros de 41.159.239€ é essencialmente constituída por Obrigações (de Dívida Pública e *Corporate*), que representam cerca de 66% do valor global, e por Imóveis que representam 22%.

Procedeu-se à alteração da valorização da participação existente na Ponto Seguro - Mediação de Seguros, S.A. com 100% do capital da mediadora, pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, o que originou um aumento do peso das ações na estrutura de ativos.

Manteve-se uma atenção particular à liquidez (saldos de depósitos à ordem, caixa e depósitos a prazo) que representa 4% do valor total.

Gráfico 5 - Estrutura de Ativos Financeiros



Neste enquadramento, destacam-se:

a) Rendimentos

Verificou-se um acréscimo nos rendimentos em cerca de 6,1%.

Este acréscimo adveio, principalmente, dos ativos não afetos e respeita à distribuição de dividendos da participada Ponto Seguro.

(valores em euros)

QUADRO 8 - RENDIMENTOS FINANCEIROS			
	2021	2020	Varição (%)
Terrenos e Edifícios	206 981	208 267	-0,6%
Outros Investimentos Financeiros	628 142	621 111	1,1%
Não Afectos- Livres	84 002	37 146	126,1%
Rendimentos	919 125	866 524	6,1%

b) Mais e Menos Valias Realizadas e não Realizadas Reconhecimento de Imparidade

Não houve alterações na política contabilística em relação ao ano anterior.

Foram registadas em Ganhos e Perdas as imparidades reconhecidas nos ativos. Esse reconhecimento foi efetuado, de acordo com a IAS 39, quando se verifica “um declínio significativo ou prolongado no seu justo valor” e/ou se existir “prova objetiva de imparidade”.

Os critérios seguidos pela Mútua dos Pescadores são descritos em pormenor nas Notas à Demonstração da Posição Financeira e Conta de Ganhos e Perdas. Registaram-se 896€ como Perdas por Imparidade relativamente a Ações.

(valores em euros)

QUADRO 9 - MAIS E MENOS VALIAS - GANHOS E PERDAS - ANO 2021			
	Títulos	Imóveis	Total
Mais e Menos Valias Realizadas	28 210	0	28 210
Mais e Menos Valias Não Realizadas	0	135 400	135 400
Imparidades	(896)	0	(896)
Total	27 315	135 400	162 715

(valores em euros)

QUADRO 10 - MAIS E MENOS VALIAS - RESERVA REAVALIAÇÃO - ANO 2021			
	Títulos	Imóveis	Total
Mais e Menos Valias Não Realizadas	(821 688)	415 962	(405 727)
Total	(821 688)	415 962	(405 727)

c) Investimentos

O quadro 11 mostra a carteira global da Mútua dos Pescadores valorizada em 31 de dezembro dos anos em comparação (os valores abaixo indicados incluem juros decorridos).

(valores em euros)

QUADRO 11 - INVESTIMENTOS			
	2021	2020	Variação
Terrenos e Edifícios	8 861 118	8 415 218	445 900
Empresas Grupo e Associadas	2 698 058	689 204	2 008 854
Ações e Outros Rend. Variável	597 335	545 956	51 379
Obrigações e Outros Rend. Fixo	27 321 538	26 773 235	548 303
Empréstimos Hipotecários	29 800	29 800	0
Depósitos a Prazo	1 651 390	1 050 226	601 165
Outros	-	-	-
Total	41 159 239	37 503 638	3 655 601

A carteira de Investimentos apresentava a 31 de dezembro de 2021 o valor de 41.159.239€ (ver Inventário das Participações e Instrumentos Financeiros).

A composição da carteira está de acordo com a "Política de Investimentos" definida com critérios de prudência na seleção dos ativos.

Tal como já referido procedeu-se à alteração da valorização da participação existente na Ponto Seguro - Mediação de Seguros, S.A. com 100% do capital da mediadora, pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, o que originou um aumento significativo na carteira.

Não houve aquisição de Imóveis. O acréscimo registado reflete, entre outros, as avaliações efetuadas em 2021.

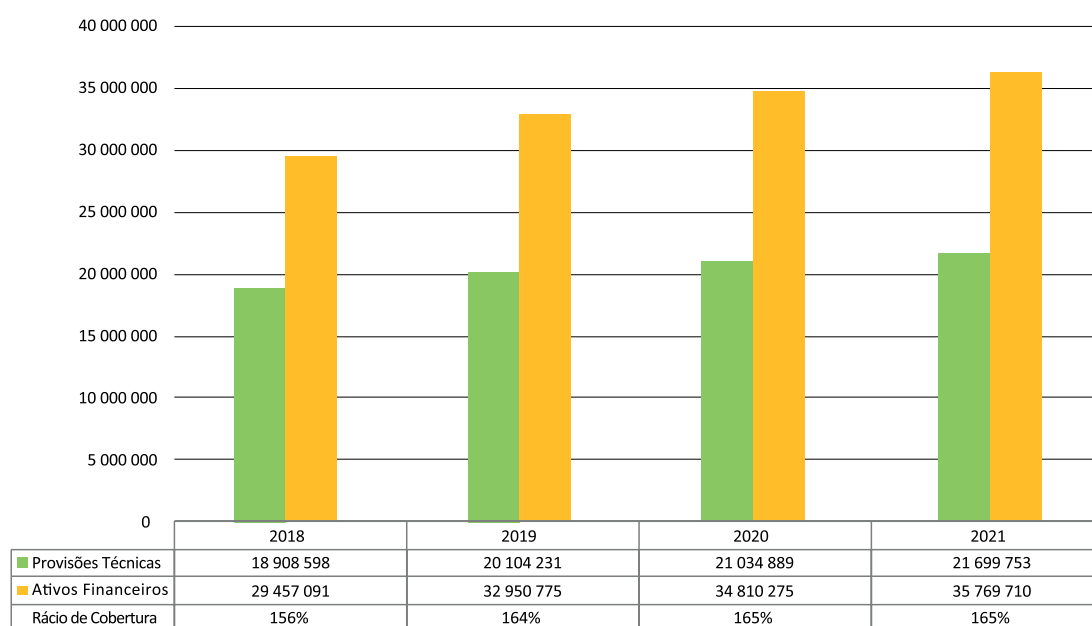
O investimento foi centrado em Obrigações "Corporate" de médio prazo bem como em Obrigações de Dívida Pública Estrangeira de longo prazo.

Em 2021, todas as obrigações estão classificadas como "Disponíveis para Venda".

3.14. Garantias Financeiras

3.14.1. Provisões Técnicas

As Provisões Técnicas, incluindo os custos de aquisição diferidos, atingiram o montante de 21.699.753€ a 31 de dezembro de 2021 e os Ativos Representativos apresentaram o valor de 35.769.710€, pelo que o grau de Cobertura das Provisões Técnicas foi de 165%.

Gráfico 6 - Margem de Cobertura das Provisões Técnicas**3.14.2 Capital Próprio e Margem de Solvência**

O Capital Próprio aumentou 14,4% para um valor total de 15.933.665€ devido essencialmente aos seguintes fatores:

- Aumento do Capital Social resultante do acréscimo do Fundo Mutualista que ascende a 196.766€ a 31 de dezembro de 2021;
- Decréscimo nas Reservas de Reavaliação resultante dos ajustamentos positivos e negativos de justo valor dos ativos (Títulos e Imóveis);
- Diminuição na Reserva por impostos diferidos resultante da diminuição dos passivos por impostos diferidos relativos à reserva de reavaliação de títulos e do aumento relativo à reserva de reavaliação de imóveis de uso próprio;
- Aumento nas Outras Reservas decorrente, essencialmente, da incorporação do resultado de 2020 relativo a negócios com Terceiros;
- Acréscimo significativo nos Resultados Transitados explicado pela regularização do ajustamento da participação na Ponto Seguro pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial a 2020 (1.602.470€) e pela aplicação dos resultados do exercício anterior da Mútua dos Pescadores;
- Resultado do próprio exercício 702.048€.

QUADRO 12 - CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL PRÓPRIO	2021	2020	Var 2021/2020 (%)
Capital Social	6 196 766	6 163 082	0,5%
Reservas de reavaliação	4 059 696	4 465 422	-9,1%
Reserva por impostos diferidos	(969 403)	(1 061 864)	-8,7%
Outras Reservas	3 013 140	2 726 520	10,5%
Resultados Transitados	2 931 418	1 173 484	149,8%
Resultado Líquido	702 048	464 359	51,2%
Total	15 933 665	13 931 003	14,4%

A Mútua dos Pescadores monitoriza a solvência de acordo com o Regime de Solvência II em vigor desde 1 de janeiro de 2016.

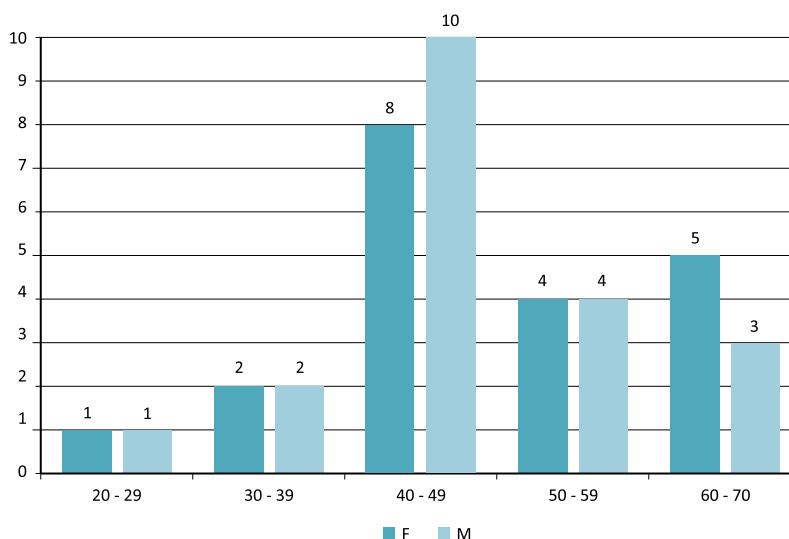
Nestes termos e de acordo com o estabelecido na legislação, os dados relativos à Margem de Solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de abril através do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR).

3.15. Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2021, verificou-se uma redução no número de trabalhadores de 42 para 40 incluindo os contratados a termo. O conjunto dos trabalhadores encontra-se distribuído pelo território nacional (Continente e Regiões Autónomas), acompanhando a presença da Mútua nas diversas comunidades ribeirinhas.

Em 2021 a distribuição entre elementos do sexo feminino e masculino é de completa paridade (50%/50%) A antiguidade média dos trabalhadores reduziu-se para 14 anos.

Gráfico 7 – Escalões etários



3.15.1. Formação

Decorrente do processo eleitoral de março organizou-se uma edição do curso interno de “Cooperativismo e Seguros”, tendo participado 11 elementos, candidatos ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, e Comissão de Avaliação e Vencimento. Organizou-se também a formação de acolhimento para 7 novos trabalhadores.

Quanto à formação externa continuam-se a privilegiar as formações técnicas e que vão ao encontro dos requisitos legais, como a formação inicial de PDEAS, a formação de aperfeiçoamento contínuo em diversas áreas de seguros - dos ramos vida e não vida, enquadramento da atividade, branqueamento de capitais, fundos de pensões, produtos de investimento com base em produtos de seguros. Formações obrigatórias no exercício de algumas funções, de acordo com o disposto no artigo 13.º da Norma Regulamentar n.º 6/2019-R, de 3 de setembro, que regulamentou a Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro. Com as exigências introduzidas pelas novas normas internacionais de reporte financeiro IFRS9 e IFRS17 e as implicações que são transversais a várias áreas, trabalhadores da área financeira, técnica e informática, participaram em sete ações nesta área.

Deu-se continuidade à formação com vista à obtenção do Certificado de Competências Pedagógicas.

Trabalhadores, oriundos de várias áreas, realizaram formação em folha de cálculo, nível intermédio e avançado. O setor público foi outra das temáticas de interesse, tendo sido frequentadas ações sobre contratação pública, e acidentes de trabalho nas entidades públicas.

Informática e contabilidade foram outras das áreas de interesse, com um total de 17 ações frequentadas por 24 trabalhadores e um dirigente em 2021.

3.16. Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno

No decurso de 2021 foram desenvolvidas diversas ações, destacando-se:

- Elaboração do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR) relativo ao ano de 2020, previsto nos artigos 51.º a 56.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 83.º do Regime Jurídico de Acesso à Atividade Seguradora e Resseguradora e nos artigos 290.º e 303.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com a estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;

- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos a nível individual a que a Mútua dos Pescadores está obrigada;
- Elaboração e envio à ASF dos reportes extraordinários relativos à Monitorização da Solvência, da liquidez e Indicadores Comportamentais;
- Participação, no âmbito das comissões técnicas da Associação Portuguesa de Seguradores, em matérias relevantes como Acidentes de Trabalho e Solvência II, nomeadamente com a participação no âmbito da Comissão Técnica de “Economia e Finanças” nos Grupos de Trabalho “Assuntos Financeiros e Fiscais”, “Investimentos”, “Gestão de Riscos e Atuariado” e “Estatísticas e Indicadores de Gestão”;
- Introdução de novo *software* para a avaliação das responsabilidades de natureza “Vida” em AT e “Não Vida” ligadas aos cálculos de solvência e IFRS 17;
- Revisão da Política de Investimento e da Política de Remuneração;
- Elaboração do relatório, no âmbito da gestão de riscos, sobre o branqueamento de capitais e Política Antifraude;
- Reporte ORSA (Avaliação Própria do Risco e Solvência) individual;
- Avaliação dos indicadores de “performance” (KPI) e dos indicadores de risco (KRI) já definidos;
- Participação e elaboração do orçamento plurianual (2022-2024).

3.17. A Cooperativa

3.17.1. Segurança Marítima

Destaque para a renovação de uma importante ligação com a Revista de Segurança, e da participação no seminário sobre segurança realizado em Gaia, em dezembro, no qual a Mútua introduziu o tema da segurança marítima; e para a renovação da parceria com o projeto de voluntariado Cego do Maio, do Instituto de Socorros a Náufragos, interrompido durante a pandemia. Assinale-se o importante fórum de debate que se constituiu o Encontro do Dia Nacional do Mar com o setor da pesca em novembro, e os meios de comunicação institucionais da Mútua, com destaque para a revista *Marés*, como importantes instrumentos de comunicação e disseminação destas temáticas pelas comunidades.

Destacamos ainda as iniciativas realizadas com os alunos das escolas básicas, em Vila Chã, Peniche e Sesimbra, que veicularam também esta preocupação.

As ações de formação e sensibilização no terreno, para a pesca e operadores da atividade marítimo turística associadas a esta temática não foram realizadas, tal como o ano anterior, devido aos constrangimentos provocados pela pandemia.

3.17.2. Projetos, Parcerias, Intercooperação e Associativismo

- “À roda do mar” - Desenvolveu-se em Vila Chã, Peniche e Sesimbra, em conjunto com o projeto Mar de experiências, a atividade pedagógica direcionada para as crianças do 1.º ciclo, que visa valorizar as profissões marítimas. Através da “leitura” do livro “As profissões do mar” e das histórias contadas por profissionais (maioria pertence à comunidade) que se associaram à dinâmica a convite da Mútua, desperta-se o sentimento de pertença e de comunidade, mas também o interesse e a curiosidade das crianças. Para os autores foi o regresso a este projeto, que ficou parado durante a pandemia, e a oportunidade de o poder partilhar com as comunidades costeiras. O livro foi apoiado pela Mútua e apresentado nas últimas Jornadas em 2019. A iniciativa enquadrou-se nas celebrações do Dia Europeu do Mar (Vila Chã e Peniche) e do Dia Nacional do Mar (Sesimbra).
- Candidatura EEagrants - A candidatura do projeto de formação, apresentada em dezembro de 2020, para a sensibilização dos riscos na pesca e nas atividades marítimo turísticas, no quadro do Mecanismo Financeiro EEagrants (Aviso 5 – Educação), foi objeto de avaliação final em setembro, e ficou na lista de projetos cativos, sem dotação orçamental.
- A Mútua associou-se a uma candidatura levada a cabo pela Universidade Nova de Lisboa, no quadro do Programa Erasmus+, para um Centro de Excelência em “Políticas marítimas da União Europeia e governação dos recursos oceânicos”.
- Mantém-se ativa a participação nas dez estruturas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC Costeiros), no Conselho Consultivo do Sul e no Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas, organismos de consulta da Comissão Europeia para as pescas.
- Contribuiu-se para a aquisição de equipamento para a prática de Stand Up Paddle, por pessoas com mobilidade reduzida, desenvolvida pela Associação ASSUPP, de Óbidos.
- Com o regresso tímido de algumas festividades, assinalamos o apoio à tradicional Festa de Nossa Senhora de Troia e à 5ª. Regata Marquês Pombal.
- Livros - Apoiou-se a edição da obra “Diário de um pescador da pesca do bacalhau”, de António Alves Cabrita, relato das suas viagens a bordo do navio bacalhoeiro Capitão João Vilarinho e o Livro de Alison Laurie Neilson, “A Sea full of Life”, coletânea de textos sobre os pescadores açorianos e suas comunidades. Apoiou-se também a edição do livro “Praia, Outras Perspetivas”, do projeto Mar de Experiências, relacionado com a poluição marítima e destaque ainda para o apoio ao livro de José Castanheira, atual membro dos órgãos sociais da Mútua, “Pesca no Algarve Medieval”.

- Protocolos – Destaca-se o estabelecimento do protocolo de intercooperação com a Escola do Mar dos Açores para a área da formação. Regista-se o estabelecimento de novos protocolos para benefício dos cooperadores, com a clínica ortopédica da Algoeia e Ginásio FIT IT, encetando-se também melhorias no protocolo com a Associação David Melgueiro, na área da formação náutica.

3.17.3. Setor Cooperativo e Social

No ano em que todos sofremos com a perda irreparável de Rogério Cação, a campanha do Pirlampo Mágico, promovida pela Fenacerci, a que a Mútua se associa todos os anos, contemplou o Livro de sua autoria “Coração Bom, Bom Coração” que a Mútua adquiriu juntamente com os tradicionais materiais para oferta.

O início da atividade da Fecutcoop - Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores e Utentes, FCRL, que envolve dirigentes da Mútua e técnicos, ficou marcado por obstáculos processuais e formais que não permitiram a dinamização da Federação como seria expetável.

3.17.4. Acompanhamento Social

Continua-se a acompanhar os sinistrados e pensionistas, destacando-se apoio a dois pescadores indonésios, hospitalizados na Ilha Terceira, e acompanhamento do processo de alta e regresso ao Continente; e apoio a um sinistrado com uma elevada incapacidade, com lugar a encaminhamento/mediação através da associação nacional dos deficientes sinistrados do trabalho para eventual regresso ao mercado de trabalho.

Prestou-se ainda apoio a outras situações pontuais, sobretudo de sinistrados deslocados da sua área de residência ou em situações em que é necessário garantir o apoio de uma terceira pessoa.

Mantém-se o sistema do reforço do apoio prestado aos sinistrados e Diretor Clínico, nos serviços clínicos da Sede da Mútua dos Pescadores.

3.17.5. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários

Em 2021 foram apresentadas 2 reclamações no quadro do Sistema de Audição: um destes processos foi apresentado através da plataforma da DECO, outro foi apresentado através do e-mail geral da Mútua. Ambos os processos tiveram resposta desfavorável, assinalando-se alguns aspetos a melhorar nos procedimentos internos. Um processo incidiu sobre um seguro de Multirriscos (Lar), outro sobre seguro de Marítimo-recreio.

Procedeu-se a melhorias na Política de Tratamento de Reclamações, Audição e Participação dos Utentes e Provedor do Utente, para melhor integrar as regras relativas à proteção de dados pessoais, nos termos e para os efeitos dos art.º 18.º, 19.º e 20.º da Norma Regulamentar n.º 10/2009-R, de 25 de junho, alterada pela Norma Regulamentar n.º 2/2013-R, de 10 de janeiro, e alíneas b), c) e d) do n.º 2 do art.º 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2013-R, de 10 de janeiro, e respetivo ANEXO VIII.

3.17.6. Informação e Comunicação

No âmbito do processo eleitoral, os órgãos comunicação da Mútua foram a base para sensibilizar os cooperadores com a criação de um espaço próprio no site para esse efeito, e atualização das várias fases do processo no Facebook.

Editaram-se 2 números da revista Marés, em junho e novembro. A primeira edição destaca as eleições da Mútua de 28 de março e a reflexão sobre o período de pandemia, por parte de organizações de vários setores de atividades, entre as quais a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos e Pensões e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, as entidades que regulam a atividade da Mútua. A segunda edição foi distribuída no Encontro, e assinala o regresso (ainda que tímido) ao terreno, às comunidades e aos portos, nalgumas iniciativas.

Publicaram-se 8 artigos em jornais nacionais e regionais, em dois jornais/revistas on-line, manteve-se presença em 2 rádios locais/regionais, e numa plataforma digital local.

3.17.7. Ações de Marketing e Publicidade

No último trimestre do ano prepararam-se os tradicionais materiais de oferta já com o selo dos 80.º anos da Mútua: calendários, agendas e Tabelas de Marés foram já idealizados para assinalar este desígnio.

Lançaram-se campanhas de publicidade para novos produtos: Acidentes pessoais filarmónicas e dirigentes sindicais; e pela primeira vez colocou-se publicidade nos ATM de várias localidades.

Destaca-se o lançamento dos porta-chaves com a forma da sardinha, uma homenagem aos pescadores do cerco que têm vivido muitas restrições, e a introdução das esferográficas em fibra de trigo, mais amigas do planeta.

3.17.8. Coro Grupo Mútua

O Coro, já com o seu novo maestro José Carita acompanhou a reabertura das atividades, acompanhando de perto as várias

iniciativas da Mútua: esteve em Corroios, em julho, no lançamento do Livro de António Alves Cabrita, e em Sesimbra, em novembro, no Encontro do Dia Nacional do Mar. Participou ainda no Encontro de Coros comemorativo do 173.º aniversário da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, em outubro, e nesse mesmo mês esteve na Igreja de Loures, no Encontro de Coros, promovido pela Sociedade Filarmónica União Pinheirense, em homenagem ao maestro Ivo Castro.

De assinalar que o Coro abriu as suas portas a outras pessoas fora do Grupo Mútua e acolheu um novo elemento ligado a uma associação do setor da pesca.

4. Governação

4.1. Funcionamento dos órgãos

O Conselho de Administração reuniu quinzenalmente, de modo a acompanhar os impactos e as medidas a tomar face à evolução da crise de saúde pública, exercendo as competências que se encontram estabelecidas nos Estatutos e legislação em vigor, nomeadamente de acompanhamento da gestão corrente, de deliberação sobre os assuntos mais importantes, aprovação e acompanhamento da implementação das políticas internas e definição das orientações estratégicas. Realizaram-se também reuniões conjuntas do Conselho de Administração com o Comité de Gestão.

O Comité de Gestão reuniu também quinzenalmente e garantiu a gestão corrente.

O Comité de Quadros, o órgão de acompanhamento da execução das políticas, planos de ação e objetivos a nível setorial e regional, reuniu semestralmente, permitindo a participação de todos os quadros dirigentes dos serviços, ou altamente qualificados, na definição das medidas e ações a empreender e no seu acompanhamento, tendo como objetivo facilitar o alinhamento geral necessário. Procedeu à avaliação dos resultados das medidas e ações, perspetivando o trabalho futuro. O Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno, acompanha os procedimentos e controlos de mitigação dos riscos de modo a possibilitar a deteção atempada de falhas e/ou fragilidades nos processos e estruturas operativas, reuniu também semestralmente.

O Comité Comercial, órgão de apoio à definição de estratégias e ações comerciais a desenvolver, reuniu trimestralmente e acompanhou a execução das políticas e planos de ação e objetivos ao nível comercial.

As reuniões Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Comissão de Avaliação e Vencimentos, Conselho Nacional e Conselhos Regionais, foram realizadas quer presencialmente, quer com recurso ao sistema de videoconferência, cumprindo os prazos legais e estatutários, tendo sido mobilizados importantes recursos para garantir a participação dos dirigentes e cooperadores na vida democrática da Cooperativa, fazendo justiça à singular cultura de participação que caracteriza a Mútua dos Pescadores.

4.2. Representações Institucionais

A Mútua dos Pescadores participa num conjunto de organizações nacionais e internacionais, onde se destacam o lugar de vogal no Conselho Fiscal da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), a Presidência da Mesa da Assembleia Geral e a Vice-presidência da Direção da CONFECOOP, vogal no Conselho Fiscal da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), de membro do Conselho Económico e Social (CES), vogal no órgão de administração da Associação Europeia de Seguradoras, Mútuas e Cooperativas (AMICE), vogal na Direção da Associação Europeia de Seguradoras de Pesca (EFICA) e no Comité Executivo do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CC RUP), entre outras entidades.

5. Política de Remuneração

A Política de Remuneração da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL. estabelece um conjunto de princípios e procedimentos destinados a fixar o modo como são remunerados os membros dos Órgãos Sociais, em especial os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os Trabalhadores, em especial Diretores de Topo e Trabalhadores com Funções Chave e acesso a informação privilegiada; promovendo o alinhamento da prática já instituída na Cooperativa, com os princípios e regras decorrentes do regime jurídico aplicável.

O regime jurídico aplicável é nomeadamente a Lei n.º 147/2015, de 09 de setembro, que aprova o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora; a Circular da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) n.º 6/2010, de 1 de abril, sobre a política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões; a Norma Regulamentar da ASF n.º 5/2010-R, de 1 de abril, relativa à divulgação de informação sobre a política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões e à declaração de cumprimento da política de remuneração e a Circular da ASF n.º 1/2017, de 15 de fevereiro, respeitante à prestação de informação relativa ao sistema de governação das empresas de seguros no âmbito do regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora vigente.

A remuneração dos Trabalhadores da Mútua dos Pescadores é objeto de Acordo de Empresa (AE), celebrado com o Sindi-

cato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (SINAPSA), publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 6, de 15 de fevereiro de 2022.

Nos termos do n.º 5 do artigo 64.º do Regime Jurídico de Acesso e exercício da atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 09 de setembro, a proposta de Política de remuneração é aprovada pelo Conselho de Administração, que a submete a deliberação da Assembleia Geral.

A remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, incluindo os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, nos termos do art.º 47.º dos Estatutos, é aprovada pela Comissão de Avaliação e Vencimentos, composta por três membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo um Presidente e os demais Vogais, com consulta prévia ao Conselho Nacional de acordo com o n.º 2 do art.º 47.º e art.º 51.º dos Estatutos.

5.1. Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

5.1.1. Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração tem em linha de conta os conhecimentos e experiência em gestão, atividade seguradora, setores estratégicos da atividade da Mútua dos Pescadores e responsabilidades decorrentes, bem como o tempo de ocupação que as funções exigem.

Sendo a Mútua dos Pescadores uma mútua de seguros constituída sob a forma de Cooperativa e não uma Sociedade Anónima, face à sua natureza jurídica, as remunerações dos membros do Conselho de Administração não integram qualquer componente variável, nem qualquer componente que dependa do desempenho ou do valor da instituição representada. Igualmente, pelo motivo descrito anteriormente, não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários e não se encontram previstas indemnizações em caso de destituição dos membros dos Órgãos Sociais.

O desempenho dos membros do Conselho de Administração é anualmente apreciado e avaliado pela Assembleia Geral, constituída pelos Cooperadores, que tem a competência de eleger e destituir os membros dos Órgãos Sociais e apreciar e votar anualmente a proposta de relatório de gestão e documentos de prestação de contas apresentada pelo Conselho de Administração (alíneas a) e b) do artigo 38.º do Código Cooperativo, aprovado pela Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66/2017, de 9 de agosto).

A remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas é integralmente fixa, sendo determinada com base numa ponderação que tem em conta o valor médio da remuneração auferida pelos trabalhadores efetivos da Cooperativa, conforme níveis e tabelas salariais em vigor para a generalidade dos trabalhadores, nos termos do Acordo de Empresa.

A remuneração do membro do Conselho de Administração com funções executivas que à data da sua eleição desempenhava funções na estrutura profissional é integralmente fixa e tem em conta a remuneração anteriormente auferida.

Os membros do Conselho de Administração com funções não executivas, auferem uma remuneração integralmente fixa determinada em função da ponderação geral entre a média de reuniões previstas no mandato, a disponibilidade exigida para a função e os níveis e tabelas salariais em vigor para a generalidade dos trabalhadores da Cooperativa, por força do Acordo de Empresa.

Os membros do Conselho de Administração são ainda reembolsados das despesas que realizem pela participação em reuniões ou que resultem das funções em representação da Cooperativa, de acordo com as normas internas vigentes.

Os membros suplentes do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração, sendo apenas reembolsados das despesas que realizem pela participação em reuniões, de acordo com as normas internas vigentes.

5.1.2. Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

Os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração fixa ou variável, sendo apenas recompensados por senhas de presença, de acordo com a regulamentação interna vigente, quando participem em reuniões ou outros trabalhos desta Cooperativa de Seguros.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é integralmente fixa, estabelecida no contrato de prestação de serviços acordado, tendo subjacente a Política de Subcontratação vigente, a prática de mercado e a necessidade de não incentivar a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da Cooperativa.

5.1.3. Outros Órgãos Sociais

Os membros dos outros Órgãos Sociais não auferem qualquer remuneração fixa ou variável, apenas sendo reembolsados de despesas, de acordo com as normas internas, quando participem pontualmente em reuniões ou noutros trabalhos da cooperativa.

5.2. Política de remuneração dos Diretores de Topo e colaboradores que exerçam funções chave

A Política de Remuneração dos Diretores de Topo, trabalhadores que exercem Funções Chave e/ou com acesso regular a informação privilegiada e que participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial, demais trabalhadores e prestadores de serviços subcontratados, foi aprovada pelo Conselho de Administração.

A remuneração dos Diretores de Topo foi aprovada pelo Conselho de Administração, sob proposta da Diretora-Geral, e determinada de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e o Acordo de Empresa (AE), regulamentação coletiva esta que também se aplica aos demais trabalhadores desta Cooperativa de Seguros.

A remuneração da Diretora-Geral foi aprovada pelo Conselho de Administração, determinada de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e o AE.

A remuneração dos Trabalhadores que exercem Funções-Chave e/ou com acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial foi aprovada pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, determinada de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e AE.

A determinação da remuneração das pessoas identificadas anteriormente tem subjacente a avaliação prévia do nível de qualificação e experiência profissional demonstradas, a natureza das responsabilidades e funções a exercer, a natureza Cooperativa da organização, a estratégia de gestão de riscos e a capacidade e sustentabilidade económica da Cooperativa. Não é atribuída qualquer remuneração variável, ou a atribuição de benefícios que não os aplicáveis à generalidade dos trabalhadores, por força da legislação e regulamentação coletiva do trabalho em vigor e supra identificada.

O exercício de Funções Chave em regime de subcontratação, por pessoas ou entidades externas, cumpre o art.º 78.º do Regime Jurídico de Acesso e exercício da atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) e a Política Interna de Subcontratação vigente.

5.3. Política de remuneração dos demais trabalhadores

A remuneração e política de progressão das carreiras profissionais dos demais trabalhadores são aprovadas pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comité de Gestão, de acordo com as cláusulas e tabelas salariais em vigor e AE.

Anualmente realiza-se uma avaliação do desempenho de todos os trabalhadores, cujo resultado, não tendo efeito direto na remuneração, é um elemento de ponderação na progressão das respetivas carreiras profissionais e contribui para identificar e colmatar necessidades de formação e fomentar o alinhamento com os objetivos da Cooperativa.

5.4. Avaliação anual da Política de Remuneração

A Política de Remuneração é sujeita a uma avaliação anual a cargo da Função Chave Auditoria Interna, em articulação com a Comissão de Avaliação e Vencimentos.

A Função Chave de Auditoria Interna apresenta anualmente à Comissão de Avaliação e Vencimentos, ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral, um relatório com os resultados da análise efetuada e recomendações de medidas de mitigação de desconformidades com as recomendações dos reguladores.

Adicionalmente, o Conselho de Administração envia anualmente à ASF uma Declaração sobre a conformidade da política de remuneração, indicando as insuficiências detetadas e as ações em curso ou a adotar para as corrigir e os prazos estabelecidos para o efeito ou, quando aplicável, justificação para as insuficiências existentes à luz do princípio da proporcionalidade.

5.5. Sumário de Exceções

A Política de remuneração não contempla a adoção das recomendações V.1, V.2, V.3, V.4, V.5, V.6, V.7 da Circular n.º 6/2010, de 01 de abril, quanto aos membros do Conselho de Administração e Diretores de Topo, porquanto:

A Mútua dos Pescadores é uma mútua de seguros, constituída sob a forma jurídica de Cooperativa (a única no sector segurador português) e não uma Sociedade Anónima.

Tendo a organização uma estrutura de base cooperativa e não de capital, as remunerações não integram qualquer componente variável, nem qualquer componente que dependa do desempenho (apesar de serem praticados mecanismos de avaliação e controlo) ou do valor da instituição representada, por não se adequar à sua natureza jurídica.

Igualmente, pelo mesmo motivo expresso no número anterior, não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários, nem se encontram previstas indemnizações em caso de destituição dos membros dos órgãos sociais.

6. Aplicação de Resultados

O resultado positivo de 702.048€ advém de operações com cooperadores e com terceiros, não cooperadores.

A distribuição do Resultado após impostos por ambos os grupos é feita pelo apuramento do peso de cada um nos Prémios Brutos Emitidos.

Serviços com Terceiros – 356.450€.

Excedente Relevante (operações com cooperadores) – 345.598€.

A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados relativos ao excedente relevante é a seguinte:

i) Para Reservas Obrigatórias

Para a Reserva Legal: 20,5%, nos termos do art.º 54.º 1-a) dos Estatutos, isto é 70.848€;

Para a Reserva para Educação e Formação Cooperativa e Mutualista: 2%, correspondendo a 6.912€;

ii) Para o Fundo Mutualista:

2% dos excedentes anuais líquidos provenientes de operações com cooperadores, nos termos do art.º 54.º 1-c) dos Estatutos, isto é 6.912€;

iii) Juros aos cooperadores que subscreveram pelo menos 100 títulos há pelo menos 6 meses, à taxa de 0,5%, arredondados por excesso, isto é 139€ nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º dos Estatutos;

iv) Para Resultados Transitados:

O remanescente entre as aplicações atrás referidas e o excedente relevante, isto é 260.788€;

v) O excedente não distribuível, proveniente de serviços com Terceiros, é igual a 356.450€ e destina-se a outras reservas.

7. Perspetivas para o triénio 2022-2024

Pelas circunstâncias dos tempos que vivemos, é inevitável admitir que os próximos anos poderão ser fortemente condicionados pela evolução do conflito provocado pela invasão da Ucrânia e os seus efeitos nas economias da Europa.

O contexto de crescimento que tem caracterizado a Mútua dos Pescadores, desde há vários anos, apenas interrompido pelo ano de 2020, fruto do impacto do primeiro ano de pandemia, permite-nos estimar que esta trajetória deverá ser continuada afirmando a liderança nos seguros das atividades ligadas ao mar e, particularmente, relacionadas com a pesca e atividades marítimo turísticas e de lazer.

Fruto das exigências regulamentares, a consolidação da Cooperativa passará inevitavelmente por continuar o processo em curso de reforço das capacidades e das funções técnicas de auditoria interna e verificação de cumprimento, enquanto ferramentas indispensáveis de uma política de reforço da Qualidade. Do mesmo modo, os próximos anos continuarão a ser marcados por um forte investimento nas tecnologias e processos, com destaque para a virtualização de sistemas e dados.

O ano de 2022, concentrará as diversas atividades e acontecimentos que assinalarão os 80 anos da cooperativa Mútua dos Pescadores, procurando testemunhar a História da presença e ligação da Mútua às comunidades locais, ao longo de toda a costa portuguesa, num percurso social e económico sólido, fundado na cultura de solidariedade, entreajuda e participação coletiva, sempre ancorada na especialização e profissionalismo.

8. Agradecimentos

Findo mais um exercício, cujo balanço é agora elaborado e divulgado, o Conselho de Administração da Mútua dos Pescadores considera dever sublinhar a importância dos resultados obtidos durante o ano de 2021, bem como a evolução e crescimento da Cooperativa. Ocorrendo num contexto difícil, à semelhança do ano anterior, ainda muito marcado pelos receios no domínio da saúde e pela transformação da vivência em sociedade, trabalhadores, dirigentes e cooperadores adaptaram-se às novas circunstâncias, minimizando os efeitos do distanciamento físico e das limitações ao contacto direto, prosseguindo o compromisso e sentido de missão no serviço prestado aos cooperadores, aos tomadores de seguro, aos segurados, aos sinistrados e às suas famílias. A todos, e particularmente aos TRABALHADORES da Cooperativa, o Conselho de Administração manifesta reconhecimento e gratidão.

O Conselho de Administração reconhece o imenso contributo prestado pelo dr. Rui Campos, que no final de 2021 cessou funções como Encarregado de Proteção de Dados, cujo rigor, profissionalismo e empenho foram indispensáveis para o exercício de adequação da Mútua às exigências colocadas pela legislação que enquadra o Regime Geral sobre a Proteção de Dados.

O Conselho de Administração entende, ainda, manifestar o seu agradecimento aos anteriores Órgãos Sociais da Cooperativa e particularmente aos dirigentes que, tendo cessado funções no final do mandato, contribuíram com o seu trabalho, saber e dedicação, para a afirmação, crescimento e cumprimento da missão da Mútua dos Pescadores.

Certamente, também a ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a CASES – Cooperativa António

Sérgio para a Economia Social, enquanto entidades públicas que supervisionam a nossa atividade, e junto das quais reportamos ou procuramos apoio, contribuíram com a sua permanente disponibilidade, para o nosso desempenho.

Os nossos Resseguradores e as Seguradoras com quem temos cosseguro, justificam o agradecimento pela confiança que em nós mantêm.

Aos fornecedores e aos prestadores de serviços de longa data, assim como às diversas entidades e associações com as quais mantemos relações de cooperação agradecemos a sua colaboração.

Lisboa, 19 de março de 2022

O Comité de Gestão

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá – Diretora Geral
Sara Maria Paeta da Costa Domingues – Diretora Financeira e de Resseguro
Carlos Alberto Fernandes Moreira – Diretor Técnico
Carlos Alberto Sousa Garcês – Diretor Comercial

O Conselho de Administração

João Paulo Quinzico Delgado (Presidente)
Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente)
Arsénio Marques Caetano
Jerónimo Gomes Viana
Joaquim Manuel Simplicio Anacleto
José Luis Marques Cabrita
Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

Posição financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(montantes expressos em Euros)

Notas à Demonstração da Posição Financeira e Conta de Ganhos e Perdas	Notas	31-dez-2021			31 dez-2020	Ajustamento reexpressão de comparativo	31/12/2020 reexpresso
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido			
ATIVO							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4	906 401	-	906 401	1 044 811		1 044 811
Investimentos em subsidiárias	5	2 698 058	-	2 698 058	689 204	1 653 980	2 343 183
Ativos financeiros disponíveis para a venda	6	27 918 873	-	27 918 873	27 319 190		27 319 190
Empréstimos e contas a receber		1 681 190	-	1 681 190	1 080 026		1 080 026
Outros depósitos	7	1 651 390	-	1 651 390	1 050 226		1 050 226
Empréstimos concedidos	7	29 800	-	29 800	29 800		29 800
Ativos financeiros a deter até à maturidade		-	-	-	-		0
Terrenos e edifícios		8 861 118	105 132	8 755 986	8 284 178		8 284 178
Terrenos e edifícios de uso próprio	8	4 058 500	105 132	3 953 368	3 616 960		3 616 960
Terrenos e edifícios de rendimento	9	4 802 618	-	4 802 618	4 667 218		4 667 218
Outros Ativos tangíveis	10	1 301 866	752 491	549 375	290 126		290 126
Outros Ativos intangíveis		58 582	20 820	37 762	53 615		53 615
Provisões técnicas de resseguro cedido		2 985 749	-	2 985 749	3 664 721		3 664 721
Provisão para prémios não adquiridos	11	669 708	-	669 708	489 206		489 206
Provisão para sinistros	11	2 316 041	-	2 316 041	3 175 516		3 175 516
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12	592 228	-	592 228	611 378		611 378
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		3 108 868	1 316 091	1 792 776	1 685 757		1 685 757
Contas a receber por outras operações de seguro directo	13	2 052 718	1 298 164	754 554	847 509		847 509
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	49 549	-	49 549	463 532		463 532
Contas a receber por outras operações	13	1 006 601	17 927	988 674	374 715		374 715
Ativos por impostos		289 241	-	289 241	222 245		222 245
Ativo por impostos correntes	14	120 792	-	120 792	29 397		29 397
Ativo por impostos diferidos	14	168 448	-	168 448	192 848		192 848
Acréscimos e diferimentos	15	55 615	-	55 615	54 350		54 350
Total do Ativo		50 457 789	2 194 535	48 263 254	44 999 602	1 653 980	46 653 582

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado nº 31942
António dos Santos MonteiroO Conselho de Administração
João Paulo Quinzico Delgado (Presidente), Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente), Arsénio Marques Caetano,
Jerónimo Gomes Viana, Joaquim Manuel Simplicio Anacleto, José Luis Marques Cabrita, Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

Posição Financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(montantes expressos em Euros)

Notas à Demonstração da Posição Financeira e Conta de Ganhos e Perdas	Notas	31-dez-2021	31-dez-2020	Ajustamento reexpressão de comparativo	31/12/2020 reexpresso
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO					
PASSIVO					
Provisões técnicas		21 555 400	20 827 870		20 827 870
Provisão para prémios não adquiridos	17	1 188 803	1 052 219		1 052 219
Provisão para sinistros	17	20 283 097	19 504 892		19 504 892
Do ramo acidentes de trabalho		16 635 419	14 992 275		14 992 275
De outros ramos		3 647 678	4 512 617		4 512 617
Provisão para desvios de sinistralidade	17	83 500	78 500		78 500
Provisão para riscos em curso	17	0	192 259		192 259
Outros passivos financeiros	18	3 157 989	3 805 461		3 805 461
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12	519 900	544 846		544 846
Outros credores por operações de seguros e outras operações		4 401 099	3 180 986		3 180 986
Contas a pagar por operações de seguro directo	19	3 966 095	2 933 825		2 933 825
Contas a pagar por operações de resseguro	19	149 189	51 395		51 395
Contas a pagar por outras operações	19	285 814	195 765		195 765
Passivos por impostos		2 247 518	2 334 435		2 334 435
Passivos por impostos correntes	14	1 116 062	1 134 394		1 134 394
Passivos por impostos diferidos	14	1 131 457	1 200 041		1 200 041
Acréscimos e diferimentos	20	447 683	375 002		375 002
Total do Passivo		32 329 589	31 068 599		31 068 599
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital	21	6 196 766	6 163 082		6 163 082
Reservas de reavaliação	22	4 059 696	4 465 422		4 465 422
Por ajustamento de ativos financeiros disponíveis para venda		2 327 846	3 149 535		3 149 535
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		1 731 849	1 315 887		1 315 887
Reserva por impostos diferidos	14	(969 403)	(1 061 864)		(1 061 864)
Outras reservas	22	3 013 140	2 726 520		2 726 520
Resultados transitados		2 931 418	1 173 484	1 231 533	2 405 017
Resultado do Exercício		702 048	464 359	422 446	886 805
Total do Capital Próprio		15 933 665	13 931 003	1 653 980	15 584 983
Total do Passivo e do Capital Próprio		48 263 254	44 999 602	1 653 980	46 653 582

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Conta de Ganhos e Perdas em 31 dezembro de 2021 e 2020

(montantes expressos em Euros)

Ganhos e Perdas	Notas	31-dez-2021			31-dez-20	Ajustamento reexpressão de comparativo	31/12/2020 reexpresso
		Técnica Não Vida	Não técnica	Total			
Prémios adquiridos liquidados de resseguro		7 299 805	-	7 299 805	6 591 737		6 591 737
Prémios brutos emitidos	23	10 764 850	-	10 764 850	10 130 482		10 130 482
Prémios de resseguro cedido	23	3 571 629	-	3 571 629	3 448 910		3 448 910
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	17	73 918	-	73 918	(82 889)		(82 889)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	11	180 502	-	180 502	(172 725)		(172 725)
Custos com sinistros líquidos de resseguro		6 475 447	-	6 475 447	5 456 170		5 456 170
Montantes pagos		4 800 599	-	4 800 599	4 853 998		4 853 998
Montantes brutos	17	6 754 296	-	6 754 296	6 837 723		6 837 723
Parte dos resseguradores	11	1 953 698	-	1 953 698	1 983 725		1 983 725
Provisão para sinistros (variação)		1 674 849	-	1 674 849	602 172		602 172
Montante bruto	17	825 521	-	825 521	1 179 144		1 179 144
Parte dos resseguradores	11	(849 327)	-	(849 327)	576 972		576 972
Outras provisões técnicas liquidadas de resseguro	17	(187 259)	-	(187 259)	(209 591)		(209 591)
Custos de exploração líquidos de resseguro		1 284 840	-	1 284 840	1 157 220		1 157 220
Custos de aquisição	24	1 163 505	-	1 163 505	931 430		931 430
Custos de aquisição diferidos (variação)	17	62 666	-	62 666	7 666		7 666
Custos administrativos	24	1 274 171	-	1 274 171	1 087 593		1 087 593
Comissões e participação nos resultados de resseguro	25	1 215 501	-	1 215 501	869 469		869 469
Rendimentos financeiros		835 123	84 002	919 125	866 524		866 524
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	26	617 285	294	617 579	610 331		610 331
Outros	26	217 838	83 707	301 545	256 193		256 193
Gastos financeiros		422 763	12 290	435 053	364 613		364 613
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	24/27	106 443		106 443	107 227		107 227
Outros	24/27	316 320	12 290	328 610	257 386		257 386
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		163 856	405 984	569 840	63 811	422 446	486 258
De ativos financeiros disponíveis para venda	28	28 456	-	28 456	20 425		20 425
Outros	28	135 400	405 984	541 384	43 386	422 446	465 833
Perdas por imparidade (líquidas de reversão)		896	-	896	23 551		23 551
De ativos financeiros disponíveis	29	896	-	896	23 551		23 551
Outros	30	-	-	-	-		-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		50 325	-	50 325	5 998		5 998
Outras provisões (variação)		-	89 501	89 501	133 869		133 869
Outros rendimentos/gastos	30	-	28 845	28 845	(13 015)		(13 015)
Resultado antes de imposto		352 422	417 039	769 461	589 222	422 446	1 011 669
Impostos sobre o rendimento corrente	14	29 789	(10 654)	19 136	130 149		130 149
Impostos sobre o rendimento diferido	14	41 703	6 574	48 277	(5 286)		(5 286)
Resultado líquido do exercício		280 929	421 119	702 048	464 359	422 446	886 805

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstração das Variações do Capital Próprio em 31 dezembro de 2021 e 2020*(montantes expressos em Euros)*

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Balço a 01 de janeiro de 2020	6 130 846	3 850 692	(928 792)	2 416 503	989 933	525 434	12 984 617
Aplicação do resultado do exercício anterior	5 513	-	-	324 274	195 647	(525 434)	(0)
Pagamento aos cooperadores	-	-	-	-	(252)	-	(252)
Aumento/(redução de capital social)	26 723	-	-	-	-	-	26 723
Variação de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	560 562	-	-	-	-	560 562
Variação de justo valor de imóveis de uso próprio	-	54 168	-	-	-	-	54 168
Variação de reserva por impostos diferidos	-	-	(133 072)	-	-	-	(133 072)
Outras variações	-	-	-	(14 257)	(11 844)	-	(26 101)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	464 359	464 359
Balço a 31 de dezembro de 2020	6 163 082	4 465 422	(1 061 863)	2 726 520	1 173 484	464 359	13 931 003
Ajustamento reexpressão de comparativo					1 231 533	422 446	1 653 980
Balço a 31 de dezembro de 2020 reexpressado	6 163 082	4 465 422	(1 061 863)	2 726 520	2 405 017	886 805	15 584 983
Aplicação do resultado do exercício anterior	4 812	-	-	287 671	594 322	(886 805)	(0)
Pagamento aos cooperadores	-	-	-	-	(252)	-	(252)
Aumento/(redução de capital social)	28 872	-	-	-	-	-	28 872
Variação de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(821 688)	-	-	-	-	(821 688)
Variação de justo valor de imóveis de uso próprio	-	415 962	-	-	-	-	415 962
Variação de reserva por impostos diferidos	-	-	92 461	-	-	-	92 461
Outras variações	-	-	-	(1 051)	(67 669)	-	(68 721)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	702 048	702 048
Balço a 31 de dezembro de 2021	6 196 766	4 059 695	(969 402)	3 013 140	2 931 418	702 048	15 933 666

O Contabilista Certificado nº 31942
António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração
João Paulo Quinzico Delgado (Presidente), Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente), Arsénio Marques Caetano,
Jerónimo Gomes Viana, Joaquim Manuel Simplicio Anacleto, José Luís Marques Cabrita, Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

Demonstração do Rendimento Integral em 31 de dezembro de 2021 e 2020*(montantes expressos em Euros)*

Rendimento Integral	31-dez-2021	31-dez-2020
Resultado líquido do exercício	702 048	464 359
Ajustamento reexpressão de comparativo	0	422 446
Resultado líquido do exercício reajustado	702 048	886 805
Resultado não reconhecidos nos resultados		
Varição em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda		
Varição de justo valor	(821 688)	560 562
Varição em valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Varição de justo valor	415 962	41 737
Benefícios pós-emprego	0	
Impostos		
Resultantes de valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda	92 461	(122 334)
Resultantes de valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Total do rendimento integral não reconhecido	(313 265)	479 966
Total do rendimento integral, líquido de impostos	388 783	1 366 771

O Contabilista Certificado nº 31942
António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração
João Paulo Quinzico Delgado (Presidente), Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente), Arsénio Marques Caetano,
Jerónimo Gomes Viana, Joaquim Manuel Simplicio Anacleto, José Luis Marques Cabrita, Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 dezembro de 2021 e 2020

(montantes expressos em Euros)

Mapa de Fluxo de Caixa	31-dez-2021	31-dez-2020
Fluxo de caixa das actividades operacionais		
Operações de seguros	3 603 391	(743 114)
Recebimento de prémios de seguro directo	12 688 340	8 131 554
Pagamento de sinistros	(5 943 040)	(6 117 883)
Pagamento a fornecedores	(1 267 678)	(1 006 499)
Pagamentos a colaboradores	(1 874 231)	(1 750 287)
Aumentos/(diminuições) nos ativos operacionais	1 518 582	1 758 201
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	139 651	(727 633)
Devedores por outras operações	1 378 931	2 485 834
Outros ativos	-	-
Aumentos/(diminuições) nos passivos operacionais	(3 856 137)	(731 296)
Depósitos recebidos de resseguradores	(647 471)	353 577
Credores por operações de seguro direto e resseguro	-	-
Outros passivos	(2 390 799)	(258 400)
Pagamento de impostos	(817 866)	(826 473)
Investimentos financeiros	(1 160 881)	336 523
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e contas a receber	(4 980 284)	(4 190 368)
Alienações/reembolsos de ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e contas a receber	3 418 581	3 748 095
Recebimento de rendimentos de instrumentos financeiros	196 495	578 653
Recebimento de rendimentos de imóveis de rendimento	204 327	200 142
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais	104 955	620 314
Fluxo de caixa das actividades de investimento		
Aquisição de activos financeiros a deter até à maturidade		
Aquisição de ativos tangíveis (líquidos)	(243 366)	(108 311)
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento	(243 366)	(108 311)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
Outros		(64)
Caixa líquida gerada pelas actividades de financiamento		(64)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(138 411)	511 939
Caixa e equivalentes a 1 de janeiro	1 044 811	532 872
Caixa e equivalentes de caixa a 31 de dezembro	906 401	1 044 811

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Introdução

A Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L., (doravante designada por Mútua), foi constituída em 1942, e desde 01 de janeiro de 2004 adotou a forma jurídica de Cooperativa de Responsabilidade Limitada. A Mútua apresenta a sua sede e domicílio fiscal na Av. Santos Dumont, 57- 6º, 7º, e 8º - 1050 – 202 Lisboa, apresentando delegações a nível nacional.

A Mútua dedica-se ao exercício da atividade de seguros não – vida, nos ramos: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Embarcações marítimas, lacustres e fluviais (designado por “Marítimo”), Incêndio e Outros Danos em Coisas (também designado por Multiriscos).

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem o resultado das suas operações para o exercício findo a 31 de dezembro de 2021.

2. Bases de preparação e políticas contabilísticas significativas

2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador (PCEs) estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), aprovado pela Norma N.º 3/2018-R, de 29 de março, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCEs corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o artigo 3º, do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras estão elaboradas em respeito aos pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade com vista à apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira e dos resultados da empresa de seguros, e estão expressas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2022, e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Cooperadores em 27 de março de 2022.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Mútua é o Euro. Os montantes apresentados nas presentes demonstrações financeiras foram arredondados para a unidade do Euro mais próxima.

2.4 Políticas contabilísticas significativas

2.4.1 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em ganhos e perdas.

Os ativos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para Euros à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

2.4.2 Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Mútua exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Mútua detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Mútua detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades.

São considerados investimentos em associadas as empresas em que a Mútua detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controlo. Existe influência significativa sempre que a participação da Mútua numa participada se situe entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Pode ainda ser exercida influência significativa numa participada através da intervenção na gestão da associada ou na composição dos Órgãos de Gestão, com poder executivo.

A Mútua alterou a sua política contabilística dos investimentos em subsidiárias, da valorização ao Custo para o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

2.4.3 Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transação, ou seja, a data em que a Mútua se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando a Mútua se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual a Mútua o adquiriu. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em ganhos e perdas.

iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transação diferir do justo valor de uma transação observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, a Mútua reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transação e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração de ganhos e perdas. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transação e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de ganhos e perdas quando os “inputs” se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

b) Classificação

A classificação dos ativos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objetivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características.

A Mútua classifica os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber.

i) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.

Um ganho ou perda resultante de um ativo financeiro disponível para venda é reconhecido diretamente no capital próprio até que o ativo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido na demonstração de ganhos e perdas. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através da demonstração de ganhos e perdas.

ii) Ativos financeiros detidos até à maturidade

Ativos financeiros detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Mútua tem intenção e capacidade de deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial, os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, e são deduzidos de perdas de imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva. A amortização é reconhecida em “rendimentos financeiros” na demonstração de ganhos e perdas. Se a Mútua vender ou reclassificar uma parte maior que insignificante de um investimento detido até à maturidade antes da sua maturidade (que não em circunstâncias específicas), toda a categoria é reclassificada para disponíveis para venda. Quando tais circunstâncias se verificarem, a Mútua não deverá classificar investimentos detidos até à maturidade durante os dois anos seguintes.

À data de balanço a Mútua não procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo financeiro nesta categoria.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e valores a receber, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

Após a mensuração inicial, os empréstimos e contas a receber são mensurados pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efetiva, deduzido de perdas por imparidade acumuladas. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva. As perdas decorrentes de imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

A Mútua classifica os seus passivos financeiros de acordo com as seguintes categorias: Empréstimos e contas a pagar e passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas.

iv) Ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas

Os ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas incluem os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas. Estes ativos financeiros são detidos para negociação e são adquiridos com o objetivo de alienação num futuro próximo. Esta categoria também inclui os instrumentos financeiros derivados que não estejam designados como instrumentos de cobertura pela NIC 39. Derivados embutidos estão também classificados na categoria de detidos para negociação caso não estejam designados como instrumentos de cobertura.

Os ativos financeiros classificados ao justo valor por via de ganhos e perdas são registados na data de reconhecimento inicial, ao justo valor. Os ganhos e perdas de detidos para negociação são reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

À data de balanço a Mútua não procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo financeiro nesta categoria.

v) Passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas

Os passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas. Os passivos financeiros detidos para negociação são adquiridos com o objetivo de alienação num futuro próximo. Esta categoria também inclui os instrumentos financeiros derivados que não estejam designados como instrumentos de cobertura pela NIC 39. Derivados embutidos estão também classificados na categoria de detidos para negociação caso não estejam designados como instrumentos de cobertura.

Os ganhos e perdas de detidos para negociação são reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

Os passivos financeiros classificados ao justo valor por via de ganhos e perdas são registados na data de reconhecimento inicial, apenas se o critério da NIC 39 for cumprido.

À data de balanço a Mútua não procedeu ao reconhecimento de qualquer passivo financeiro nesta categoria

vi) Empréstimos e contas a pagar

Os passivos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos bem como ao longo do processo de amortização com base na taxa de juro efetiva.

O custo amortizado é calculado de acordo com o desconto ou prémio de aquisição e as comissões ou gastos que fazem parte do método de taxa de juro efetivo. O juro efetivo está incluído como um gasto financeiro na demonstração de ganhos e perdas.

c) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A anulação do reconhecimento dos ativos financeiros é efetuada quando expirar o direito contratual a receber fluxos de caixa e a Mútua tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Mútua tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Quando a Mútua procede à transferência dos seus direitos em receber dinheiro de um ativo, ou celebrou um acordo de cedência de crédito, avalia se e em que extensão ficou com algum risco e benefício associado à sua retenção.

Quando não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo, o ativo é reconhecido na extensão em que a Mútua continue envolvida com o ativo. Neste caso, a Mútua também reconhecerá um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflita os direitos e benefícios associados à detenção da Mútua.

A anulação dos passivos financeiros é efetuada quando a obrigação sob a responsabilidade financeira deixar de existir ou um passivo financeiro for substituído, para o mesmo detentor, por outro com condições substancialmente diferentes, sendo que, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e o reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida na demonstração de ganhos e perdas.

d) Transferências entre categorias de ativos financeiros

É permitida a reclassificação de ativos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas para ativos financeiros detidos até à maturidade, disponíveis para venda ou empréstimos e contas a receber, desde que obedeça às características de cada categoria, como segue: Se um ativo financeiro, à data da reclassificação apresentar características de instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou quando se verificar que algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, sendo considerado uma rara circunstância.

Existe também a possibilidade de transferência entre ativos financeiros disponíveis para venda para empréstimos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade.

À data de balanço, não foram efetuadas transferências entre ativos financeiros.

e) Determinação do custo amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efetivo de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

f) Determinação do justo valor de instrumentos financeiros e não financeiros

A Mútua mensura os seus instrumentos financeiros tais como os ativos financeiros disponíveis para venda, imóveis de uso próprio e de rendimento ao justo valor.

Quando o justo valor de ativos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados ativos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem o uso do método dos “cash flows” descontados.

O justo valor de um ativo não financeiro é determinado tendo em consideração a capacidade de um participante de mercado em gerar benefícios económicos através da utilização ou alienação de um ativo a um outro participante no mercado que utilizaria esse mesmo ativo, através do seu melhor uso.

Os dados de base a estes modelos são calculados com base na informação disponível de mercado, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca destes fatores podem afetar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

Nível 1 - Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado ativo para um instrumento idêntico;

Nível 2 - Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer diretamente (ou seja, como preços), ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados como utilização de preços em mercados cotados em mercados ativos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos ativos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os *inputs* sejam diretamente ou indiretamente observáveis a partir de dados de mercado; e

Nível 3 - Técnicas de valorização utilizando “inputs” não observáveis no mercado. Esta categoria inclui os Instrumentos financeiros em que a técnica de avaliação inclui “inputs” não baseados em dados não observáveis e os “inputs” não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento.

Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para refletir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados ativos são baseados em preços de mercados cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, a Mútua determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

Os instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

g) Imparidade de ativos financeiros

A Mútua avalia, a cada data de balanço se há qualquer prova objetiva de que um ativo financeiro ou uma carteira de ativos financeiros esteja em imparidade.

De acordo com a NIC 39 – Instrumentos financeiros: mensuração subsequente, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;

- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou emissor de dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou em dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para determinado ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor; e
- Alterações adversas nas condições do setor.

i) Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante em exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogêneos que não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados numa base individual, as eventuais perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros, descontado com base na taxa de juro efetiva.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de riscos similares.

Os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", sendo deduzido na posição financeira ao valor do ativo a que respeita.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

A Mútua determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda, quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento por parte do órgão de gestão. No julgamento efetuado, a Mútua avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Os critérios para a determinação de imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda apresentam-se como segue:

Instrumentos de capital

- Decréscimos significativos na cotação (superior ou igual a 35%) ou prolongados no tempo (decréscimo sucessivo por um período igual ou superior a 1 ano).

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais após o reconhecimento das perdas por imparidade são reconhecidas em "Reservas de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, é considerada existir imparidade, sendo refletida na demonstração de ganhos e perdas.

Instrumentos de dívida

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como pagamento de juros ou capital;
- Reestruturações de operações;
- Probabilidade do devedor em entrar em falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo; e
- Alterações adversas do setor.

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas na demonstração de ganhos e perdas num período subsequente se o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento das perdas por imparidade.

Instrumentos financeiros mensurados ao custo

Nos instrumentos financeiros mensurados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados, e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Mútua efetua análises periódicas de imparidade. Nesse sentido, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado.

O montante de perdas por imparidade determinado é reconhecido na demonstração de ganhos e perdas. As perdas por imparidade não poderão ser revertidas em qualquer circunstância.

2.4.4 Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio correspondem aos imóveis detidos pela Mútua para sua utilização.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são registados inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de aquisição diretamente relacionados. Subsequentemente, os terrenos e edifícios de uso próprio são mensurados ao justo valor determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica “Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de depreciação.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas também com impacto em ganhos e perdas, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.4.5 Terrenos e edifícios de rendimento

Os terrenos e edifícios de rendimento correspondem aos imóveis detidos pela Mútua com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os terrenos e edifícios de rendimento são registados inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de aquisição diretamente relacionados. Subsequentemente, os terrenos e edifícios de rendimento são mensurados ao justo valor determinado com base em avaliações de peritos, não sendo depreciados.

As variações no justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas, na rubrica de “Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Mútua estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 3 anos.

2.4.6 Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Mútua no decurso da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Mútua.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos ativos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis.

	Anos de vida útil
Mobiliário e material não especificado	8
Máquinas de escrever e fotocopiar	5
Instalações telefónicas	10
Aparelhos e máquinas eletrónicas	5
Equipamentos e programas informáticos	3
Automóveis	4

Um item do ativo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do ativo) é reconhecido em ganhos e perdas no período da sua anulação do reconhecimento.

A Mútua efetua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos ativos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas.

2.4.7 Imparidade de ativos não financeiros

A Mútua avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenham ocorrido alterações que indiquem que um determinado ativo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um ativo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a Mútua estima a respetiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o ativo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de relato, a Mútua reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo e são revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Para os investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados, o justo valor deverá ser determinado recorrendo a modelos de avaliação a partir de dados observáveis no mercado, casos contrários deverão permanecer ao custo.

2.4.8 Locações

Empresa como locadora

As locações que não transferem substancialmente os riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são classificados como locações operacionais. As rendas periódicas são reconhecidas como rendimento na demonstração de ganhos e perdas, nos períodos a que respeitam.

As locações financeiras transferem substancialmente os riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo. As rendas periódicas são constituídas pelo rendimento financeiro, sendo reconhecido na demonstração de ganhos e perdas, e pela amortização financeira de capital que é deduzida ao ativo ao longo do período da locação.

2.4.9 Impostos sobre rendimentos

Impostos correntes

O imposto corrente, ativo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular aquele montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício económico, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos na demonstração de ganhos e perdas, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

2.4.10 Provisões e passivos contingentes

Procede-se ao reconhecimento de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, podendo ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, e a responsabilidade seja possível, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.4.11 Benefícios dos empregados

Responsabilidades com pensões

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma “NIC 19 – Benefícios dos Empregados”.

A Mútua dos Pescadores celebrou um Acordo de Empresa (AE) com o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e afins (SINAPSA) publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 18, de 15 de maio de 2018 (AE de 2018);

O referido AE de 2018 substituiu todos os outros anteriores instrumentos de regulamentação coletiva que vigoraram na Mútua até à data da sua publicação.

Para a efetivação do estabelecido na Cláusula 50.ª e seguintes do AE de 2018, já em vigor, foi alterado o contrato de adesão Coletiva n.º 50 ao Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização que visou nomeadamente:

- A Introdução do Plano de Contribuição Definida – Plano Individual de Reforma (PIR) para todos os trabalhadores atuais e futuros;
- A transferência do valor integralmente financiado a título de responsabilidades por serviços passados, com referência a 31 de dezembro do ano anterior àquele em que tenha sido concedida a autorização da Autoridade de Supervisão e Fundos de Pensões (ASF), para o saldo inicial do PIR;
- E relativamente aos Beneficiários do regime complementar de reforma por velhice ou invalidez previsto no CCT para a atividade seguradora, publicado pelo Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, a manutenção dos regimes que vigoravam à data em que se reformaram e que integraram o contrato agora celebrado.

Ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro a ASF autorizou, em 31 de dezembro de 2019, a alteração ao contrato acima referido, pelo que se procedeu em conformidade.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.4.12 Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

2.4.13 Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa a Mútua considerou como caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de relato, onde se incluem o caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2.4.14 Resseguro

No decurso da sua atividade a Mútua cede risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua atividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

2.4.15 Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Mútua, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva. Sempre que se registem indícios de que um ativo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em ganhos e perdas qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os ativos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

2.4.16 Contratos de seguro

A Mútua emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que a Mútua aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa

afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

a) Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto, cosseguro, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no período a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Tal como referido para os ganhos decorrentes de contratos de seguro, as comissões de administração cobradas aos tomadores de seguro são reconhecidas como ganho quando incorridas, independentemente do momento do seu recebimento.

b) Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do período de doze meses findo à data do relato, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objetivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método pro-rata temporis.

A provisão para prémios não adquiridos é reconhecida na Notas à Demonstração da Posição Financeira e Conta de Ganhos e Perdas, deduzida dos custos de aquisição diferidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro Não Vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem.

d) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Mútua suportará para regularizar todos os sinistros que tenham ocorrido até final do exercício, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Os métodos de cálculo das provisões para sinistros são variáveis consoante os ramos e dentro destes consoante o tipo de sinistros em questão:

Em Acidentes de Trabalho, manteve-se em 2021 o método de cálculo da Provisão para Outras Prestações e Custos relativamente aos anos anteriores.

As provisões iniciais são calculadas com base no “Custo médio da lesão” sendo atempadamente ajustadas face a uma apreciação casuística do processo.

Nos casos mais graves é feito de imediato uma avaliação individual.

As Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho são calculadas de acordo com o disposto na Norma Regulamentar nº. 10/2016-R de 15 de setembro, considerando-se nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis a Tabela de Mortalidade TD 88/90 e a taxa de juro técnica de 5,25% (Portaria 11/2000 de 13 de janeiro) e nas restantes pensões, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 2% e encargos de gestão de 2%, independentemente do ano de ocorrência do sinistro.

Na Provisão para Sinistros não Declarados manteve-se o método seguido nos anos anteriores com a inclusão dos custos de gestão imputados e uma Provisão IBNR – pensões, em AT, que corresponde a uma provisão para presumíveis incapacidades permanentes de processos de sinistro ocorridos, mas ainda não declarados que se encontra incluída na Provisão Matemática – Presumíveis.

Relativamente à Provisão respeitante aos encargos com Assistência Vitalícia seguimos critérios objetivos para a sua identificação e o seu cálculo, tendo por base uma estimativa de custos anuais com responsabilidades vitalícias e a idade do pensionista, corresponde ao valor atual da responsabilidade utilizando a Tábua de Mortalidade TV 73-77, as taxas de juro e encargos de gestão utilizados no cálculo das Provisões Matemáticas das pensões “não remíveis” com uma taxa de inflação de 1.7%.

Na provisão constituída para fazer face ao risco de revisão de processos de pensão de acidentes de trabalho, foi considerado, para os processos de pensão com risco de revisão a 31 de dezembro de 2021 um acréscimo de 4% na pensão anual. Para os Sinistros de Acidentes Pessoais a provisão é definida à data do sinistro, caso a caso, e é geralmente igual ao capital seguro.

Para os sinistros de Marítimo a provisão é calculada com base no custo estimado das avarias reclamadas e/ou de peritagem. Nos sinistros respeitantes a Incêndio e Multirriscos é também utilizada a peritagem.

Na Provisão para Sinistros estão incluídos os custos estimados de gestão de sinistros correspondentes a sinistros a regularizar bem como os custos estimados dos sinistros ocorridos, mas ainda não participados a 31 de dezembro. Em Acidentes de Trabalho é ainda incluída uma provisão para presumíveis incapacidades permanentes de processos de sinistro ocorridos, mas ainda não declarados e uma provisão para fazer face ao risco de Assistência Vitalícia por identificar e à evolução dos encargos já identificados. Para todos os processos não remíveis, foi adotada a taxa de juro técnica de 2% a partir de 2022 com efeitos a 31/12/2021.

e) Provisão para sinistros ocorridos mas não reportados (IBNR)

O método de cálculo para a provisão de sinistros não declarados tem por base o nº de sinistros e a média de custos por sinistros.

Determinação de quantidade de sinistros abertos após o ano de ocorrência – construção de uma matriz de run-off ano de ocorrência versus ano de abertura aplicando o método de Link-ratio simple average;

Determinação do custo médio dos sinistros – valor encontrado a partir do L-Ultimate obtido na triangularização da provisão para sinistros (montantes pagos) dividido pelo nº último de sinistros.

A estimativa do montante necessário de provisão é encontrada pela multiplicação dos fatores atrás indicados.

f) Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima. A quota-parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

g) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF. Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

h) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pela Mútua, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pela Mútua.

2.5 Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras da Mútua requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efetuados pelo Conselho de Administração são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos períodos seguintes.

Estimativas e pressupostos

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Mútua são analisadas como segue:

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com os pressupostos da nota 2.4.3, alínea g). Desta forma, a determinação da imparidade resulta da avaliação específica realizada pela Mútua efetuada aos emitentes dos instrumentos financeiros.

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

Existem algumas fontes de incerteza que a Mútua necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.

As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- (i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;
- (ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada à Mútua em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;
- (iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados à Mútua;
- (iv) Incerteza quanto à exposição futura pela Mútua a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos segurados.

O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor atual da perda esperada pelo tomador de seguro.

A constituição de responsabilidades por contratos de seguro é um processo de incerteza inerente à atividade da Mútua, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro.

A Mútua elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contratos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revisões trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica na Mútua. A Mútua procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos, mas ainda não participados (IBNR) e a estimativas para sinistros ocorridos, mas não reportados adequadamente (IBNER).

A estimativa das responsabilidades teve em atenção o comportamento revelado em 2021, ainda afetado pela pandemia, incorporada na determinação da suficiência da provisão para sinistros, pela análise atenta dos fatores de desenvolvimento e na estimativa das responsabilidades futuras.

A Mútua, procedeu a um ajuste na provisão para sinistros em AT em 440 000€ (280 000€ para o ano de sinistro de 2021, 110 000€ para o ano de 2020 e 50 000€ para o ano de sinistro de 2019). No Ramo Marítimo não foram necessários quaisquer ajustamentos mantendo-se a estimativa técnica. Estes acréscimos impactaram na PRC (ano 2021) não tendo sido necessário proceder a outros ajustamentos.

Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em que a Mútua é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objeto de revisão periódica.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela Mútua com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Mútua sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é suscetível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os ativos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos ativos exige que a Administração efetue julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos.

2.6 Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2021:

A. Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Alterações à IFRS 16 - Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19

Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam

cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.

Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma alteração da locação de acordo com a IFRS 16.

Alterações à IFRS 4 – Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9

Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro.

Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 1 de janeiro de 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência - Fase 2

Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021.

B. Normas, interpretações, emendas e revisões que entram em vigor em exercícios futuros

Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura conceitual (1-jan-2022)

Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.

Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus incluídos numa concentração de atividades empresariais. A alteração é de aplicação prospetiva.

Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento (1-jan-2022)

Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.

Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato (1-jan-2022)

Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato.

Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato.

Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) 1-jan-2022

Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluí-

dos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, as mensurações das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos – custos incorridos a incluir no teste dos 10% de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) 1-jan-2022

Esta melhoria clarifica os honorários que uma entidade inclui aquando da avaliação sobre se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original.

Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, o mutuário deve determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.

Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) 1-jan-2022

Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13 – ‘Justo valor’.

IFRS 17 – Contratos de seguro (1-jan-2023)

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro (1-jan-2023)

Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Notas à Demonstração da Posição Financeira e Conta de Ganhos e Perdas; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

A Companhia não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021.

C. Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação

Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos

Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.

A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”.

Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.

Alterações à IAS 1 – Divulgações de políticas contabilísticas

As alterações têm por objetivo melhorar as divulgações de políticas contabilísticas e auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras na distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas. A alteração substituiu o requisito das entidades divulgarem as suas políticas contabilísticas “significativas” pelo requisito de divulgarem as suas políticas contabilísticas “materiais”.

Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas

Esta alteração introduz uma nova definição de estimativas contabilísticas, clarificando a distinção entre uma alteração de estimativas contabilísticas, alteração de políticas contabilísticas e correção de erros. Adicionalmente, clarifica como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs no desenvolvimento de estimativas contabilísticas.

Alterações à IAS 12 – Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma transação

As alterações exigem que a entidade reconheça imposto diferido numa transação que, no reconhecimento inicial, dê origem a quantias iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis.

Alterações à IFRS 17 – Contratos de Seguros - Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa

A alteração é uma opção de transição relacionada com informação comparativa de ativos financeiros apresentados na aplicação inicial da IFRS 17. A alteração pretende auxiliar as entidades por forma a evitar diferenças de contabilização temporárias entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguros e, desta forma, melhorar a utilidade da informação comparativa para os utilizadores das demonstrações financeiras.

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas (norma interina)

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

O processo de adoção desta norma ainda não foi iniciado pela União Europeia. A Comissão Europeia irá tomar as devidas considerações, após a publicação da norma final.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

3. Relato por segmentos

A Mútua encontra-se organizada por segmentos de negócio. A definição destes segmentos de negócios foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado e a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Mútua.

A Mútua considera o segmento de negócio Não-Vida como o segmento principal, e efetua o seu relato da informação por ramos, como segue: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos em Coisas e Marítimo.

As modalidades incluídas em cada segmento de negócio apresentam-se como segue:

Acidentes de Trabalho:

- Trabalhadores por Conta de Outrem
- Trabalhadores Independentes
- Subscritores da Caixa Geral de Aposentações
- Transferência de Pensões

Acidentes Pessoais:

- Individual/Grupo, Escolar, Formandos, Bombeiros, Autarcas;
- Lazer (onde se inclui o Desporto Amador), Viagem, Mergulho, Pesca Desportiva

Seguros Patrimoniais:

- Incêndio
- Multiriscos (Habitação, Condomínio, PME)
- Aquacultura

Marítimo:

- Cascos – Embarcações de Pesca
- Cascos - Embarcações de Marítimo/Turística e de barcos de recreio

A Notas à Demonstração da Posição Financeira e Conta de Ganhos e Perdas e a conta de ganhos e perdas apresenta-se como segue:

Posição da demonstração financeira por segmentos

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		
	Ramos Não Vida	Não afeto	Total
ATIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	906 401	-	906 401
Investimentos em subsidiárias	-	2 698 058	2 698 058
Ativos financeiros disponíveis para a venda	27 909 472	9 401	27 918 873
Empréstimos e contas a receber	1 651 390	29 800	1 681 190
Terrenos e edifícios	8 020 986	735 000	8 755 986
Outros Ativos tangíveis	549 375	-	549 375
Outros Ativos intangíveis	37 762	-	37 762
Provisões técnicas de resseguro cedido	2 985 749	-	2 985 749
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	592 228	592 228
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 792 776	-	1 792 776
Ativos por impostos	-	289 241	289 241
Acréscimos e diferimentos	-	55 615	55 615
Total do Ativo	43 853 912	4 409 342	48 263 254
PASSIVO			
Provisões técnicas	21 555 400	-	21 555 400
Outros passivos financeiros	3 157 989	-	3 157 989
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	519 900	-	519 900
Outros credores por operações de seguros e outras operações	4 401 099	-	4 401 099
Passivos por impostos	-	2 247 518	2 247 518
Acréscimos e diferimentos	-	447 683	447 683
Total do Passivo	29 634 387	2 695 201	32 329 589

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020		
	Ramos Não Vida	Não afeto	Total
ATIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 044 811	-	1 044 811
Investimentos em subsidiárias	-	2 343 183	2 343 183
Ativos financeiros disponíveis para a venda	27 319 190	-	27 319 190
Empréstimos e contas a receber	1 050 226	29 800	1 080 026
Terrenos e edifícios	7 549 178	735 000	8 284 178
Outros Ativos tangíveis	290 126	-	290 126
Outros Ativos intangíveis	53 615	-	53 615
Provisões técnicas de resseguro cedido	3 664 721	-	3 664 721
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	611 378	611 378
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 685 757	-	1 685 757
Ativos por impostos	-	222 245	222 245
Acréscimos e diferimentos	-	54 350	54 350
Total do Ativo	42 657 624	3 995 958	46 653 582
PASSIVO			
Provisões técnicas	20 827 870	-	20 827 870
Outros passivos financeiros	3 805 461	-	3 805 461
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	544 846	-	544 846
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 180 986	-	3 180 986
Passivos por impostos	-	2 334 435	2 334 435
Acréscimos e diferimentos	-	375 002	375 002
Total do Passivo	28 359 163	2 709 437	31 068 599

Conta de Ganhos e Perdas por segmentos

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2021	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais	Incêndio e elementos da natureza	Multirriscos	Marítimo	Não afetos	Total
Ganhos e perdas							
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5 671 909	662 212	101	52 838	912 746	-	7 299 805
Custos com sinistros líquidos de resseguro	5 656 312	256 641	-	34 904	527 591	-	6 475 447
Outras provisões técnicas líquidas de resseguro	-	-	-	(5 000)	192 259	-	187 259
Custos de exploração líquidos de resseguro	1 382 776	41 944	(93)	(4 853)	(134 934)	-	1 284 840
Resultado dos investimentos	507 868	16 385	45	4 983	46 935	477 695	1 053 911
Perdas por imparidade	767	26	-	8	95	-	896
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	52 419	-	-	(22)	(2 072)	-	50 325
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	(89 501)	(89 501)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	28 845	28 845
Total	(807 658)	379 986	238	22 739	757 115	417 039	769 461

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2020	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais	Incêndio e elementos da natureza	Multirriscos	Marítimo	Não afetos	Total
Ganhos e perdas							
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5 175 761	630 094	101	31 928	753 852	-	6 591 737
Custos com sinistros líquidos de resseguro	4 524 563	120 724	-	16 857	794 026	-	5 456 170
Outras provisões técnicas líquidas de resseguro	-	(106 992)	-	(57 685)	(44 915)	-	(209 591)
Custos de exploração líquidos de resseguro	1 149 852	(41 023)	(136)	(28 563)	77 090	-	1 157 220
Resultado dos investimentos	413 494	14 823	54	4 448	94 712	480 637	1 008 167
Perdas por imparidade	22 440	173	1	52	885	-	23 551
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	1 143	349	-	4 506	-	5 998
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	(133 869)	(133 869)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(13 015)	(13 015)
Total	(107 599)	673 178	639	105 715	25 983	333 752	1 031 668

4. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Caixa	4 486	8 651
Depósitos à ordem	901 915	1 036 161
Total	906 401	1 044 811

5. Investimentos em subsidiárias

Os investimentos em subsidiárias referem-se à participação financeira, em 100%, da Ponto Seguro – Mediação de Seguros, SA.

Em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária apresentava um total de capital próprio de 2.698.058 euros (2.343.183 euros em 31 de dezembro de 2020), apresentando um resultado líquido de 405.984 euros (422.446 euros em 31 de dezembro de 2020).

Desde 2021, a Mútua mensura a sua participação financeira através do método da equivalência patrimonial.

6. Ativos financeiros disponíveis para a venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Instrumentos de dívida		
De dívida pública		
Emissores nacionais	5 047 928	5 268 029
Emissores estrangeiros	13 418 336	13 363 655
De dívida privada		
Emissores nacionais	2 053 742	1 291 173
Emissores estrangeiros	6 801 531	6 850 378
Sub-total	27 321 538	26 773 235
Instrumentos de capital		
Emissores nacionais	58 789	56 204
Emissores estrangeiros	121 671	146 786
Sub-total	180 460	202 990
Outros instrumentos		
Emissores nacionais	238 951	202 118
Emissores estrangeiros	177 923	140 847
Sub-total	416 875	342 966
Total geral	27 918 873	27 319 190

7. Empréstimos e contas a receber

A rubrica de empréstimos e contas a receber apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	1 651 390	1 050 226
Empréstimos concedidos		
Outros	29 800	29 800
Total	1 681 190	1 080 026

8. Terrenos e edifícios de uso próprio

À data de balanço, o movimento ocorrido em imóveis e edifícios de uso próprio foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	Total
A 1 de janeiro de 2020	
Valor bruto	3 714 000
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	98 793
	3 615 207
Adições	17 428
Alienações	-
Revalorização	41 737
Perdas por imparidade	-
	59 166
Depreciações do exercício	(25 166)
Alienações/abates	-
	(25 166)
A 31 de dezembro de 2020	
Valor bruto	3 748 000
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	131 040
Total	3 616 960
Adições	-
Alienações	-
Revalorização	413 224
Perdas por imparidade	-
	413 224
Depreciações do exercício	(102 724)
Alienações/abates	-
	(102 724)
A 31 de dezembro de 2021	
Valor bruto	4 058 500
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	105 132
Total	3 953 368

As avaliações dos terrenos e edifícios de uso próprio são obtidas através de um avaliador independente.

O justo valor foi determinado de acordo com a abordagem do custo, ou seja, através da determinação do valor do edifício através da soma do terreno e edifício, bem como todos os custos necessários à sua construção, de características semelhantes, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e semelhante vida útil remanescente, acrescido das margens de lucro requeridas.

À data de balanço, o valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da data de avaliação apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
2021	2 462 500	-
2020	1 490 868	818 000
2019	-	2 798 960
Total	3 953 368	3 616 960

Não se verificaram transferências entre os níveis 1 ou 2 de justo valor para o nível 3 durante o exercício.

O justo valor dos terrenos e edifícios de uso próprio encontra-se no nível 3. As divulgações de justo valor encontram-se na nota 32.

Caso os terrenos e edifícios de uso próprio tivessem sido mensurados ao modelo do custo, o valor líquido contabilístico apresentar-se-ia como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Custo de aquisição	2 240 649	2 240 649
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade	462 112	439 706
Total	1 778 537	1 800 943

9. Terrenos e edifícios de rendimento

À data de balanço, o movimento ocorrido em imóveis e edifícios de rendimento foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	Total
A 1 de janeiro de 2020	4 641 260
Adições	-
Variações de justo valor	25 958
A 31 de dezembro de 2020	4 667 218
Adições	-
Variações de justo valor	135 400
A 31 de dezembro de 2021	4 802 618

As avaliações dos terrenos e edifícios de rendimento são obtidas através de um avaliador independente.

O justo valor foi determinado de acordo com a abordagem do rendimento, ou seja, através do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Não se verificaram transferências entre os níveis 1 ou 2 de justo valor para o nível 3 durante o exercício.

O justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento encontra-se no nível 3. As divulgações de justo valor encontram-se na nota 32.

A Mútua celebrou contratos de locação operacional com todos os imóveis.

Os rendimentos resultantes dos contratos ascenderam, em 31 de dezembro de 2021, a 239.681 euros e a 245.907 euros, em 31 de dezembro de 2020.

Os gastos de conservação e reparação nos imóveis ascenderam a 6.730 euros, em 31 de dezembro de 2021 e a 15.098 euros, em 31 de dezembro de 2020.

Não existiram restrições na capacidade de realização de terrenos ou edifícios de rendimento ou do recebimento de proventos de rendimento ou proventos de alienação, assim como obrigações contratuais para a aquisição, construção ou desenvolvimento de terrenos e edifícios.

10. Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido em outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-21				
	Saldo inicial 31-12-20	Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo final
Custo de aquisição					
Equipamento administrativo	126 760	14 316	(490)	-	140 586
Máquinas e ferramentas	13 195		(5 552)		7 642
Equipamento informático	278 915	211 073	(28 540)	-	461 449
Programas informáticos	241 451		(2 931)	-	238 521
Instalações interiores	19 023	99 384	-	-	118 407
Material de transporte	274 795	128 236	(154 032)	-	248 999
Equipamento hospitalar	17 818	324	-	-	18 142
Outro equipamento	13 974		-	-	13 974
Quadros e Esculturas	9 426	-	-	-	9 426
Ativos tangíveis em curso	89 446	54 659		(99 384)	44 720
Total	1 084 804	507 991	-191 544	-99 384	1 301 866

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-21				
	Saldo inicial 31-12-20	Depreciações do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo final
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	86 183	8 034	(490)	-	93 727
Máquinas e ferramentas	11 097	758	(4 947)	-	6 908
Equipamento informático	379 101	75 554	(28 540)	-	426 115
Programas informáticos	12 319	15 245	(2 931)	-	24 633
Instalações interiores	19 023	2 303	-	-	21 326
Material de transporte	246 412	46 501	(154 032)	-	138 881
Equipamento hospitalar	16 382	262	-	-	16 644
Outro equipamento	1 142	95	-	-	1 237
Quadros e Esculturas	23 020		-	-	23 020
Total	794 678	148 752	-190 939	-	752 492
Valor líquido	290 125	-	-	-	549 375

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-20				
	Saldo inicial 31-12-19	Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo final
Custo de aquisição					
Equipamento administrativo	96 817	29 943	0	-	126 760
Máquinas e ferramentas	12 936	259	0	-	13 195
Equipamento informático	169 141	109 774	0	-	278 915
Programas informáticos	217 589	23 862	0	-	241 451
Instalações interiores	19 023	0	0	-	19 023
Material de transporte	274 795	0	0	-	274 795
Equipamento hospitalar	17 818	-	0	-	17 818
Outro equipamento	13 594	380	0	-	13 974
Quadros e Esculturas	9 426	-	0	-	9 426
Ativos tangíveis em curso		89 446			89 446
Total	831 140	253 664	0	0	1 084 804

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-20				
	Saldo inicial 31-12-19	Depreciações do exercício	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo final
Depreciações					
Equipamento administrativo	78 802	7 381	0	-	86 183
Máquinas e ferramentas	10 317	781	0	-	11 097
Equipamento informático	343 033	36 068	0	-	379 101
Programas informáticos	0	12 319	0	-	12 319
Instalações interiores	19 023	0	0	-	19 023
Material de transporte	228 615	17 796	0	-	246 412
Equipamento hospitalar	16 382	-	-	-	16 382
Outro equipamento	0	1 142	0	-	1 142
Quadros e Esculturas	23 020	0	0	-	23 020
Total	719 192	75 486	0	0	794 678
Valor líquido	111 948	-	-	-	290 126

11. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Provisão para prémios não adquiridos	669 708	489 206
Provisão para sinistros	2 316 041	3 175 516
Total	2 985 749	3 664 721

A variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Acidentes de trabalho	-	-
Acidentes pessoais	45 865	33 223
Incêndio	234	265
Multiriscos	106 280	88 193
Marítimo	517 330	367 525
Total	669 708	489 206

A variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Acidentes pessoais	33 223	12 641	45 864
Incêndio	265	(31)	234
Multiriscos	88 193	18 087	106 281
Marítimo	367 524	149 805	517 329
Total	489 206	180 502	669 708

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Acidentes pessoais	48 319	(15 096)	33 223
Incêndio	261	5	265
Multiriscos	106 099	(17 906)	88 193
Marítimo	507 252	(139 727)	367 524
Total	661 931	(172 725)	489 206

A provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Acidentes de trabalho	75 241	348 116
Acidentes pessoais	249 444	218 280
Incêndio	-	-
Multiriscos	58 813	52 810
Marítimo	1 932 543	2 556 310
Total	2 316 041	3 175 516

A variação da provisão para sinistros de resseguro cedido foi a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	348 116	173 607	446 482	75 241
Acidentes pessoais	218 280	105 214	74 050	249 444
Incêndio	-	-	-	-
Multiriscos	52 810	78 565	72 561	58 813
Marítimo	2 556 310	736 838	1 360 605	1 932 543
Total	3 175 516	1 094 223	1 953 698	2 316 041

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	332 683	446 143	430 710	348 116
Acidentes pessoais	188 831	58 472	29 023	218 280
Incêndio	-	-	-	-
Multiriscos	41 204	65 320	53 715	52 810
Marítimo	2 080 924	1 945 662	1 470 277	2 556 310
Total	2 643 643	2 515 598	1 983 725	3 175 516

12. Ativos e passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Na data de reporte 31-12-2021 os resultados da avaliação atuarial das responsabilidades estão em conformidade com o disposto na Norma Regulamentar nº. 5/2007-R de 27 de abril da ASF.

O cálculo das responsabilidades é efetuado por atuário independente em cada data de reporte.

Os métodos de cálculo utilizados são os seguintes:

Valor Atual do Prémio Único de uma renda vitalícia imediata com 14 pagamentos no ano.

Os parâmetros de crescimento utilizados foram:

Pressupostos	31/12/2020	31/12/2021
Taxa de Crescimento de Pensões	1,00%	1,00%
Taxa Técnica (Rendas Vitalícias)	0,85%	0,72%
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Nº de Pensões Pagas anualmente	14	14

O Contrato Coletivo de Trabalho de Seguros prevê uma atualização das pensões de reforma desde que a pensão de reforma anual resultante da atualização, adicionada da pensão anual recebida da Segurança Social, não ultrapasse o ordenado mínimo líquido anual que o trabalhador receberia se estivesse no ativo, com a antiguidade que tinha quando se reformou. Nestas circunstâncias é difícil antever com rigor se as pensões individuais são utilizadas e a partir de que momento, nomeadamente porque isso se prende com a previsão do nível com que cada individuo se reformará. Assim sendo, e por questões de prudência, optou-se por considerar que todas as pensões a cargo da empresa são anualmente atualizadas.

De referir, ainda, que os cálculos foram efetuados em grupo fechado.

Os pressupostos são revistos e atualizados em cada data de relato com base nos dados de mercado disponíveis. O reconhecimento do valor é feito com base da IAS 19.

A responsabilidade passada com benefícios pós-emprego apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Responsabilidades passadas com benefícios pós emprego	31-dez-2021	31-dez-2020
Valor atual das responsabilidades por serviços passados	-	-
Valor atual das pensões em pagamento	519 900	544 846
Total	519 900	544 846

A variação do valor presente das responsabilidades apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Variação valor presente das responsabilidades	31-dez-2021	31-dez-2020
Valor das responsabilidades inicial	544 846	576 213
Benefícios pagos	(47 761)	(49 163)
Remissão de capital	-	-
Custo dos serviços correntes	-	-
Custo dos juros	4 422	4 686
Ganhos e perdas atuariais	18 393	13 109
Transferencia para PIR	-	-
Valor das responsabilidades final	519 900	544 846

A reconciliação do valor do fundo apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Reconciliação do valor presente	31-dez-2021	31-dez-2020
Valor do Fundo inicial	623 830	653 452
Contribuições do empregador	-	-
Benefícios pagos	(47 761)	(49 163)
Remissão em capital	-	-
Comissões de administrador do plano	(4 139)	(3 908)
Retorno real dos ativos	20 298	23 449
Transferencia para PIR	-	-
Valor do Fundo final	592 228	623 830

(montantes expressos em Euros)

Valor atuarial do Fundo reconhecido	31-dez-2021	31-dez-2020
Total das responsabilidades	(519 900)	(544 846)
Valor da quota-parte do fundo	592 228	623 830
Total do reconhecimento do Ativo/(Passivo)	72 329	78 985

A reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos e do justo valor dos ativos do plano com os passivos apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Reconciliação valor presente e do justo valor com os passivos	31-dez-2021	31-dez-2020
Ativo/(Passivo) inicial	78 985	77 239
(Ganhos) e perdas atuariais no ano nas responsabilidades	(18 393)	(13 109)
(Ganhos) e perdas atuariais no ano nos ativos	15 205	18 107
(Ganhos) e perdas atuariais por alterações de pressupostos financeiros	-	-
Custo do serviço corrente	-	-
Custo dos juros	(4 422)	(4 686)
Retorno esperado dos ativos	5 093	5 343
Comissões administrativas do plano	(4 139)	(3 908)
Contribuições para o Fundo	-	-
Ativo/(Passivo) final	72 329	78 985

O justo valor dos ativos do plano, bem como a respetiva quota-parte da Mútua, apresentam-se como segue:

31-dez-2021

(montantes expressos em Euros)

Classe de ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização	%	Quota-parte Mútua (0,18%)	%
Ações	95 054 167	29,24%	173 172	0,05%
Obrigações taxa fixa	146 904 934	45,19%	267 635	0,08%
Obrigações taxa variável	54 768 110	16,85%	99 778	0,03%
Fundos Imobiliários	2 811 660	0,86%	5 122	0,00%
Hedge Funds	12 001 960	3,69%	21 866	0,01%
Liquidez	13 532 667	4,16%	24 654	0,01%
Total	325 073 497	100%	592 228	0,18%

31-dez-2020

(montantes expressos em Euros)

Classe de ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização	%	Quota-parte Mútua (0,24%)	%
Ações	68 333 934	27,30%	166 889	0,07%
Obrigações taxa fixa	125 170 805	50,00%	305 699	0,12%
Obrigações taxa variável	34 236 290	13,68%	83 614	0,03%
Fundos Imobiliários	2 794 954	1,12%	6 826	0,00%
Hedge Funds	7 247 475	2,90%	17 700	0,01%
Liquidez	12 550 242	5,01%	30 651	0,01%
Total	250 333 700	100%	623 830	0,24%

Os pressupostos atuariais apresentam-se como segue:

	31-dez-21	31-dez-20
Taxa de crescimento salarial	N/A	N/A
Taxa de crescimento do fundo	0,72%	0,85%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa técnica (rendas vitalícias)	0,72%	0,85%
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90
Tábua de invalidez	SuisseRe	SuisseRe
N.º de pensões pagas anualmente	14	14
Idade da reforma	Estabelecida pela SS	Estabelecida pela SS

13. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

A rubrica de devedores por operações de seguros e outras operações apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Contas a receber por outras operações de seguro directo		
Tomadores	1 658 459	1 611 302
Mediadores	26 109	54 192
Co-seguradores	104 910	107 397
Reembolso de sinistros	263 240	283 282
Sub-total	2 052 718	2 056 172
Perdas por imparidade	(1 298 164)	(1 208 663)
Total	754 554	847 509
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Resseguradores	49 549	463 532
Contas a receber por outras operações		
Subscritores de capital	7 925	8 183
Fornecedores	41 063	27 798
Pessoal	41 572	27 081
FAT	62 357	64 816
Outros	853 685	264 764
Sub-total	1 006 601	392 643
Perdas por imparidade	(17 927)	(17 927)
Total	988 674	374 715
Total geral	1 792 776	1 685 757

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	Recibos por cobrar	Outros devedores
Saldo em 1 de janeiro de 2020	1 074 794	27 927
Reforço	133 869	-
Reversão	-	(10 000)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1 208 663	17 927
Reforço	89 501	-
Reversão	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1 298 164	17 927

14. Ativos e passivos por impostos

Os ativos e passivos por impostos apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Ativos por impostos correntes		
Pagamentos por conta de IRC	0	0
Outros	120 792	29 397
Sub-total	120 792	29 397
Ativos por impostos diferidos		
Perdas por imparidade	168 448	192 848
Total	289 240	222 245

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Passivos por impostos correntes		
Imposto de selo	128 359	121 936
Taxa para o ANPC	3 364	3 564
Taxa para o INEM	32 133	28 293
Taxa para o FAT	841 828	867 795
Taxa para o ASF	13 275	12 251
Outros	97 103	100 556
Sub-total	1 116 062	1 134 394
Passivos por impostos diferidos		
Ativos financeiros disponíveis para venda	523 564	703 347
Imóveis de uso próprio	428 720	347 986
Imóveis de rendimento	179 173	148 708
Sub-total	1 131 457	1 200 041
Total	2 247 518	2 334 435

A movimentação dos impostos diferidos durante o exercício foi a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020	Variação em Ganhos e Perdas		Variação em Capital Próprio		31-dez-2021
		Gasto	Rendimento	Diminuição	(Aumento)	
Ativos por impostos diferidos						
Perdas por imparidade	192 848	24 400	-	-	-	168 448
Total	192 848	24 400	-	-	-	168 448
Passivos por impostos diferidos						
Ativos financeiros disponíveis para venda	703 346	-	-	-	(179 782)	523 564
Imóveis de uso próprio	347 986	-	(6 588)	87 321	-	428 720
Imóveis de rendimento	148 708	30 465	-	-	-	179 173
Total	1 200 041	30 465	(6 588)	87 321	(179 782)	1 131 457
Totais variações líquidas		48 277			(92 461)	

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2019	Variação em Ganhos e Perdas		Variação em Capital Próprio		31-dez-2020
		Gasto	Rendimento	Diminuição	(Aumento)	
Ativos por impostos diferidos						
Perdas por imparidade	187 549	5 299	-	-	-	192 848
Total	187 549	5 299	-	-	-	192 848
Passivos por impostos diferidos						
Ativos financeiros disponíveis para venda	581 013	-	-	122 334	-	703 346
Imóveis de uso próprio	342 604	-	(5 356)	10 738	-	347 986
Imóveis de rendimento	143 339	5 369	-	-	-	148 708
Total	1 066 956	5 369	(5 356)	133 072	-	1 200 041
Totais variações líquidas		5 312		133 072		

A estimativa de imposto apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		31-dez-2020	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		769 461		589 222
Imposto corrente:	21,00%	161 587	21,00%	123 737
Correções fiscais:				
Encargos não dedutíveis	3,00%	23 050	4,70%	27 684
Rendimentos não tributados	-20%	(156 512)	-5,73%	(33 772)
Matéria coletável	3,66%	28 125	19,97%	117 648
Taxa reduzida	-0,48%	(3 727)	-0,64%	(3 779)
Benefícios fiscais	-2,22%	(17 078)	0,00%	
Derrama	0,26%	1 974	1,41%	8 293
Tributações autónomas	1,28%	9 843	1,36%	7 987
Imposto sobre o rendimento corrente	2,49%	19 136	22,09%	130 149

15. Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos e diferimentos apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Acréscimos e diferimentos	31-dez-2021	31-dez-2020
Gastos diferidos	55 615	54 350
Total	55 615	54 350

16. Afetação dos investimentos e outros ativos

A afetação dos investimentos e outros ativos apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			31-dez-2020		
	Não Vida	Não afetos	Total	Não Vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	906 401	-	906 401	1 044 811	-	1 044 811
Investimentos em subsidiárias	-	2 698 058	2 698 058	-	689 204	689 204
Ativos financeiros disponíveis para a venda	27 909 472	9 401	27 918 873	27 311 969	7 221	27 319 190
Empréstimos e contas a receber	1 651 390	29 800	1 681 190	1 050 226	29 800	1 080 026
Terrenos e edifícios	8 020 986	735 000	8 755 986	7 549 178	735 000	8 284 178
Outros ativos tangíveis	549 375	-	549 375	290 126	-	290 126
Outros ativos intangíveis	37 762	-	37 762	53 615	-	53 615
Outros ativos	144 353	-	144 353	207 019	-	207 019
Total	39 219 740	3 472 258	42 691 998	37 506 944	1 461 225	38 968 169

17. Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro direto apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Provisão para prémios não adquiridos	1 188 803	1 052 219
Provisão para sinistros	20 283 097	19 504 892
Provisão para desvios de sinistralidade	83 500	78 500
Provisão para riscos em curso	-	192 259
Total	21 555 400	20 827 870

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos de seguro direto, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			31-dez-2020		
	Prémios Não Adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão para prémios não adquiridos	Prémios Não Adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão para prémios não adquiridos
Acidentes de trabalho	317 885	(34 457)	283 428	291 465	(43 493)	247 972
Acidentes pessoais	192 181	(21 922)	170 260	178 078	(32 913)	145 165
Incêndio	260	(46)	213	295	(68)	227
Multiriscos	120 767	(14 394)	106 373	122 134	(23 587)	98 547
Marítimo	702 063	(73 535)	628 529	667 266	(106 958)	560 308
Total	1 333 156	(144 353)	1 188 803	1 259 238	(207 019)	1 052 219

O movimento ocorrido na provisão para prémios não adquiridos de seguro direto durante o exercício foi a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo final
Acidentes de trabalho	247 972	35 456	283 428
Acidentes pessoais	145 166	25 094	170 260
Incêndio	226	(13)	213
Multiriscos	98 547	7 826	106 373
Marítimo	560 308	68 221	628 529
Total	1 052 219	136 584	1 188 803

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo final
Acidentes de trabalho	283 436	(35 464)	247 972
Acidentes pessoais	170 697	(25 531)	145 166
Incêndio	222	5	226
Multiriscos	96 531	2 016	98 547
Marítimo	576 556	(16 248)	560 308
Total	1 127 442	(75 223)	1 052 219

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros de seguro direto, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Acidentes de trabalho	16 635 419	14 992 275
Acidentes pessoais	757 157	725 264
Incêndio	0	0
Multiriscos	93 979	88 698
Marítimo	2 796 541	3 698 654
Total	20 283 097	19 504 892

O movimento ocorrido na provisão para sinistros de seguro direto durante o exercício foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2021				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes Pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	14 992 275	5 834 169	4 191 025	16 635 419
Acidentes pessoais	725 264	364 980	333 087	757 157
Incêndio	0	0	0	0
Multiriscos	88 698	113 784	108 502	93 979
Marítimo	3 698 654	1 219 569	2 121 682	2 796 541
Total	19 504 892	7 532 501	6 754 296	20 283 097

(montantes expressos em Euros)

31-dez-2020				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes Pagos	Saldo final
Acidentes de trabalho	14 278 613	4 981 235	4 267 573	14 992 275
Acidentes pessoais	788 721	178 447	241 904	725 264
Incêndio	0	0	0	0
Multiriscos	95 151	81 908	88 361	88 698
Marítimo	3 119 269	2 819 271	2 239 886	3 698 654
Total	18 281 754	8 060 860	6 837 723	19 504 892

Impactos das alterações de pressupostos mais significativos nos custos de exercício.

(montantes expressos em milhares de Euros)

Impactos	Variação nas Provisões	
	2021	2020
Cenário A	476	744

Considerámos relevante testar o impacto dum aumento de 25% nas Provisões para sinistros relativas ao ano de 2021, excluindo a Provisão Matemática de AT.

Adicionalmente, procedemos à análise da sensibilidade da tarifa através da criação de 2 cenários e verificando o seu impacto ao nível da PRC.

Cenário A

Acréscimo na Provisão para Outras Prestações e Custos de AT em 25% para o ano de 2021;

Outros Ramos - Acréscimo na Provisão para sinistros em 25% para o ano de sinistro de 2021.

(montantes expressos em milhares de Euros)

Estimativa	Alteração	Impacto
Provisão para Sinistros de AT Custo Médio ou peritagem (ano 2021)	Acréscimo 25%	476

Procedemos à análise da sensibilidade da tarifa através da verificação do impacto do cenário criado na Provisão para Riscos em curso.

	AT		AP		Incêndio		Multi Riscos		Marítimo	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
PRC	89,45%	93,37%	72,77%	60,21%	71,89%	75,39%	92,61%	89,19%	89,10%	111,84%
Choques										
Cenário A	93,04%	96,80%	77,84%	64,57%	71,89%	75,39%	93,52%	90,03%	90,66%	116,82%

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Incêndio	2 500	2 500
Multiriscos	81 000	76 000
Total	83 500	78 500

O movimento ocorrido na provisão para desvios de sinistralidade durante o exercício foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Incêndio	2 500	-	2 500
Multiriscos	76 000	5 000	81 000
Total	78 500	5 000	83 500

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Incêndio	2 500	-	2 500
Multiriscos	71 000	5 000	76 000
Total	73 500	5 000	78 500

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Acidentes pessoais	-	-
Incêndio	-	-
Multiriscos	-	-
Marítimo	-	192 259
Total	0	192 259

O movimento ocorrido na provisão para riscos em curso durante o exercício foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Acidentes pessoais	-	-	-
Incêndio	-	-	-
Multiriscos	-	-	-
Marítimo	192 259	(192 259)	(0)
Total	192 259	(192 259)	(0)

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020		
	Saldo inicial	Dotação do exercício	Saldo final
Acidentes pessoais	106 992	(106 992)	-
Incêndio	-	-	-
Multiriscos	62 685	(62 685)	-
Marítimo	237 174	(44 915)	192 259
Total	406 850	(214 591)	192 259

18. Outros passivos financeiros

A rubrica de outros passivos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Depósitos recebidos de resseguradores	3 157 989	3 805 461
Total	3 157 989	3 805 461

19. Outros credores por operações de seguros e outras operações

Os outros credores por operações de seguros e outras operações apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Contas a pagar por outras operações de seguro directo		
Tomadores	492 189	435 411
Mediadores	3 260 513	2 262 346
Co-seguradores	107 793	111 523
Reembolso de sinistros	105 600	124 546
Sub-total	3 966 095	2 933 825
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Resseguradores	149 189	51 395
Contas a receber por outras operações		
Subscritores de capital	55 521	54 854
Acionistas	149	149
Fornecedores	177 427	90 126
Outros	52 717	50 637
Sub-total	285 814	195 765
Total geral	4 401 099	3 180 986

20. Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos apresenta a seguinte decomposição:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Rendimentos diferidos	236 350	172 359
Acréscimos de gastos	211 334	202 643
Total	447 683	375 002

21. Capital social

O capital social é representado por títulos de capital com o valor mínimo previsto por Lei, ou um seu múltiplo, podendo ser agrupados para perfazerem a entrada mínima de cada cooperador, sendo variável e ilimitado, sendo o seu montante mínimo 6 milhões de euros, integralmente realizado, correspondendo ao somatório dos títulos de capital atribuídos aos cooperadores iniciais e títulos de capital detidos pela cooperativa.

Na data de transformação em cooperativa de responsabilidade limitada, foram atribuídos títulos aos associados da Mútua, em 31 de dezembro de 2003, designados por cooperadores iniciais, num total de 174.000 títulos com o valor nominal de 5 euros por título, perfazendo um total de 870.000 euros.

O remanescente capital social, no montante de 5.130.000 euros, é constituído por capital não titulado, propriedade comum da Mútua.

Por último, a reserva do fundo mutualista ascende a 196.766 euros.

22. Reservas

A rubrica das reservas apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Reservas de reavaliação		
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 327 846	3 149 535
Terrenos e edifícios de uso próprio	1 731 849	1 315 887
Sub-total	4 059 696	4 465 422
Reservas por impostos diferidos	(969 403)	(1 061 864)
Outras reservas		
Reserva legal	633 308	586 572
Livres	2 379 832	2 139 948
Sub-total	3 013 140	2 726 520
Total geral	6 103 433	6 130 078

23. Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			31-dez-2020		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Prémios Brutos Emitidos						
Acidentes de trabalho	6 074 649	(376 320)	5 698 329	5 740 982	(606 662)	5 134 320
Acidentes pessoais	1 044 501	(380 827)	663 674	982 704	(364 692)	618 011
Incêndio	971	(874)	97	1 016	(914)	102
Multiriscos	277 403	(244 020)	33 383	279 118	(226 886)	52 232
Marítimo	3 367 326	(2 569 588)	797 738	3 126 664	(2 249 756)	876 907
Total	10 764 850	(3 571 629)	7 193 221	10 130 482	(3 448 910)	6 681 573
Variação da provisão para prémios não adquiridos						
Acidentes de trabalho	26 420	-	26 420	(41 441)	-	(41 441)
Acidentes pessoais	14 103	(12 641)	1 462	(27 179)	15 096	(12 083)
Incêndio	(35)	31	(3)	5	(5)	1
Multiriscos	(1 367)	(18 087)	(19 455)	2 398	17 906	20 304
Marítimo	34 797	(149 805)	(115 008)	(16 672)	139 727	123 056
Total	73 918	(180 502)	(106 584)	(82 889)	172 725	89 836
Total	10 690 932	(3 343 537)	7 347 395	10 213 371	(3 621 635)	6 591 737

24. Custos de exploração

A rubrica dos custos de exploração apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Gastos com o pessoal		
Remunerações		
Orgãos sociais	146 859	73 654
Pessoal	1 128 142	1 123 720
Encargos sobre as remunerações	278 045	260 280
Outros gastos com pessoal	181 002	107 048
Sub-total	1 734 048	1 564 703
Fornecimento e serviços de terceiros		
Água e Luz	32 989	32 837
Combustíveis	25 679	20 405
Material de escritório	17 483	21 784
Artigos para oferta	2 829	-
Conservação e reparação	535 879	274 106
Rendas e alugueres	4 333	3 195
Comunicação	96 889	89 832
Deslocações e estadas	43 913	39 560
Seguros	21 811	18 642
Publicidade e propaganda	41 869	42 835
Limpeza, saúde e conforto	22 638	24 613
Contencioso e Notariado	1 109	1 754
Vigilância e segurança	7 860	7 561
Trabalhos especializados	6 150	15 150
Gastos com trabalho independente	259 416	247 089
Quotizações	14 705	14 684
Outros fornecimentos e serviços terceiros	230 505	204 837
Sub-total	1 366 055	1 058 884
Impostos e taxas	120 213	172 965
Depreciações	230 570	134 791
Juros suportados	3 020	3 045
Comissões	50 042	47 802
Total geral	3 503 948	2 982 190

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Mútua procedeu à imputação dos gastos gerais a cada uma das funções da seguinte forma, apresentando-se também registadas nas seguintes rubricas da demonstração de ganhos e perdas:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021				Total
	Custos com sinistros Montantes pagos	Custos de aquisição	Custos administrativos	Custos de investimento	
Gastos imputados					
Gastos com o pessoal	525 234	491 928	583 954	132 932	1 734 048
Fornecimento e serviços de terceiros	413 771	387 533	460 029	104 722	1 366 055
Impostos e taxas	72 941	8 273	18 780	20 219	120 213
Depreciações	69 838	65 410	77 646	17 675	230 570
Juros suportados	-	-	-	3 020	3 020
Comissões	-	-	-	50 042	50 042
Sub-total	1 081 784	953 145	1 140 409	328 610	3 503 948
Custos técnicos	3 718 814	-	-	106 443	3 825 258
Comissões de mediação	-	210 360	133 762	-	344 122
Total	4 800 599	1 163 505	1 274 171	435 053	7 673 327

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020				Total
	Custos com sinistros Montantes pagos	Custos de aquisição	Custos administrativos	Custos de investimento	
Gastos imputados					
Gastos com o pessoal	514 161	412 143	532 781	105 617	1 564 703
Fornecimento e serviços de terceiros	347 949	278 910	360 550	71 475	1 058 884
Impostos e taxas	126 848	7 888	17 881	20 349	172 965
Depreciações	44 292	35 504	45 896	9 098	134 791
Juros suportados	-	-	-	3 045	3 045
Comissões	-	-	-	47 802	47 802
Sub-total	1 033 251	734 445	957 108	257 386	2 982 190
Custos técnicos	3 820 747	-	-	107 227	3 927 974
Comissões de mediação	-	196 986	130 484	-	327 470
Total	4 853 998	931 431	1 087 593	364 613	7 237 634

25. Comissões recebidas de contratos de seguro

As comissões recebidas de contratos de seguro apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Acidentes pessoais	213 022	247 056
Incêndio	383	385
Multiriscos	81 968	89 254
Marítimo	920 128	532 774
Total	1 215 501	869 469

26. Rendimentos financeiros

A rubrica de rendimentos financeiros apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			
	Rendas	Juros	Dividendos	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida				
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	615 966	10 857	626 823
Outros				0
Imóveis de rendimento	206 981	-	-	206 981
Empréstimos e contas a receber	-	1 319	-	1 319
Investimentos não afectos				0
Outros				0
Investimentos em subsidiárias	0	0	51 007	51 007
Imóveis de rendimento	32 700	-	-	32 700
Empréstimos e contas a receber	-	294	-	294
Total	239 681	617 579	61 864	919 125

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020			
	Rendas	Juros	Dividendos	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida				
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	608 272	11 096	619 368
Outros				
Imóveis de rendimento	208 267	-	-	208 267
Empréstimos e contas a receber	-	1 743	-	1 743
Investimentos não afectos				
Outros				
Imóveis de rendimento	36 830	-	-	36 830
Empréstimos e contas a receber	-	316	-	316
Total	245 097	610 331	11 096	866 524

27. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		
	Técnica não vida	Não Técnica	Total
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			
Outros gastos de investimentos	106 443	-	106 443
Outros			
Outros gastos de investimentos	316 320	12 290	328 610
Total	422 763	12 290	435 053

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020		
	Técnica não vida	Não Técnica	Total
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			
Outros gastos de investimentos	106 549	678	107 227
Outros			
Outros gastos de investimentos	247 348	10 038	257 386
Total	353 898	10 716	364 613

28. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas

Esta rubrica apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida			
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			
Ativos financeiros disponíveis para venda	28 696	(240)	28 456
Outros			
Terrenos e edifícios de rendimento	201 897	(66 497)	135 400
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-
Investimentos não afetos às provisões técnicas não-vida			
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
Outros			
Valorização da Subsidiária pelo MEP	405 984	-	405 984
Total	636 577	(66 737)	569 840

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas não-vida			
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			
Ativos financeiros disponíveis para venda	21 805	(1 380)	20 425
Outros			
Terrenos e edifícios de rendimento	79 890	(48 264)	31 626
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-
Investimentos não afetos às provisões técnicas não-vida			
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
Outros			
Terrenos e edifícios de rendimento	11 760	-	11 760
Valorização da Subsidiária pelo MEP	422 446	-	422 446
Total	535 901	(49 644)	486 258

29. Perdas por imparidade (líquidas de reversão)

O movimento nas perdas por imparidade, líquidas de reversão, foi o seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização
Imparidade de ativos financeiros detidos para venda	670 712	896	-	27 958
Imparidade de outros	105 009	-	-	-
Total	775 720	896	-	27 958

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020			
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização
Imparidade de ativos financeiros detidos para venda	701 122	23 551	-	53 961
Imparidade de outros	132 430	-	-	27 421
Total	833 552	23 551	-	81 382

30. Outros rendimentos/gastos

A rubrica de outros rendimentos/gastos apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021	31-dez-2020
Rendimentos e ganhos não correntes		
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Outros	35 720	28 047
Rendimentos e ganhos financeiros		
Outros	400	115
Sub-total	36 120	28 162
Gastos e perdas não correntes		
Outros	(7 275)	(41 177)
Perdas em outros ativos		
Ativos tangíveis	-	-
Total geral	28 845	(13 015)

31. Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-21			Total
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros a deter até à maturidade	Empréstimos e contas a receber	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	906 401	906 401
Ativos financeiros disponíveis para a venda	27 918 873	-	-	27 918 873
Empréstimos e contas a receber	-	-	1 681 190	1 681 190
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 792 776	1 792 776
Total do Ativo	27 918 873	-	4 380 367	32 299 240
	Ao justo valor por via de resultados		Empréstimos e contas a pagar	Total
Passivo				
Outros passivos financeiros		-	3 157 989	3 157 989
Outros credores por operações de seguros e outras operações		-	4 401 099	4 401 099
Total do Passivo		-	7 559 088	7 559 088

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-20			
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros a deter até à maturidade	Empréstimos e contas a receber	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 044 811	1 044 811
Ativos financeiros disponíveis para a venda	27 319 190	-	-	27 319 190
Empréstimos e contas a receber	-	-	1 080 026	1 080 026
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 685 757	1 685 757
Total do Ativo	27 319 190	-	3 810 594	31 129 785
	Ao justo valor por via de resultados		Empréstimos e contas a pagar	Total
Passivo				
Outros passivos financeiros			-	3 805 461
Outros credores por operações de seguros e outras operações			-	3 180 986
Total do Passivo			-	6 986 447

32. Justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros

A Mútua utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1 – Valores cotados (não ajustáveis) em mercados ativos para os ativos e passivos identificáveis.

Nível 2 – Outras técnicas de valorização para os quais os “inputs” que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efetuado com informação observável, quer direta, quer indiretamente.

Nível 3 – Técnicas que utilizam “inputs” que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado ativo. O justo valor de instrumentos financeiros não cotados é obtido mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

As avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Mútua encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-21				
	Nível I	Nível II	Nível III	Não valorizado ao justo valor	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	906 401	906 401
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	2 698 058	2 698 058
Ativos financeiros disponíveis para a venda	27 918 873	-	-	-	27 918 873
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 681 190	1 681 190
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	3 953 368	-	-	3 953 368
Terrenos e edifícios de rendimento	-	4 802 618	-	-	4 802 618
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	1 792 776	1 792 776
Total do Ativo	27 918 873	8 755 986	-	7 078 425	43 753 284
Passivo					
Outros passivos financeiros	-	-	-	3 157 989	3 157 989
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	4 401 099	4 401 099
Total do Passivo	-	-	-	7 559 088	7 559 088

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-20				
	Nível I	Nível II	Nível III	Não valorizado ao justo valor	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1 044 811	1 044 811
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	689 204	689 204
Ativos financeiros disponíveis para a venda	27 319 190	-	-	-	27 319 190
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 080 026	1 080 026
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	3 616 960	-	-	3 616 960
Terrenos e edifícios de rendimento	-	4 667 218	-	-	4 667 218
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	1 685 757	1 685 757
Total do Ativo	27 319 190	8 284 178	-	4 499 798	40 103 168
Passivo					
Outros passivos financeiros	-	-	-	3 805 461	3 805 461
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	3 180 986	3 180 986
Total do Passivo	-	-	-	6 986 447	6 986 447

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros e não financeiros da Mútua que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-21	
	Valor líquido contabilístico	Justo valor
Ativo		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	906 401	906 401
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2 698 058	2 698 058
Ativos financeiros disponíveis para a venda	27 918 873	27 918 873
Empréstimos e contas a receber	1 681 190	1 681 190
Terrenos e edifícios de uso próprio	3 953 368	3 953 368
Terrenos e edifícios de rendimento	4 802 618	4 802 618
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 792 776	1 792 776
Total do Ativo	43 753 284	43 753 284
Passivo		
Outros passivos financeiros	3 157 989	3 157 989
Outros credores por operações de seguros e outras operações	4 401 099	4 401 099
Total do Passivo	7 559 088	7 559 088

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-20	
	Valor líquido contabilístico	Justo valor
Ativo		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 044 811	1 044 811
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	689 204	689 204
Ativos financeiros disponíveis para a venda	27 319 190	27 319 190
Empréstimos e contas a receber	1 080 026	1 080 026
Terrenos e edifícios de uso próprio	3 616 960	3 616 960
Terrenos e edifícios de rendimento	4 667 218	4 667 218
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 685 757	1 685 757
Total do Ativo	40 103 168	40 103 168
Passivo		
Outros passivos financeiros	3 805 461	3 805 461
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 180 986	3 180 986
Total do Passivo	6 986 447	6 986 447

A Administração da Mútua considera que caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, empréstimos e contas a receber, outros devedores por operações de seguros e outras operações, depósitos recebidos de resseguradores e outros credores por operações de seguros e outras operações se aproximam do justo valor devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

Os terrenos e edifícios encontram-se valorizados com base no método do custo de reposição e no método das rendas capitalizadas.

33. Gestão de riscos, objetivos e políticas

A gestão dos riscos é assumida por toda a Mútua e é vista como suporte a uma estratégia de crescimento sustentável. O sistema de gestão de riscos da Mútua dos Pescadores compreende estratégias, processos e procedimentos de prestação de informação que permitem identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, a que está ou pode vir a estar exposta.

Está integrado na estrutura organizacional e no processo de tomada de decisão e considera as pessoas que dirigem efetivamente a Mútua ou nela são responsáveis por funções-chave e abrange todos os riscos, incluindo os riscos não considerados no cálculo do requisito de capital de solvência ou considerados apenas parcialmente. Abrange, entre outras, as áreas de subscrição e provisionamento, investimentos, gestão do risco de concentração e de liquidez, gestão do risco operacional e técnicas de mitigação do risco.

Um dos principais objetivos da Mútua é garantir que a sua estrutura de gestão de riscos permite assegurar e atingir o equilíbrio adequado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, cooperadores, reguladores e restantes partes interessadas.

Como parte da sua governação, a Mútua adota uma estrutura organizacional de gestão de riscos alinhada com as melhores práticas do mercado e dentro dos padrões prudenciais estabelecidos pela entidade reguladora.

Risco de mercado

O Risco de Mercado está associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da empresa derivadas de flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de câmbio, das taxas de juro e dos preços do mercado imobiliário.

Os instrumentos financeiros de que a Mútua dispõe encontram-se expostos aos riscos de mercado (Risco de taxa de Juro, Risco Acionista, Risco Imobiliário, Risco de Liquidez e Risco de Concentração) e ao Risco de Crédito.

A Mútua não se encontra exposta ao risco cambial.

As decisões e orientações da Mútua dos Pescadores sobre os seus investimentos, em muito condicionam a exposição ao risco de mercado, tendo, portanto, grande relevância o estipulado na política de investimentos, avaliação de ativos e passivos e cálculo de capital.

Os riscos de mercado e os riscos de crédito são geridos com base na Política de Investimento em vigor, respeitando as regras de afetação dos ativos por classe e tipo de emitente, diversificando a carteira e acautelando níveis de aceitação de riscos prudentes.

O objetivo da gestão de risco de mercado é gerenciar e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

Dada a nossa exposição a obrigações de taxa fixa, consideramos relevante a componente do risco de taxa de juro no risco de mercado.

Risco de taxa de juro

Na carteira de ativos financeiros, todos aqueles que têm entradas de caixa já fixadas para um determinado prazo (ex.: obrigações a taxa fixa) estão sujeitos ao risco de taxa de juro.

O risco deriva do facto de flutuações nas taxas de juro de mercado se refletirem numa evolução dos valores desses ativos (cotações) no sentido inverso. Assim, quando as taxas de juro sobem, o valor dos ativos com entradas de caixa fixas, reduz-se, e vice-versa. O risco de taxa de juro é tanto mais elevado quanto maior o prazo durante o qual as entradas de caixa estão fixadas, o que significa que este é mais pronunciado em ativos como as obrigações a taxa fixa, em que todas as entradas de caixa já estão fixadas até à maturidade (data de reembolso). O risco de taxa de juro também afeta ativos não financeiros, cujas entradas de caixa estejam já fixados, para um determinado prazo.

À data de balanço, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	906 401	906 401
Ativos financeiros disponíveis para a venda	26 922 420	987 052	9 400	27 918 873
Empréstimos e contas a receber	1 651 390	-	29 800	1 681 190
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 792 776	1 792 776
Total do Ativo	28 573 810	987 052	2 738 378	32 299 240
Passivo				
Outros passivos financeiros	-	-	3 157 989	3 157 989
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	4 401 099	4 401 099
Total do Passivo	-	-	7 559 088	7 559 088

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020			
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 044 811	1 044 811
Ativos financeiros disponíveis para a venda	25 725 632	1 047 603	545 956	27 319 190
Empréstimos e contas a receber	1 050 226	-	29 800	1 080 026
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	611 378	611 378
Total do Ativo	26 775 858	1 047 603	2 231 946	30 055 406
Passivo				
Outros passivos financeiros	-	-	3 805 461	3 805 461
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	3 180 986	3 180 986
Total do Passivo	-	-	6 986 447	6 986 447

À data de balanço, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021			
	+ 100 pb	+ 50 pb	- 100 pb	- 50 pb
Ativo				
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(1 767 991)	(910 988)	1 767 991	910 988
Total	(1 767 991)	(910 988)	1 767 991	910 988

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020			
	+ 100 pb	+ 50 pb	- 100 pb	- 50 pb
Ativo				
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(1 597 727)	(823 536)	1 597 727	823 536
Total	(1 597 727)	(823 536)	1 597 727	823 536

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da Mútua incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações. As principais áreas em que a Mútua se encontra exposta ao risco de crédito são:

- (i) parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro;
- (ii) parte dos resseguradores nos custos com sinistros;

(iii) valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro;

(iv) valores a receber de mediadores de seguro, e

(v) risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

A Mútua procura mitigar o risco de crédito através da diversificação da exposição do risco a mais do que uma entidade e da revisão regular dos riscos a que se encontra exposta.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a exposição a risco de crédito apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	906 401	-	906 401
Ativos financeiros disponíveis para a venda	28 562 522	643 649	27 918 873
Empréstimos e contas a receber	1 786 199	105 009	1 681 190
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 792 776	-	1 792 776
Total do Ativo	33 047 898	748 658	32 299 240

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 044 811	-	1 044 811
Ativos financeiros disponíveis para a venda	27 989 902	670 712	27 319 190
Empréstimos e contas a receber	1 185 034	105 009	1 080 026
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	611 378	-	611 378
Total do Ativo	30 831 126	775 720	30 055 406

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a qualidade de crédito por desagregação de rating da Standard & Poors, ou equivalente, por país de origem da contraparte apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-21	31-dez-20
Depósitos em instituições de crédito		
BB+	300 000	300 000
BB	150 000	-
B-	451 000	-
N/D	750 000	750 000
Sub-total	1 651 000	1 050 000
Ativos financeiros disponíveis para venda		
AAA	-	-
AA+	-	-
AA	2 298 640	2 466 030
AA-	1 755 965	1 798 950
A	619 630	121 690
A-	5 225 865	5 679 205
BBB+	426 040	477 150
BBB	10 134 424	5 886 738
BBB-	942 850	5 823 560
BB+	919 450	1 011 585
BB	1 467 595	326 030
BB-	810 660	804 100
B+	92 750	93 440
N/D	2 342 414	1 992 319
Sub-total	27 036 283	26 480 797
Total geral	28 687 283	27 530 797

A decomposição por antiguidade dos recibos por cobrar, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresenta-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-21							Perdas por imparidade	Total
	Não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 30 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 365 dias	Vencidos acima de 365 dias			
Acidentes de trabalho	69 859	54 625	58 459	46 596	20 456	320 474	(931 995)	(361 525)	
Acidentes pessoais	33 722	45 971	160 668	66 155	18 875	108 606	(104 423)	329 576	
Incêndio e elementos da natureza	19	-	-	135	-	267	(154)	266	
Multiriscos	238	2 407	1 403	1 819	966	77 503	(78 781)	5 555	
Marítimo	45 589	85 889	166 159	78 177	53 989	130 211	(182 811)	377 203	
Total	149 428	188 892	386 689	192 882	94 286	637 061	(1 298 164)	351 074	

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-20							Perdas por imparidade	Total
	Não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 30 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 365 dias	Vencidos acima de 365 dias			
Acidentes de trabalho	118 709	80 788	186 423	214 259	71 709	336 314	(849 487)	158 715	
Acidentes pessoais	14 027	15 686	18 843	23 825	7 945	65 208	(122 657)	22 877	
Incêndio e elementos da natureza	-	-	-	135	-	132	(115)	152	
Multiriscos	1 285	1 918	4 374	2 795	338	81 056	(83 662)	8 104	
Marítimo	21 542	40 645	56 855	119 848	25 146	65 598	(152 743)	176 892	
Total	155 563	139 038	266 496	360 862	105 138	548 308	(1 208 663)	366 740	

Risco de liquidez

Este risco surge associado à incerteza quanto ao montante e momento de ocorrência dos fluxos de caixa relacionados com a atividade seguradora o que poderá originar custos adicionais para obter a liquidez necessária.

Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os ativos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da atividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades da Mútua. Desta forma, a Mútua avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

A tabela abaixo indica as maturidades dos perfis dos ativos e passivos financeiros:

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2021								Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Indeterminado	
Ativo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	906 401	-	-	-	-	-	-	-	906 401
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	2 698 058	2 698 058
Ativos financeiros disponíveis para a venda	102 593	-	510 952	1 029 676	2 191 756	1 026 040	5 863 435	17 194 421	27 918 873
Empréstimos e contas a receber	-	150 003	1 101 234	400 153	-	-	-	29 800	1 681 190
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	320 473	378 472	443 808	602 807	-	-	39 293	7 924	1 792 776
Total do Ativo	1 329 466	528 475	2 055 994	2 032 636	2 191 756	1 026 040	5 902 727	19 930 203	34 997 297
Passivo									
Outros passivos financeiros	-	-	3 157 989	-	-	-	-	-	3 157 989
Outros credores por operações de seguros e outras operações	672 034	-	307 281	3 366 113	-	-	-	55 670	4 401 099
Total do Passivo	672 034	-	3 465 271	3 366 113	-	-	-	55 670	7 559 088
Total da posição líquida	657 432	528 475	(1 409 277)	(1 333 477)	2 191 756	1 026 040	5 902 727	19 874 532	27 438 209

(montantes expressos em Euros)

	31-dez-2020								Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Indeterminado	
Ativo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 044 811	-	-	-	-	-	-	-	1 044 811
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	689 204	689 204
Ativos financeiros disponíveis para a venda	517 067	-	-	181 307	1 521 837	2 352 362	3 109 256	19 637 362	27 319 191
Empréstimos e contas a receber	-	200 000	250 000	600 000	-	-	-	29 800	1 079 800
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	483 683	173 359	107 397	463 532	195 081	5 940	-	256 765	1 685 757
Total do Ativo	2 045 561	373 359	357 397	1 244 839	1 716 917	2 358 302	3 109 256	20 613 131	31 818 762
Passivo									
Outros passivos financeiros	-	-	3 805 461	-	-	-	-	-	3 805 461
Outros credores por operações de seguros e outras operações	652 865	-	163 324	2 309 944	-	-	-	54 854	3 180 986
Total do Passivo	652 865	-	3 968 785	2 309 944	-	-	-	54 854	6 986 447
Total da posição líquida	1 392 696	373 359	(3 611 388)	(1 065 105)	1 716 917	2 358 302	3 109 256	20 558 277	24 832 315

Risco operacional

O Risco Operacional é o risco de perdas resultantes de procedimentos internos inadequados ou deficientes, do pessoal, dos sistemas ou ainda de eventos externos.

Está associado assim a eventos como fraudes, falhas de sistemas, não cumprimento de normas e regras estabelecidas, falhas no governo da sociedade, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio, entre outros.

O objetivo da Mútua é de gerir riscos operacionais assim como equilibrar e evitar perdas financeiras e danos à reputação com relação a custo-eficácia e evitar procedimentos de controlo que restrinjam iniciativas e criatividade.

Risco do Seguro

No Risco Específico de Seguros, definido de acordo com a Norma Regulamentar nº. 14/2005- R de 29 de novembro e que corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de aprovisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro, realçamos:

i. No Desenho de Produtos (novo produto)

O risco surge nesta fase ligado aos processos de desenho de produtos e de tarifação e consiste na empresa assumir riscos não identificados na fase de desenho e de definição do preço do seguro. Neste contexto indicamos como princípios orientadores:

- O enquadramento nos vetores estratégicos definidos pela Mútua;
- A identificação do público-alvo e das suas necessidades;
- A análise de mercado, com as suas constantes evoluções;
- A identificação e avaliação dos principais riscos associados a esse produto;
- Estabelecimento de limites de subscrição;
- E o seu enquadramento na política de resseguro da Mútua.

ii. Na Aceitação de riscos (Risco de Subscrição)

O risco aparece relacionado com a seleção dos riscos a segurar e com a respetiva relação com o nível de prémios a praticar, apresentando-se os seus princípios como segue:

- Dispor de um normativo alinhado com os vetores estratégicos definidos pela Mútua e com os Tratados de Resseguro;
- Enquadramento crítico com o praticado no mercado e com os resultados de exploração interna;
- Proceder a uma correta análise de risco integrando toda a sua dimensão económica e social; e
- Assegurar o seu alinhamento com as condições existentes nos tratados de resseguro.

Mais especificamente, e por ramo, a política apresenta-se como segue:

Acidentes de trabalho

- Tarifário definido por tipo de atividade profissional e dentro da atividade piscatória por tipo de pesca;
- Limites de subscrição (limitação ao capital a segurar) estabelecidos para fora da Pesca e atribuídos “plafonds” para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Técnico e para o Diretor Coordenador;
- A aceitação de riscos no estrangeiro, nos termos definidos pela nova Apólice Uniforme, em qualquer atividade profissional, fica dependente de consulta ao Departamento Técnico.

Acidentes pessoais

- Tarifário definido consoante o risco da atividade;
- Limites de subscrição estabelecidos para os capitais por Morte e/ou Invalidez Permanente/pessoa e atribuídos plafonds para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Técnico e para o Diretor Coordenador.

Multirriscos

- Tarifário definido para os riscos base de cada uma destas coberturas, bem como para as coberturas complementares;
- Prémio e franquias na cobertura do risco de fenómenos sísmicos de acordo com o estudo feito pela Associação Portuguesa de Seguradores. Por princípio, não são realizadas cobertura de Riscos Industriais;
- Limites de subscrição estabelecidos por capital e risco.

Marítimo

- A aceitação do risco é precedida do conhecimento do Proprietário da embarcação, da situação económica da empresa, sobretudo de pesca e da vistoria efetuada à embarcação, quando o montante de capital, a idade da embarcação a segurar e outros fatores que pontualmente o justifiquem, bem como as coberturas pretendidas o exigirem;
- Dentro do tarifário e das regras definidas há competência da rede externa para a aceitação do risco;
- Limites de subscrição para o Ramo Marítimo, estabelecidos em circular específica.

iii. Risco de prémio

- O risco dos prémios respeita ao montante do mesmo não ser suficiente para a cobertura de todas as obrigações decorrentes desses contratos (sub-tarifação). A fim de aferir a adequação e suficiência dos prémios praticados em relação aos vários ramos em análise são tomados em consideração todos os proveitos e custos, nomeadamente custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos, custos com a gestão de investimentos, resultados decorrentes dos tratados de resseguro celebrados e ainda resultados financeiros afetos aos vários ramos;
- São analisadas as contas técnicas para cada um dos ramos, antes e depois de resseguro, procedendo à comparação entre os custos técnicos afetos ao ramo e os proveitos técnicos correspondentes;
- É analisada a necessidade de constituição ou não de provisão para riscos em curso como aferidor da adequação tarifária de cada ramo.

iv. Risco de provisionamento

- Corresponde ao risco de a empresa efetuar um provisionamento de responsabilidades inadequado;
- No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Provisionamento;
- A sua monitorização é efetuada pela Função Atuarial, no âmbito das suas funções, procedendo a uma avaliação da suficiência das Provisões Técnicas através de métodos atuariais. A evolução da comparação entre 1) os montantes pagos dos ramos não vida, líquidos de reembolsos, sem custos de gestão, brutos de resseguro e excluindo em Acidentes de trabalho as responsabilidades vida (provisões matemática e assistência vitalícia) e 2) a estimativa final de custo, é como segue:

(montantes expressos em Euros)

31-dez-21	Montantes Pagos líquidos de Reembolsos (valores acumulados)										
	Anos decorridos										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Ano de Ocorrência											
2012	1 923 694	2 749 257	2 954 807	3 061 973	3 111 272	3 125 304	3 127 215	3 130 952	3 131 101	3 131 281	
2013	2 487 212	3 898 647	4 062 041	4 109 293	4 169 661	4 179 633	4 203 963	4 289 677	4 295 442		
2014	1 960 045	2 788 636	3 047 936	3 124 603	3 149 633	3 192 873	3 228 614	3 258 647			
2015	2 041 888	3 571 789	3 737 478	3 754 895	3 813 110	3 840 979	3 834 277				
2016	2 614 035	4 148 544	4 267 767	4 381 541	4 419 603	4 478 322					
2017	1 935 842	3 432 535	3 538 254	3 682 623	3 686 892						
2018	2 111 894	3 279 939	3 460 506	3 560 380							
2019	2 889 016	4 671 361	4 937 977								
2020	2 149 026	3 714 970									
2021	2 161 187										

(montantes expressos em Euros)

31-dez-21	Estimativa Final do Custo com Sinistros Líquidos de Reembolsos (valores acumulados)										
	Anos decorridos										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Ano de Ocorrência											
2012	3 714 957	3 481 073	3 482 054	3 480 342	3 297 831	3 182 335	3 139 818	3 134 949	3 133 357	3 132 356	
2013	4 770 817	4 975 546	4 772 694	4 721 877	4 709 063	4 643 309	4 624 084	4 459 486	4 456 032		
2014	3 550 939	3 427 899	3 320 752	3 259 155	3 270 988	3 245 687	3 239 738	3 268 588			
2015	4 743 987	4 113 822	4 180 764	4 152 902	3 984 012	3 865 939	3 886 404				
2016	5 145 990	4 704 943	4 640 718	4 611 474	4 600 440	4 612 259					
2017	4 373 225	4 043 344	4 021 395	4 174 959	4 139 030						
2018	4 282 031	4 293 998	4 190 552	3 985 594							
2019	5 410 520	5 232 377	5 202 499								
2020	5 146 621	4 711 315									
2021	4 065 154										

(montantes expressos em Euros)

31-dez-20	Montantes Pagos líquidos de Reembolsos (valores acumulados)										
	Anos decorridos										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Ano de Ocorrência											
2011	3 007 226	4 142 678	4 296 574	4 328 968	4 367 453	4 373 961	4 374 121	4 374 902	4 427 932	4 452 324	
2012	1 923 694	2 749 257	2 954 807	3 061 973	3 111 272	3 125 304	3 127 215	3 130 952	3 131 101		
2013	2 487 212	3 898 647	4 062 041	4 109 293	4 169 661	4 179 633	4 203 963	4 289 677			
2014	1 960 045	2 788 636	3 047 936	3 124 603	3 149 633	3 192 873	3 228 614				
2015	2 041 888	3 571 789	3 737 478	3 754 895	3 813 110	3 840 979					
2016	2 614 035	4 148 544	4 267 767	4 381 541	4 419 603						
2017	1 935 842	3 432 535	3 538 254	3 682 623							
2018	2 111 894	3 279 939	3 460 506								
2019	2 889 016	4 671 361									
2020	2 149 026										

(montantes expressos em Euros)

31-dez-20	Estimativa Final do Custo com Sinistros Líquidos de Reembolsos (valores acumulados)										
	Anos decorridos										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Ano de Ocorrência											
2011	5 004 027	4 804 803	4 694 438	4 604 004	4 602 058	4 575 710	4 575 776	4 598 276	4 529 103	4 543 780	
2012	3 714 957	3 481 073	3 482 054	3 480 342	3 297 831	3 182 335	3 139 818	3 134 949	3 133 357		
2013	4 770 817	4 975 546	4 772 694	4 721 877	4 709 063	4 643 309	4 624 084	4 459 486			
2014	3 550 939	3 427 899	3 320 752	3 259 155	3 270 988	3 245 687	3 239 738				
2015	4 743 987	4 113 822	4 180 764	4 152 902	3 984 012	3 865 939					
2016	5 145 990	4 704 943	4 640 718	4 611 474	4 600 440						
2017	4 373 225	4 043 344	4 021 395	4 174 959							
2018	4 282 031	4 293 998	4 190 552								
2019	5 410 520	5 232 377									
2020	5 146 621										

v. Gestão de sinistros

Este risco advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades devido a uma insuficiente gestão dos processos. No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Gestão de Sinistros. O Diretor Técnico e por suas instruções, os serviços técnicos, bem como os serviços clínicos, devem acompanhar a gestão dos processos de sinistro e respetivas provisões.

Particularmente nas provisões matemáticas, é efetuada uma análise em que se acompanha as alterações nas provisões derivadas da alteração dos graus de incapacidade e tipo de desvalorização estimados comparativamente com as incapacidades definidas pelos médicos e posteriormente com aquelas que são fixadas nos Tribunais de Trabalho em sede de conciliação. Mantém-se, também nos Acidentes de Trabalho, no risco respeitante às assistências vitalícias, critérios objetivos para a sua identificação e evolução.

vi. Resseguro

Com o objetivo de mitigar ou diversificar os riscos a que se encontra exposta ou pode vir a encontrar-se exposta, a Mútua celebra contratos de resseguro em todos os ramos que explora, apresentado os seguintes tipos de tratado de resseguro, por ramo:

Ramos não vida	Tipo de resseguro
Acidentes de trabalho	Não proporcional
Acidentes pessoais	Não proporcional e proporcional
Incêndio e outros danos	Proporcional
Marítimo	Não proporcional e proporcional

Comportamento da carteira de não-vida:

Os rácios de sinistros, despesas e combinado são apresentados como segue:

Ramos	Ac.Trabalho		Ac.Pessoais		Incêndio		Multiriscos		Marítimo		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Rácio Sinistralidade	96%	86%	35%	18%	0%	0%	41%	29%	37%	89%	70%	79%
Rácio de Despesas	23%	20%	24%	21%	22%	25%	28%	22%	23%	20%	23%	20%
Rácio Combinado	119%	106%	59%	39%	22%	25%	69%	51%	61%	109%	94%	99%

34. Gestão de capital

A Seguradora privilegia a manutenção de rácios de solvabilidade sólidos, sendo os principais indicadores de uma situação financeira estável. A Mútua gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento da Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Seguradora dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2021. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2021 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado nos termos do normativo aplicável.

35. Compromissos e contingências

As garantias concedidas pela Mútua apresentam-se como segue:

(montantes expressos em Euros)

Garantia bancária	Beneficiário	Montante
Millennium BCP	Petrogal	6 210
Millennium BCP	Tribunal de Trabalho de Lisboa	9 976
BPG	Tribunal de Trabalho de Viana do Castelo	22 475

A Mútua celebrou contratos de locação operacional, como locadora relativamente aos terrenos e edifícios de rendimento.

Os contratos de locação têm em média 3 anos, apresentando-se com os compromissos como segue:

(montantes expressos em Euros)

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos
31-dez-2021	130 625	99 407	9 649
31-dez-2020	130 335	98 425	16 337
Total	260 960	197 833	25 986

36. Partes relacionadas

A Mútua apresenta uma entidade subsidiária, a Ponto Seguro – Mediação de Seguros, SA.

Em 31 de dezembro de 2021, a Mútua apresentava valores a pagar no montante de 17.966 euros (16.961 euros em 31 de dezembro de 2020).

Durante o exercício de 2021, os encargos com as comissões de mediação da Ponto Seguro ascenderam a 234.321 euros (219.259 euros em 2020).

As remunerações do pessoal-chave de Gestão

Durante o exercício de 2021, as remunerações ao pessoal-chave de gestão ascendeu a 372.996 euros (284.938 euros em 2020).

37. Acontecimentos após a data de balanço

A Mútua prevê que o desenvolvimento da guerra na Ucrânia possa ter implicações significativas na economia mundial, afetando também a atividade seguradora. Sendo neste momento impossível estimar com fiabilidade os possíveis impactos económicos, a Mútua estima que as medidas implementadas e o atual nível de fundos próprios, permitam assegurar a continuidade das operações, bem como os compromissos financeiros assumidos e a manutenção de um nível de solvência adequado.

38. Outros assuntos

O Revisor Oficial de Contas, para além do serviço de Revisão Legal de Contas, prestou os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentação em vigor:

- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao branqueamento de capitais e à política antifraude nos termos do n.º 2 da circular da ASF n.º 1/2017;
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos Termos da alínea do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; e
- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre outros assuntos identificados no âmbito do trabalho efetuado nos termos das alíneas a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
- Os honorários da Oliveira, Reis e Associados, SROC, relativos ao exercício de 2021 ascenderam a 30.750 €, dos quais 24.600 € relativos a serviços de auditoria e revisão legal de contas e 6.150 € relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

O Contabilista Certificado nº 31942

António dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração

João Paulo Quinzico Delgado (Presidente)

Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente)

Arsénio Marques Caetano

Jerónimo Gomes Viana

Joaquim Manuel Simplicio Anacleto

José Luis Marques Cabrita

Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço*	
						unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
PONTO SEGURO, LDª							
	sub-total	0			689 604		2 698 058
1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	0			0		0
1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	0			0		0
1.1.9 - Outros títulos em filiais							
1.1.10 - Outros títulos em associadas							
1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	0			0		0
	sub-total	-			689 604		2 698 058
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.1 - Partes de capital em filiais							
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	0			0		0
1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	0			0		0
1.2.9 - Outros títulos em filiais							
1.2.10 - Outros títulos em associadas							
1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	0			0		0
	sub-total	0			0		0
	sub-total	0			689 604		2 698 058
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Acções							
		34 768	0,00	4,26	148 279	0,14	4 899
		5 247	0,03	8,17	42 880	0,08	394
		8 716	1,00	2,88	25 065	1,28	11 122
		16 650	1,00	3,01	50 047	2,55	42 374
		14 812	5,00	7,09	105 009	0,00	0
		687	4,99	6,13	4 210	0,00	0
		465	4,99	60,78	28 261	0,00	0
		500	4,99	14,96	7 482	0,00	0
	sub-total	81 845			411 232		58 789
2.1.1.2 - Títulos de participação							
	sub-total	0			0		0
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
		11 932		10,47	124 872	15,78	188 260
		5 157		6,17	31 809	8,01	41 291
	sub-total	17 089			156 681		229 551
2.1.1.4 - Outros							
							9 401
	sub-total	0			0		9 401
	sub-total	98 934			567 913		297 740
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
		10 151	90,22%		10 151		9 208
		11 497	82,50%		11 497		9 500
		15 014	95,10%		15 014		14 578
		650 000	147,76%		678 592		979 497
		400 000	161,61%		436 463		660 818
		750 000	115,97%		763 358		845 133
		550 000	129,42%		562 010		730 495
		650 000	114,13%		643 565		750 242
		300 000	122,67%		319 433		376 893
		250 000	118,73%		249 017		300 801
		155 000	101,01%		154 999		157 598
		116 000	101,20%		115 999		117 488
	sub-total				3 960 098		4 952 251
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
		100 000	95,59%		95 047		95 678
	sub-total				95 047		95 678
2.1.2.3 - De outros emissores							
		100 000	100,00%		99 992		100 581
		300 000	94,12%		299 831		287 879
		5 000	0,00%		5 000		0
		200 000	100,00%		200 254		201 589
		200 000	103,69%		200 205		207 418
		200 000	100,19%		200 194		201 863
		100 000	97,75%		99 652		98 435
		200 000	99,28%		200 877		199 341
		200 000	98,76%		198 651		198 268
		255 000	99,28%		257 270		254 037
		100 000	101,00%		102 379		101 953
		100 000	99,50%		99 965		99 675
		100 000	102,30%		101 786		102 703
		9 976	0,00%		9 976		0
		9 976	0,00%		9 976		0
		9 976	0,00%		9 976		0
		9 976	0,00%		9 976		0
		9 976	0,00%		9 976		0
		9 976	0,00%		9 976		0
		49 881	0,00%		49 811		0
	sub-total				2 165 747		2 053 742
	sub-total				6 220 892		7 101 670
	sub-total	98 934			6 788 805		7 399 411
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Acções							
		785		25,81	20 260	12,19	9 571
		78		0,00	0	41,80	3 260
		4 204		12,70	53 396	3,85	16 194
		1 525		32,86	50 104	31,49	48 022
		2 500		20,22	50 546	9,41	23 533
		1 726		14,52	25 065	12,22	21 092

Anexo 1

Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço*	
						unitário	Total
sub-total	10 818				199 372		121 671
2.2.1.2 - Títulos de participação							
sub-total	0				0		0
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LYXOR ETF CAC 40	1 755			42,74	75 001	70,31	123 394
LYXOR EASTERN EUROPE ETF	2 640			22,78	60 142	20,66	54 529
sub-total	4 395				135 143		177 923
2.2.1.4 - Outros							
sub-total	0				0		0
sub-total	15 213				334 515		299 595
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BGB - 2,25% - 22/06/2023		150 000	104,26%		150 434		158 175
BGB - 3,00% - 22/06/2034		300 000	132,86%		324 361		403 339
BGB - 1,00% - 22/06/2031		850 000	108,37%		815 167		925 640
BGB - 1,25% - 22/04/2033		250 000	111,94%		251 350		282 025
SPGB - 4,40% - 31/10/2023		300 000	109,05%		315 898		329 392
SPGB - 1,60% - 30/04/2025		150 000	106,52%		151 030		161 398
SPGB - 1,95% - 30/07/2030		1 050 000	113,02%		1 042 751		1 195 405
SPGB - 1,30% - 31/10/2026		450 000	106,98%		452 420		482 404
SPGB - 1,50% - 30/04/2027		450 000	108,32%		452 846		491 989
SPGB - 4,20% - 31/01/2037		300 000	146,92%		359 183		452 324
SPGB - 1,40% - 30/04/2028		300 000	107,93%		297 911		326 621
SPGB - 2,70% - 31/10/2048		300 000	131,65%		378 554		396 326
SPGB - 1,85% - 30/07/2035		300 000	112,81%		311 916		340 787
ESGV - 1,00% 30/07/2042		200 000	97,31%		198 548		195 217
FRTR - 4,25% - 25/10/2023		350 000	108,84%		356 384		383 711
FRTR - 2,25% - 25/10/2022		150 000	102,31%		150 040		154 094
FRTR - 2,50% - 25/05/2030		250 000	121,02%		269 848		306 334
FRTR - 1,25% - 25/05/2036		650 000	110,66%		648 820		724 210
FRTR - 0,25% - 25/11/2026		150 000	102,71%		149 640		154 103
FRTR - 2,00% - 25/05/2048		200 000	128,34%		207 871		259 102
FRTR - 1,25% - 25/05/2034		300 000	110,55%		301 455		333 921
BTPS - 4,75% - 01/08/2023		300 000	108,00%		314 507		329 925
BTPS - 5,00% - 01/09/2040		100 000	153,27%		126 103		154 955
BTPS - 5,50% - 01/09/2022		200 000	103,92%		204 881		211 547
BTPS - 4,75% - 01/09/2044		100 000	154,46%		125 048		156 061
BTPS - 1,65% - 01/03/2032		450 000	104,45%		436 067		472 527
BTPS - 1,60% - 01/06/2026		450 000	105,46%		445 148		475 183
BTPS - 2,25% - 01/09/2036		650 000	109,69%		642 417		717 914
BTPS - 2,45% - 01/09/2033		300 000	112,43%		293 459		339 767
BTPS - 2,20% - 01/06/2027		200 000	109,08%		198 031		218 535
BTPS - 2,05% - 01/08/2027		200 000	108,22%		202 645		218 145
BTPS - 2,00% - 01/02/2028		200 000	108,24%		192 630		218 143
BTPS - 3,100% - 01/03/2040		500 000	121,94%		609 572		614 924
BTPS - 1,45% - 01/03/2036		250 000	99,72%		249 529		250 522
ITGV - 1,500% - 30/04/2045		300 000	93,58%		296 062		281 519
CHILE - 1,44% - 01/02/2029		100 000	104,95%		100 035		106 268
CHILE - 1,25% - 29/01/2040		200 000	96,79%		191 364		195 888
sub-total					12 213 926		13 418 336
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
sub-total					0		0
2.2.2.3 - De outros emissores							
MAPFRE - 1,625% - 19/05/2026		100 000	106,60%		101 786		107 611
AREVA - 3,125% - 20/03/2023		200 000	102,80%		199 715		210 514
INFRA PARK - 2,125% - 16/04/2025		100 000	105,13%		100 228		106 644
EDF - 1,00% - 13/10/2026		200 000	103,42%		198 081		207 278
EDF - 1,8750% - 13/10/2036		100 000	106,80%		110 836		107 211
DGFP - 1,375% - 27/06/2028		100 000	106,71%		100 071		107 418
PEMEX - 5,50% - 24/02/2025		100 000	108,22%		109 375		112 906
LEH - Float - 20/07/2012		350 000	0,00%		350 071		0
PORTEL - 4,375% - 24/03/2017		150 000	0,00%		148 740		0
BHP - 3,25% - 24/09/2027		100 000	115,64%		101 161		116 522
TELEFONICA - 3,987% - 23/01/2023		100 000	104,55%		101 378		108 297
ENI - 3,25% - 10/07/2023		150 000	105,13%		150 267		160 032
PETBRA - 4,75% - 14/01/2025		100 000	109,45%		102 842		114 031
PEMEX - 3,75% - 16/04/2026		100 000	99,80%		103 623		102 471
ELEPOR - 2,625% - 18/01/2022		100 000	100,09%		100 045		102 593
TELEFONICA - 2,932% - 17/10/2029		100 000	117,79%		104 044		118 401
REPSOL - 2,25% - 10/12/2026		200 000	109,93%		199 359		220 131
UNIPOL - 3,00% - 18/03/2025		200 000	107,68%		208 575		220 111
IBERIA - 3,50% - 28/05/2022		500 000	100,10%		499 491		510 952
ZAINL - 1,875% - 27/07/2027		200 000	105,40%		201 733		213 358
ELEPOR - 1,125% - 12/02/2024		100 000	102,58%		99 287		103 576
ENI - 1,125% - 19/09/2028		100 000	103,52%		99 323		103 838
ATLIM - 1,625% - 03/02/2025		200 000	101,39%		196 685		205 736
TITIM - 2,375% - 12/10/2027		250 000	98,49%		248 488		247 543
IBESM - 1,621% - 29/11/2029		200 000	110,05%		198 476		220 393
SANTAN - 1,125% - 17/01/2025		200 000	102,73%		195 220		207 611
ACSSCE - 1,875% - 20/04/2026		200 000	104,94%		199 907		212 510
INDRA - 3,00% - 19/04/2024		200 000	103,97%		205 773		212 165
PEMEX - 4,750% - 26/02/2029		100 000	98,25%		103 907		102 271
PEMEX - 2,50% - 24/11/2022		100 000	100,81%		100 288		101 070
BAYNGR - 2,125% - 15/12/2029		100 000	109,80%		102 222		109 899
TITIM - 2,875% - 28/01/2026		200 000	102,10%		200 537		209 525
ENIIM - 1,00% - 11/10/2034		100 000	102,66%		99 692		102 885
DUFN - 2,00% - 15/02/2027		100 000	92,75%		100 032		93 506
CELFC 1.5% 08/06/2028		100 000	97,93%		99 119		98 781
ALTIM - 1,875% - 13/07/2027		200 000	102,92%		196 792		207 607
CLNX - 1,000 20/04/2027		100 000	97,43%		99 308		98 131
MUINC - 0,750% 12/02/2028		200 000	97,35%		189 628		196 027
ORTEI EI CORTE INGRES- 3,625% 15/03/2024		200 000	102,27%		202 462		206 071
FNAC 2,625% - 30/05/2026		100 000	101,85%		100 193		102 076
CLNX 2,875% - 18/04/2025		100 000	106,57%		105 809		108 602
VOWG 0,875% - 22/09/2028"		200 000	102,97%		199 350		206 424
LHAG 2,000% 14/07/2024		200 000	99,27%		200 336		200 414
RENA 1,750% - 10/04/2026		100 000	104,06%		100 876		105 335
RENA 1,125% 04/10/2027		100 000	92,78%		94 759		93 054
sub-total					7 029 886		6 801 531
sub-total					19 243 812		20 219 867
sub-total	15 213				19 578 327		20 519 462
2.3 - Derivados de negociação							
sub-total					0		0
2.4 - Derivados de cobertura							
sub-total					0		0
total	114 147				26 367 132		27 918 873
3 - TOTAL GERAL	114 147				27 056 735		30 616 930

O Contabilista Certificado nº 31942
Antônio dos Santos Monteiro

O Conselho de Administração

João Paulo Quinzico Delgado (Presidente), Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente), Arsénio Marques Caetano, Jerónimo Gomes Viana, Joaquim Manuel Simplicio Anacleto, José Luis Marques Cabrita, Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

Anexo 2

(montantes expressos em Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	0	0	0	0
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	15 717 539	2 713 393	14 971 206	1 967 059
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	88 698	34 412	35 814	(18 472)
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	0	0	0	-
-OUTRAS COBERTURAS	0	0	0	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3 698 654	1 174 411	1 986 060	(538 183)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	0	0	0	0
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA	0	0	0	0
DIVERSOS	0	0	0	0
TOTAL	19 504 892	3 922 216	16 993 079	1 410 404

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

O Contabilista Certificado nº 31942
António dos Santos MonteiroO Conselho de Administração
João Paulo Quinzico Delgado (Presidente), Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente), Arsénio Marques Caetano, Jerónimo Gomes Viana, Joaquim Manuel Simplicio Anacleto, José Luis Marques Cabrita, Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Anexo 3

(montantes expressos em Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	3 808 628	715 484	1 689 732	6 213 844
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	80 623	27 879	5 281	113 784
AUTOMÓVEL				
RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	1 783 261	338 421	(869 492)	1 252 190
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-
DIVERSOS	-	-	-	-
TOTAL	5 672 512	1 081 784	825 521	7 579 818
RESSEGURO ACEITE	-	-	-	-
TOTAL GERAL	5 672 512	1 081 784	825 521	7 579 818

O Contabilista Certificado nº 31942
António dos Santos MonteiroO Conselho de Administração
João Paulo Quinzico Delgado (Presidente), Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente), Arsénio Marques Caetano, Jerónimo Gomes Viana, Joaquim Manuel Simplicio Anacleto, José Luis Marques Cabrita, Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Anexo 4

(montantes expressos em Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	7 119 150	7 078 627	6 213 844	1 637 742	(231 591)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	278 374	279 776	113 784	77 406	(65 607)
AUTOMÓVEL	-	-	-	-	-
- RESPONSABILIDADE CIVIL					
- OUTRAS COBERTURAS					
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3 367 326	3 332 529	1 252 190	785 194	(777 078)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL					
CRÉDITO E CAUÇÃO					
PROTECÇÃO JURÍDICA					
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS					
TOTAL	10 764 850	10 690 932	7 579 818	2 500 341	(1 074 276)
RESSEGURO ACEITE	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	10 764 850	10 690 932	7 579 818	2 500 341	(1 074 276)

NOTAS:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

O Contabilista Certificado nº 31942
António dos Santos MonteiroO Conselho de Administração
João Paulo Quinzico Delgado (Presidente), Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente), Arsénio Marques Caetano,
Jerónimo Gomes Viana, Joaquim Manuel Simplicio Anacleto, José Luís Marques Cabrita, Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos cooperadores da

MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, C.R.L.,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas da MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, CRL. preparadas pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade, relativos ao exercício de 2021.

2. A pandemia Covid-19 persistiu em 2021 com contornos menos graves e evolução favorável, resultado das medidas aplicadas e da elevada taxa de vacinação o que não deixou de continuar a afetar a vida das pessoas, o Conselho Fiscal, no desempenho das suas funções estatutárias e legalmente atribuídas acompanhou, durante o exercício, a atividade e gestão da empresa em todas as matérias do seu âmbito de competências. Esteve presente, a convite, por videoconferência, dadas as circunstâncias anómalas que assim o determinaram, em reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Nacional, reuniu com os responsáveis técnicos das áreas financeiras, contabilidade e com o Revisor Oficial de Contas desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados. Examinámos os registos e documentos de suporte, analisámos o Relatório de Gestão, a Notas à Demonstração da Posição Financeira e Conta de Ganhos e Perdas (Balanço), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração das variações no capital próprio, a Demonstração do rendimento Integral, a Demonstração de Fluxos de Caixa, as Notas às Demonstrações Financeiras, apreciamos e tomamos em consideração a Certificação Legal das Contas emitida pelos auditores externos, obtivemos sempre todos os esclarecimentos considerados necessários para a elaboração do parecer e tanto quanto é do nosso conhecimento consideramos terem sido, as Demonstrações Financeiras, elaboradas em conformidade com as normas legais e contabilísticas vigentes e que refletem a atividade e situação financeira da empresa.

3. Em contexto ainda pandémico a Mútua manteve algumas das medidas de natureza diversa de apoio ao setor. Na avaliação positiva do desempenho e da situação financeira da Mútua, destacamos:

- O Resultado líquido do exercício, positivo, de 702.048€ que reflete, em relação a 2020: o aumento de 6,3% dos Prémios Brutos Emitidos, 10.764.850€; a Taxa de sinistralidade global de 70,4%; os Custos por Natureza, 3.503.948€, mais 17,5%; Cobranças com uma boa performance, mais 8,5%; aumento dos descontos em Lota; rendimentos com um acréscimo de 6,1%; integração do resultado positivo da Ponto Seguro.

- O Capital Próprio de 15.933.665€, com aumento de 14,4% (2.002.662€) em relação a 2020: destaque, pela sua relevância, o acréscimo de 1.602.470€ em Resultados Transitados, valor que advém da regularização do ajustamento da participação na Ponto Seguro pela aplicação do MEP (Método de Equivalência Patrimonial) a 2020 em detrimento do valor de aquisição até então contabilizado por recomendação da ASF, exigência já introduzida para os cálculos da Solvência II. Total do Ativo Líquido de 48.263.254€ onde os Investimentos de 41.159.239€ representam 85,3%, total do Passivo, 32.329.589€ em que, as Provisões Técnicas de 21.555.400€ representam 66,7%. Taxa de Cobertura das Provisões Técnicas de 165% (2020 - 165%).

4. Parecer

Face ao que antecede e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2021, tal como foram apresentados pela Administração;
- Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração;

5. O Conselho Fiscal perante as circunstâncias adversas vividas nos dois últimos anos não pode deixar de louvar as medidas prudenciais e de sustentabilidade, o esforço, dedicação, competência, honestidade e transparência de toda a estrutura, dirigentes, trabalhadores e colaboradores. Finalmente, o Conselho Fiscal, deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Mútua toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 22 de Março de 2022

Frederico Fernandes Pereira, Presidente
Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda, Vogal
Jorge Serafim Silva Abrantes, Vogal



Fotografia em Freepik.com



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZFIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MÁRIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILACA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de MÚTUA DOS PESCADORES – MÚTUA DE SEGUROS, C.R.L. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 48.263.254 euros e um total de capital próprio de 15.933.665 euros, incluindo um resultado líquido de 702.048 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

1 de 6

Valorização dos Ativos financeiros disponíveis para venda (incluindo as perdas por imparidade) (Divulgações relacionadas com as notas 2.4.3 e 6 das notas anexas às demonstrações financeiras)	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>As demonstrações financeiras da Entidade, em 31 de dezembro de 2021, incluem no seu balanço ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao justo valor, em 31 de dezembro de 2021, no montante de 27.918.873 euros (27.319.190 euros em 31 de dezembro de 2020).</p> <p>Estes ativos representam a rubrica mais significativa da Entidade.</p> <p>A mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor (incluindo a determinação das perdas por imparidade), encontra-se detalhada nas políticas contabilísticas constantes na nota 2.4.3 das notas anexas às demonstrações financeiras.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado à determinação da valorização e perdas por imparidade dos instrumentos financeiros.</p>	<p>Os procedimentos efetuados para validar os instrumentos financeiros incluíram a realização, entre outros, dos seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Entidade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes; • Teste à valorização da carteira dos instrumentos financeiros; • Testes para avaliar eventuais perdas de imparidade; • Aferição e avaliação quanto à exposição a títulos com origem Russa ou Bielorrussa; e • Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas de Relato Financeiro aplicáveis.
Valorização dos Terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento (Divulgações relacionadas com as notas 2.4.4 e 2.4.5, 8 e 9 das notas anexas às demonstrações financeiras)	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>A Entidade apresenta, em 31 de dezembro de 2021, terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento, num montante de 3.953.368 euros e 4.802.618 euros, respetivamente (3.616.960 euros e 4.667.218 euros em 31 de dezembro de 2020).</p> <p>A Entidade utiliza avaliadores externos profissionalmente qualificados para valorizar os seus imóveis. Os imóveis são valorizados através do método comparativo de mercado, pelo método do custo de reposição e pelo método de rendimento.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento inerente nos pressupostos utilizados nas avaliações realizadas pelos avaliadores externos.</p>	<p>Os procedimentos efetuados para validar a valorização dos terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento incluíram a realização, entre outros, de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Entidade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes; • Avaliação das metodologias de valorização dos imóveis; • Avaliação dos pressupostos significativos das avaliações dos imóveis; • Avaliação da competência dos avaliadores externos; e • Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com a Normas de Relato Financeiro aplicáveis.

Mensuração das Provisão para sinistros de seguro direto (Divulgações relacionadas com as provisões para sinistros de seguro direto apresentadas nas notas 2.4.16 e 17 das notas anexas às demonstrações financeiras).	
Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>A provisão para sinistros de seguro direto apresenta-se como a rubrica mais significativa das responsabilidades da Entidade, ascendendo a 20.283.097 euros em 31 de dezembro de 2021 (19.504.892 euros em 31 de dezembro de 2020).</p> <p>A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o julgamento significativo por parte do órgão de gestão.</p>	<p>Os procedimentos efetuados para validar a mensuração das provisões matemáticas e passivos financeiros incluíram a realização, entre outros, de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Entidade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliação da eficácia operacional dos controlos considerados como relevantes; • Testes efetuados às fontes de informação da Entidade; • Comparação das metodologias, modelos e pressupostos utilizados face às práticas de mercado; • Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de sinistralidade e cobertura; • Seleção de amostras para execução de testes de detalhe; e • Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com a Normas de Relato Financeiro aplicáveis.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da

4 de 6



- Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
 - das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
 - declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos Revisores Oficiais de Contas da Entidade pela primeira vez em assembleia geral de cooperadores, realizada em 20 de março de 2016, para o exercício de 2016.
- Fomos reconduzidos em assembleia geral de cooperadores realizada em 19 de março de 2017, para um segundo mandato, compreendido entre 2017 e 2020.
- Fomos reconduzidos em assembleia geral de cooperadores realizada em 26 de março de 2021, para um terceiro mandato, compreendido entre 2021 e 2024.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

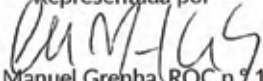
Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade à mesma data do presente relatório.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 22 de março de 2022

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2022-2024

1. Introdução

O ano de 2021 continuou a ser fortemente marcado pelos efeitos da pandemia de COVID-19, sobretudo durante o primeiro semestre, no entanto, em Portugal, a vacinação em larga escala terá sido determinante para conter os efeitos da doença, devolvendo alguma confiança aos cidadãos, às instituições, às empresas e às organizações em geral. Apesar da assinalável recessão económica, cujos impactos ainda não estarão totalmente contabilizados, as medidas políticas terão contribuído para suportar parte da economia e dos rendimentos de famílias e empresas.

O Banco de Portugal, nas projeções apresentadas no Boletim Económico de outubro, estima que o Produto Interno Bruto possa crescer até ao final do ano acima dos níveis verificados no período anterior à pandemia, estimulando, assim, perspetivas mais favoráveis para o ano de 2022.

A recuperação que a Mútua dos Pescadores vem registando em 2021 nos valores de prémios brutos emitidos, ainda que não atingindo o crescimento que há um ano atrás almejávamos – e que o setor segurador registou, nos ramos Não Vida – dá-nos, ainda assim, uma perspetiva de evolução positiva para 2022, quando comparado com o valor final de 2021, permitindo-nos atingir até 2024 os 12 milhões de euros de prémios.

Naturalmente, para além da manutenção da confiança que caracteriza a relação da Mútua com os seus cooperadores, com os segurados e tomadores de seguro, confirmada durante a gestão da pandemia, da estratégia de recomposição da carteira de prémios e do reforço do desempenho nas cobranças, será determinante a evolução de atividades económicas como a pesca e as atividades marítimo turísticas. Se no caso da pesca se pode dizer que, malgrado as condições económicas, sociais e laborais em que é desempenhada, e particularmente as vicissitudes dos últimos dois anos, o setor nunca deixou de laborar, já as atividades marítimo turísticas têm uma fortíssima dependência do turismo, tendo, por isso, sido das mais afetadas ao longo do período de pandemia e de limitação da atividade social.

Neste sentido, a trajetória de crescimento da Mútua dos Pescadores estará fortemente associada e dependente de um setor da pesca forte, dinâmico, com capacidade de investir e de se renovar, com profissionais bem preparados e reconhecidos, assim como de políticas públicas que valorizem e defendam o setor da saúde e do seu contributo estratégico para a normalização da nossa vida em sociedade, e para o desempenho das atividades económicas que podem gerar crescimento e desenvolvimento.

2. Área Comercial

À semelhança do mercado em geral, e da indústria seguradora em particular, a Mútua dos Pescadores enfrenta os desafios da desejada transição para uma economia e sociedade sustentáveis, com a evolução das novas tecnologias, o desenvolvimento de novas ferramentas e processos de trabalho, com respeito pela instância da proteção dos dados pessoais e pelas novas exigências da regulação nacional e europeia, com a imperiosa renovação geracional e com a escassez de Recursos Humanos, com a formação adequada e disponíveis para a dimensão de tais desideratos.

Enquanto Cooperativa, estimulamos os nossos trabalhadores no desempenho da sua função, não descurando a formação, a evolução das suas competências e da sua carreira, investindo permanentemente em condições de trabalho e condições remuneratórias que sejam aliciantes, reconhecendo o mérito e o esforço, apoiando a integração plena e exercendo o respeito pela sua condição individual e vida familiar.

Pela nossa parte, preparamo-nos para celebrar durante 2022 os 80 Anos de atividade da Mútua, festejando e trabalhando com todos aqueles que reconhecem o seu papel na pesca, na salvaguarda da vida no mar e nas comunidades ribeirinhas, na sua especialização nos seguros marítimos, nos acidentes de trabalho, mas também nos demais ramos em que intervém, reafirmando competência e laços de confiança.

Procuraremos incentivar a participação dos nossos cooperadores, em todos os momentos da vida da empresa, homenageando as várias gerações de Homens e Mulheres que, com o seu esforço e exemplo, fizeram da «sua Mútua», a Mútua dos Pescadores de hoje.

3. Área Comercial

Tendo em consideração o objetivo estratégico de retomar os níveis de crescimento de Prémios que se vinha a alcançar até ao primeiro trimestre de 2020, e apesar das incertezas provocadas pela pandemia que continua a marcar a atividade das famílias e empresas, para 2022 definiram-se como objetivos gerais:

3.0.1. Promover ações de desenvolvimento de produtos e de novas coberturas nos vários ramos comercializados;

3.0.2. Fomentar ações de marketing, potenciando os diversos canais de comunicação e otimizando novas soluções em formato digital;

3.0.3. Proporcionar, com regularidade, formação aos trabalhadores nas diversas áreas e departamentos;

- 3.0.4. Reforçar as definições de objetivos de forma a robustecer a sua monitorização;
- 3.0.5. Fortalecer o rigor e a prudência na subscrição dos riscos.

3.1. Vetor I – Pesca

- 3.1.1. Assegurar medidas de defesa da carteira e implementar ações comerciais para as alcançar;
- 3.1.2. Continuar o desenvolvimento de práticas para a comercialização da cobertura de danos próprios;
- 3.1.3. Reforçar as ações de formação que permitam melhorar a divulgação e comercialização de P&I (Protection and indemnity insurance);
- 3.1.4. Promover ações de comunicação dirigidas aos subscritores de apólices de Acidentes de Trabalho, de modo a potenciar a aquisição de seguros que cubram a totalidade das remunerações dos seus trabalhadores.

3.2. Vetor II – Náutica de Recreio e Atividade Marítimo Turística

- 3.2.1. Encontrar novas soluções de coberturas, especialmente no âmbito da Responsabilidade Civil;
- 3.2.2. Melhorar as coberturas e tornar os produtos mais competitivos.

3.3. Vetor III – Comunidades Ribeirinhas

- 3.3.1. Desenvolver produtos para clientes particulares, nomeadamente Multiriscos e Acidentes Pessoais;
- 3.3.2. Dinamizar a comercialização de produtos para empresas do setor Marítimo e conexas, nomeadamente de comercialização de peixe;
- 3.3.3. Promover contactos com empresas do setor da aquicultura, com objetivo de encontrar as soluções mais adequadas para as suas necessidades de seguros.

3.4. Vetor IV – Setor Cooperativo e Social

- 3.4.1. Reforçar a relação com as entidades do setor cooperativo e social;
- 3.4.2. Continuar a desenvolver as ações junto do setor sindical, nomeadamente a criação de produtos adequados para os dirigentes e seus associados;
- 3.4.3. Continuar as ações de divulgação dos produtos de Acidentes Pessoais para o setor sindical e associativo.

4. Área Técnica

À manutenção da subscrição e da gestão de sinistros acrescem para 2022 as seguintes atividades:

4.1. Área de Sinistros e Subscrição

- 4.1.1. Terminar o manual de procedimentos para todas as atividades do Departamento Técnico;
- 4.1.2. Continuação da atualização e uniformização dos manuais tarifários e guiões dos diversos ramos;
- 4.1.3. Manter a configuração no EGIS de todos os ramos de seguro;
- 4.1.4. Manter a política de vistoria de embarcações de Pesca, da atividade marítimo turística e da náutica de Recreio;
- 4.1.5. Identificar as ações de formação que se revelem necessárias à melhoria da gestão técnica;
- 4.1.6. Continuar a automatização da produção de avisos de cobrança e envio em formato digital aos tomadores de seguro;
- 4.1.7. Continuar a atualização dos Produtos Multiriscos;
- 4.1.8. Continuar a conceção, divulgação e exploração de novos produtos.

4.2. Área de Sistemas de Informação

A evolução tecnológica implica uma atualização constante de equipamentos e software, que deve ser acompanhada pelas manutenções diárias de todos os equipamentos, bem como da monitorização da segurança de todos os sistemas de informação.

- 4.2.1. Continuar o projeto de Virtualização de sistemas e dados;
- 4.2.2. Implementar a realização de Backups de sistemas e dados;
- 4.2.3. Iniciar a renovação da infraestrutura de comunicações de dados e voz do Edifício Mútua;
- 4.2.4. Dar continuidade ao projeto de implementação de Gestão Documental;
- 4.2.5. Concluir o Portal Interno;
- 4.2.6. Participar nas medidas de proteção, controlo e monitorização de dados pessoais no âmbito do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD);
- 4.2.7. Atualização das comunicações fixas;
- 4.2.8. Implementar o novo contrato de comunicações móveis;
- 4.2.9. Implementar o novo contrato de multifunções;

4.2.10. Prosseguir com o projeto de Upgrade da rede de Dados das Dependências;

4.2.11. Identificar as ações de formação que se revelem necessárias à melhoria do Departamento de Sistemas de Informação.

5. Área Financeira e de Resseguro

O principal tema para o próximo triénio continuará a ser o acompanhamento da implementação e evolução das novas Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente da IFRS 17 – Contratos de Seguro, que cobre o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das responsabilidades com contratos de seguro e da IFRS 9 (Instrumentos Financeiros).

A sua implementação terá lugar a 1 de janeiro de 2023, com comparativos ao ano 2022, o que pressupõe ter dois sistemas contabilísticos em simultâneo, durante o próximo exercício.

5.1. Área Financeira e Contabilística

5.1.1. Prosseguir com a reestruturação profunda dos sistemas técnicos/contabilísticos, para a adoção da nova norma IFRS 17;

5.1.2. Iniciar a abordagem à IFRS 9, com vista também à sua implementação em 2023;

5.1.3. Reforçar a gestão prudente dos investimentos financeiros com especial atenção aos riscos de mercado e risco de crédito, diversificando a carteira e acautelando níveis de aceitação de riscos prudentes;

5.1.4. Prosseguir com as auditorias internas estabelecidas de acordo com o plano anualmente traçado;

5.1.5. Continuar a implementar automatismos referentes a mapas contabilísticos de reporte de informação à ASF;

5.1.6. Proceder ao desenvolvimento da informação técnica, contabilística e financeira, necessárias à adaptação às novas exigências financeiras e fiscais.

5.2. Área das Cobranças

5.2.1. Manter o acompanhamento dos vários canais de cobrança, aperfeiçoando os seus circuitos de controlo;

5.2.2. Agilizar os procedimentos administrativos na cobrança, respondendo às novas exigências fiscais.

5.3. Área de Pessoal e Logística

5.3.1. Continuar a adequação dos procedimentos administrativos tendo em atenção o RGPD;

5.3.2. Prosseguir na organização do arquivo na sede e dependências.

5.4. Área de Gestão de Riscos, Controlo Interno, Atuariado e Estatísticas

5.4.1. Continuar o desenho dos procedimentos adequados às novas exigências de reporte colocadas ao nível dos contratos de seguro e apuramento das respetivas responsabilidades, no âmbito da IFRS 17;

5.4.2. Proceder à adaptação e implementação das novas ferramentas informáticas, Analytics e Addactis;

5.4.3. Proceder à adequação das Políticas, face às novas exigências colocadas pela IFRS 17;

5.4.4. Desenvolver os indicadores essenciais à gestão de riscos, na dimensão financeira, técnica, comercial e de resseguro;

5.4.5. Proceder ao desenvolvimento dos relatórios internos, nomeadamente do Relatório da Função Atuarial, interligando-o com a gestão corrente da empresa.

5.5. Área de Resseguro:

5.5.1. Acompanhar a política de resseguro, privilegiando a relação de longo prazo mantida com os resseguradores e fomentando a sua participação em todos os ramos, de forma equilibrada, de modo a acompanharem o negócio de uma forma global.

6. Área de Ação Cooperativa e Comunicação

No ano em que a Mútua celebra o seu 80.º aniversário, a ação da Cooperativa será direcionada para a comemoração desta efeméride com iniciativas promovidas em todo o território nacional, com a participação dos cooperadores, trabalhadores e dirigentes da Cooperativa, bem como das várias organizações e entidades parceiras.

Seguindo as orientações do Movimento Cooperativo a nível mundial, a Mútua dos Pescadores compromete-se com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, na Agenda 2030, e que ganham maior premência face à pandemia que atravessamos.

O 80.º aniversário da Mútua será um marco importante que alavancará todas as ações nos vários domínios, estimulando o regresso desejável ao terreno e ao contacto com as comunidades, por parte dos trabalhadores e dirigentes, que sofreram alguma erosão com a Pandemia.

6.1. Comunicação, Imagem e Publicidade

- 6.1.1. Continuar a valorizar a proximidade da comunicação, junto dos cooperadores e das comunidades, promovendo a Mútua dos Pescadores;
- 6.1.2. Continuar a privilegiar os meios de comunicação próprios, nomeadamente a revista “Marés” e o site (www.mutuapescadores.pt) e aumentar a presença nas redes sociais;
- 6.1.3. Manter a regularidade da intervenção junto dos órgãos de comunicação social, imprensa escrita e digital, nas edições relacionadas com os vetores estratégicos, bem como ligadas a parceiros institucionais;
- 6.1.4. Desenvolver ações promocionais ligadas a novos produtos e/ou produtos específicos, em sintonia com a área comercial;
- 6.1.5. Divulgar as razões e vantagens em se ser cooperador;
- 6.1.6. Participar em iniciativas culturais, feiras comerciais e outros eventos, promovidos pelas entidades e organizações com as quais a Mútua dos Pescadores tem relações institucionais, apoiando essas iniciativas através da sua divulgação e pela oferta de materiais;
- 6.1.7. Criação de materiais específicos para assinalar o 80.º aniversário.

6.2. Formação

- 6.2.1. Continuar a organizar a formação (interna e externa) de acordo com as obrigações que a Mútua tem que cumprir – enquanto Seguradora, enquanto Cooperativa e enquanto PME (empresa de média dimensão);
- 6.2.2. Dar continuidade à dinamização da formação interna, nas áreas em que a Mútua dos Pescadores está acreditada pela Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho - DGERT (finanças, banca e seguros; enquadramento na organização/empresa, segurança e higiene no trabalho), dando especial enfoque aos aspetos de natureza técnica, comercial e cooperativa.
- 6.2.3. Continuar a desenvolver a formação em segurança marítima para os cooperadores e utentes das áreas da pesca e da atividade marítimo turística;
- 6.2.4. Continuar a promover a frequência de ações de formação externas, com especial incidência sobre as exigências da Solvência II, IFRS 17 e da Lei de Distribuição de Seguros;
- 6.2.5. Desenvolver as ações previstas no Plano de Formação, de acordo com o quinto princípio cooperativo – Educação, formação e informação – e os artigos 97.º do Código Cooperativo e 53.º dos Estatutos da Mútua dos Pescadores.

6.3. Projetos/Parcerias

- 6.3.1. Continuar a assegurar o desenvolvimento dos compromissos com as várias entidades nas áreas de intervenção da Mútua dos Pescadores, em particular no que respeita à área de segurança marítima e ao setor da Pesca, nas suas múltiplas dimensões;
- 6.3.2. Acompanhar o trabalho das estruturas criadas na esteira do programa Mar2020, nomeadamente os Grupos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária Costeiros(DLBC), e de outros sistemas de financiamento nacionais ou internacionais, potenciando o desenvolvimento de ações de formação em segurança e higiene no trabalho, numa parceria com instituições especializadas e certificadas, quer para o setor da pesca, quer para a atividade marítimo turística, quer ainda para outras iniciativas que abrangem trabalhadores, utentes, cooperadores e comunidades;
- 6.3.3. Potenciar a relação com as organizações que tiveram origem em projetos de iniciativa da Mútua dos Pescadores, tais como a Sociedade Portuguesa de Saúde Marítima e a Estrela do Mar – Rede Portuguesa de Mulheres da Pesca.

6.4. Sistema de Audição

- 6.4.1. Continuar a assegurar o cumprimento das disposições legais aplicáveis, da ética seguradora, da justiça social e dos valores e princípios cooperativos, numa estreita ligação à Provedora do Utente e em sintonia com as orientações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

6.5. Ação Social

- 6.5.1. Garantir o acompanhamento regular dos sinistros que provoquem danos mais graves e/ou que impliquem apoio social;
- 6.5.2. Prestar todo o apoio social nas restantes situações que afetem cooperadores, utentes, e outros beneficiários da Mútua dos Pescadores.

6.6. Intervenção Cooperativa

- 6.6.1. Estimular e apoiar a ação dos trabalhadores e dirigentes, no sentido do desenvolvimento cooperativo, nomeadamente através da captação de novos cooperadores, do reforço da subscrição de títulos de capital social e de outras ações convergentes, tais como o reforço de protocolos e parcerias com entidades e serviços para benefício dos cooperadores;

6.6.2. Dar continuidade às ações de formação e comunicação para esta área;

6.6.3. Manter a atualização do registo de cooperadores, nomeadamente da informação de contacto.

6.7. Coro Grupo Mútua

6.7.1. Continuar a apoiar as ações do Coro do Grupo Mútua, e do seu Maestro, José Carita, contribuindo para a retoma das atividades presenciais, com mais atuações e novas dinâmicas no quadro do 80.º aniversário.

7. Orçamento para 2022 - 2024

ORÇAMENTO DE PROVEITOS E CUSTOS

(montantes expressos em Euros)

	2020	2021	2022	2023	2024
	Real	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Proveitos					
Prémios Emitidos	10 130 482	10 765 427	10 706 575	11 348 969	12 029 907
Prémios Resseguro Cedido	-3 448 910	-3 463 383	-3 626 248	-3 894 326	-4 134 986
Prémios Não Adquiridos	-89 836	-33 572	-94 004	-102 173	-108 654
Proveitos de Investimentos	979 979	866 427	1 062 251	963 910	832 666
Outros Proveitos	904 970	986 156	1 038 225	1 113 951	1 182 296
Total	8 476 685	9 121 055	9 086 798	9 430 331	9 801 230
Custos					
Custos com Sinistros	5 456 170	5 784 307	5 816 345	5 969 260	6 325 091
Custos de Exploração	2 026 689	2 167 936	2 562 901	2 446 684	2 593 485
Custos com Investimentos	437 808	394 273	433 265	412 180	430 910
Outros Custos	176 387	114 000	114 000	114 000	114 000
Outras Provisões	-209 591	5 000	5 000	5 000	5 000
Total	7 887 463	8 465 516	8 931 512	8 947 124	9 468 486
RESULTADO	589 222	655 539	155 286	483 207	332 744

ORÇAMENTO PARA INVESTIMENTOS - 2022-2024

(montantes expressos em Euros)

	2022	2023	2024
Recursos			
Saldo de operações correntes	869 000	1 130 000	1 080 000
Títulos de Capital	n.d.	n.d.	n.d.
Alienação/Reembolso de Investimentos	2 621 000	3 050 000	2 000 000
Total Recursos	3 490 000	4 180 000	3 080 000
Aplicações			
Títulos de Crédito/DP	2 300 000	3 000 000	2 000 000
Remição de Pensões	600 000	600 000	600 000
Melhorias em Instalações	40 000	30 000	30 000
Equipamentos	200 000	200 000	100 000
Total Aplicações	3 140 000	3 830 000	2 730 000
Segurança de Tesouraria	350 000	350 000	350 000
RESULTADO	3 490 000	4 180 000	3 080 000

O Conselho de Administração

João Paulo Quinzico Delgado (Presidente)

Álvaro José Rocha Bota Guia (Vice-Presidente)

Arsénio Marques Caetano

Jerónimo Gomes Viana

Joaquim Manuel Simplício Anacleto

José Luis Marques Cabrita

Vanessa Iglésias Calado Carvalhal Amorim

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos cooperadores da

MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de seguros, C.R.L.,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento plurianual 2022-2024 da MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de seguros, C.R.L.

2. A crise sanitária, COVID-19, continua, em 2021, causando danos na economia e na saúde das pessoas, recuperando à medida que a população foi vacinada, no entanto, o aumento atual de infetados e a descoberta de nova variante poderá levar a novas medidas de restrição, novamente, com impacto, na economia e na Mútua. O orçamento para o triénio 2022-2024, elaborado de acordo com o PCES (Plano de Contabilidade para as Empresas de Seguros), mantem o desafio à nossa capacidade de resistir e lutar contra as adversatividades presentes e futuras. A obrigação de implementar as Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 9 e IFRS 17 resulta num impacto, nas despesas gerais, com investimentos em equipamento informático, assessorias e outros, bem assim, nos resultados.

O orçamento 2022-2024 prevê para Proveitos totais, em 2022, 9 086 798€, em 2023, 9 430 331€, e 9 801 230€, em 2024, Custos totais, em 2022, 8 931 512€, em 2023, 8 947 124€ e 9 468 486€, em 2024. Resultados antes de impostos, em 2022, 155 286€, em 2023, 483 207€ e em 2024, 332 744€. Os pressupostos são, atingir, em 2024, o montante de 12 029 907€ em PBE, comportamento da sinistralidade dentro dos níveis previstos com uma taxa global, sem imputação de custos, de 60% para 2022 e 59% para os anos seguintes; manutenção dos tratados de Resseguro Cedido sem agravamento de custos; manutenção do desempenho das Despesas Gerais estimando-se, para 2023 e 2024, um rácio sobre os PBE não superior a 30% e estabilidade nos mercados financeiros.

3. Os membros do Conselho Fiscal procederam à análise dos documentos, obtiveram, dos técnicos da Direção Financeira e da Administração, os esclarecimentos e as informações consideradas necessárias para a elaboração do parecer e reconhecem que os pressupostos utilizados na elaboração do orçamento 2022-2024 se afiguram adequados e prudentes.

4. Parecer

Face ao que antecede, apreciados os documentos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove o Plano de Atividades e Orçamento para 2022-2024.

5. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 11 de Dezembro de 2021

O CONSELHO FISCAL

Frederico Fernandes Pereira, Presidente

Maria Fernanda Pereira Gonçalves Lacerda, Vogal

Jorge Serafim Silva Abrantes, Vogal



Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.

Sede: Avenida Santos Dumont, Edifício Mútua n.º 57, 6.º, 7.º, 8.º - 1050-202 Lisboa
T + 351 21 393 63 00 | F + 351 21 393 63 10 | geral@mutuapescadores.pt

www.mutuapescadores.pt

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 16.616
Registada na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sob o n.º 1020, no Ramo Não Vida
NIPC 500 726 477 – Capital variável, mínimo 6 Milhões Euros